

Jailson Pereira da Silva
José Adilson Filho
(Organizadores)

FRONTEIRAS & PASSAGENS

Ensaio de história, política e civilidades

Jailson Pereira da Silva
José Adilson Filho
(Organizadores)

FRONTEIRAS & PASSAGENS

Ensaio de história, política e civilidades



Campina Grande-PB | 2023



Universidade Estadual da Paraíba
Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*
Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba
Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)
Alberto Soares de Melo (UEPB)
Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)
José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)
Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Expediente EDUEPB***Design Gráfico e Editoração***

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

F935 Fronteiras e passagens : ensaios de histórias, políticas e civilidades / organização, Jailson Pereira da Silva e José Adilson Filho. – Campina Grande : EDUEPB, 2023.
246 p. : il. ; 15 x 21 cm ; 1,8 MB.

ISBN: 978-85-7879-863-5 (Impresso)

ISBN: 978-85-7879-857-4 (E-book)

1. Ciências políticas. 2. Neoliberalismo. 3. Bolsonarismo. I. Título.

21. ed. CDD 320

Ficha catalográfica elaborada por Ana Patrícia Silva Moura – CRB-15/945

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

CONTEÚDO

Apresentação.....	9
-------------------	---

FRONTEIRAS

A porta está entreaberta: história, cultura, subjetividade.....	15
--	----

Antônio Paulo Rezende

Escritas da História e subjetividades contemporâneas: “Por que não fazemos um texto que vem e volta?”	29
--	----

Jailson Pereira da Silva

Uma filosofia dos afetos como saída do estado de servidão	43
--	----

Gilmara Coutinho Pereira

Outras invisibilidades da pandemia no Brasil: mulheres em suas atividades cotidianas	55
---	----

Maria do Socorro Cipriano

Nas trilhas da ética e da espiritualidade.....	71
--	----

Auricélia Lopes Pereira

O fantasma do bolsonarismo e a pobreza das experiências.....	85
---	----

José Adilson Filho

O Neoliberalismo além dos mitos: algumas artimanhas da sua construção na América Latina	103
Hernán Ramírez	

PASSAGENS

Consciência étnico-racial e percepção individual da autoidentificação: limites teóricos e políticos	129
Michele Guerreiro Ferreira Paulo Henrique Martins	

O dilema do Capitão América ou quando a segurança depõe a liberdade	155
Gilbergues Santos Soares Liliann Rose P. de Freitas	

Memórias envelhecidas no tear da vida: a educação de pessoas idosas na UAMA e o memorial de história de vida	169
Patrícia Cristina de Aragão	

O reflexo da toga: as primeiras mulheres magistradas na Paraíba (1957) e no Mato Grosso (1969)	189
Sabrina Rafael Bezerra	

O Ensino de História e seus desafios em tempos de pandemia e negacionismo	201
André Mendes Salles	

**Existir humanamente não é adaptar-se ao mundo,
mas antes, transformá-lo: esperança e utopia
em Paulo Freire frente à distopia 213**

Yago Felipe Campelo de Lima

**Vídeos animados e música: pensando recursos
didáticos para o Ensino das Américas 227**

José Natal Souto Maior Neto

Maria Sarah do Nascimento Brito

Sobre os autores e autoras 241

APRESENTAÇÃO

Ao pensarmos em *Fronteiras e Passagens*, buscamos refletir sobre questões que se apresentam como obstáculos e limites ao devir individual e social, mas que também fornecem fissuras, brechas e limiares para a mudança e a transformação histórica. Assim temas como o neoliberalismo, o bolsonarismo, o racismo, o colonialismo, a violência, o individualismo criam, dialeticamente, condições de possibilidades para elaborarmos no pensamento, na imaginação e na ação outras ideias e projetos de Brasil, de América Latina. O que implica, fundamentalmente, na construção de novos horizontes e sensibilidades, os quais demandam novas formas de subjetividades e sociabilidades. Tal passagem, faz-se com os aportes da reflexão histórica, ética e afetiva e, também, educacional, como demonstram a segunda parte dessa coletânea.

A contemporaneidade, isto é, essa temporalidade mais ou menos próxima de nossas existências, é o elemento que une e articula os textos em sua diversidade temática e teórica. Se, de fato, nem sempre os nomes dão conta das coisas e que, por isso, talvez, tenhamos muitos nomes para nomear esse nosso momento histórico (contemporaneidade, tempo presente, História do Tempo Presente, atualidade, etc.) não se pode fugir ao fato de que estamos diante de um tempo que exige bastante de quem se dedica às Ciências Humanas. Profissionais dessas áreas sofrem um duplo acossamento: de um lado, os negacionismos e todas as suas artimanhas; de outro, marcos legais (como a Reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular) que, de algum modo, contribuem

para a redução dos espaços de ação das Ciências Humanas em campos variados, como a grande mídia e a Educação. Nenhum dos textos aqui apresentados deixa de pensar sobre essas grandes temáticas.

Os textos aqui reunidos são o resultado do I Simpósio Nacional de História, realizado em agosto de 2020, pelo Núcleo de Estudos em História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC), vinculado ao Departamento de História da UEPB, Campus 1, cuja criação deu-se em novembro de 2019.

O NUHLC surgiu, num primeiro momento, respaldado no forte desejo e compromisso de seus pesquisadores de transcender a especialização e a fragmentação do saber acadêmico. Muito sobre isso já foi dito e feito, mas é uma tarefa de Sísifo, embora comporte alegrias menos enfadonhas do que aquelas experimentadas pelo mito grego. Outra dimensão contida nesta tarefa do NUHLC diz respeito ao seu interesse pelos temas contemporâneos brasileiros e latino-americanos.

Essas duas dimensões serviram como força de atração, em torno da qual orbitam as ideias fundantes dos textos aqui apresentados. São trabalhos que resultam de palestras, mesas redondas e pesquisas; e que se esforçam para traçar linhas de força que nos ajudem a identificar e entender, por meio dos jogos entre “Linguagens e História”, aspectos da contemporaneidade.

Esta coletânea é a quarta produzida pelo NUHLC e segue seu percurso orientando-se pela tentativa de produzir textos, com variadas cores, sobre temas e objetos da História, da Cultura, da Educação e das sociabilidades contemporâneas, plasmadas em diversos lugares da América Latina.

Assim como nas coletâneas anteriores, há um esforço de pensar e de articular o local com o global, percebendo suas conexões, contradições e paradoxos, bem como suas fronteiras, interdições, suas linhas de fuga, seus liminares. Por isso, a ideia de Fronteira e Passagens nos parece tão adequada para pensar os modos, muitas vezes inesperados, como os saberes se encontram e se encaixam.

Assim, tal qual na vida, nesta coletânea, a nossa caminhada textual depara-se com fronteiras, ou seja, lugares em que as coisas se aproximam, mas, ao mesmo tempo, se singularizam. As fronteiras, por sua vez, sempre comportam passagens. Passagens e fronteiras são, como sabemos, pontos referenciais que ultrapassam o espaço; não são apenas lugares físicos nem fixos. São, ao contrário, pontos de inflexão, evocam paisagens mentais, provocam o pensamento e vão nos levando para ambientes nos quais nossos sentidos e capacidades tornam-se mais comprometidos e éticos com a vida, com o outro, com o estar-no-mundo.

Eis, portanto, a nossa expectativa com as leituras e sentidos suscitados por este livro

Os organizadores.

**FRON
TEI
RAS**

A PORTA ESTÁ ENTREABERTA: HISTÓRIA, CULTURA, SUBJETIVIDADE

Antônio Paulo Rezende

O ninho

Ontem não aconteceu. Hoje não acontece. Amanhã não acontecerá, mas no calendário fixo na parede, as datas mudam, os números se vão, os meses correm, a aflição se registra. Não cabe dúvida. A subjetividade e a objetividade se desentendem, adoram fingimentos e brincadeiras. Tudo parece ser o que não é. O mês de julho se finda e os cancerianos contam suas peripécias cheias de mágoas. As coisas estão próximas, quase dentro do coração, eu é que só entendo as distâncias. As dificuldades da lucidez acompanham cada piscar de olhos.

E sempre as perguntas: Por que tantas eternidades nas religiões? Por que o feio não é bonito? Por que o estranho nunca desaparece? Sei que meu nome é Ulisses, nunca li a Odisseia, nem me vesti de navegador. Imagino: tudo poderia ser sintetizado numa palavra, o humano. Ele é fantástico, lúdico, absurdo. Inventou até a sua reinvenção. Talvez, o acaso andando pela história, sacudindo possibilidades. E ainda há quem fale de razão, ciência, saberes, academias... E a pós-verdade?

Abro as janelas. Acabei de passar uma noite arriado, nem me lembro dos sonhos. Olho os passageiros das ruas, apressados e sem

destinos. O sol parece delirante e o azul continua sagrado. É o que não duvido. Risco as sucessões, os acontecimentos, solto as teorias. Quero me levantar leve. O corpo se movimenta sem agonia. A porta está entreaberta, para que as boas energias passem com o tapete mágico. O silêncio da morte não merece cogitação. Espero por mim, deixo que os deuses se desesperem. Cada um no seu ritmo.

O dia se anuncia com inquietações. Fazem parte das escolhas de vida. Vou partir dentro de mim mesmo e não temo que a partida provoque abalos. É um desafio. Escrever é uma ousadia afetiva, não define certezas, porém traz sentimentos. Portanto, não precisa muitas regras e sim, flutuações. Ir no tempo, voltar no tempo, sentado numa cadeira, dialogando, atravessando o papel, sem apostar que existe o ponto final. Um dia, a casa não cai e a imaginação segue no balanço do seu barco, imaginando outras façanhas e desviando de abismos. Lá estão Mia, Calvino, Cervantes, Auster...

A porta entreaberta lembra que a memória não está congelada, se abastece velozmente. A História é coletiva e se perde em individualismos. Sempre crítico, porque vejo poucas saídas e muitas vacilações. Camus não se negou a denunciar e afirmou a rebelião. Outros buscam se calar, forjam otimismo, naturalizam tudo. É confuso citar a complexidade. É melhor arquitetar um baile de máscaras sem pandemias

Os poetas se amedrontam com o vazio. Recusam-se a ser profetas, amam Homero e tentam escapar da mediocridade. É preciso respirar. Se há pedra no meio do caminho, chamo Drummond e levanto o ruído dos inconformados. Um barulho modifica a paisagem, porém a subjetividade não se define com um traço e requer muitas geometrias. É tema de longas dissertações escritas como obrigação.

Não precisa de espanto. Os pássaros cantam, nem se ligam nos tormentos da cidade. Há uma sensação de que o dia não dará descanso. Abro a porta do quarto. O espaço pequeno do meu apartamento é aconchegante, com tapetes brancos e livros por todos os cantos. Sou um leitor fanático, mas sei que o perfume da cultura

varia e preenche momentos. A solidão compõe a leitura e puxa a sensibilidade. A vida é escolha e me sufoco quando as palavras se escondem.

Leio e escrevo, como estivesse numa emergência, buscando sangue novo. Não há ausência de fantasmas, as teorias de Freud me assanham, as cidades de Pamuk me encantam, as invenções literárias de Kundera me fascinam. Não faltam companheiros. Afinal, sou um animal social, possuo memória, vou conversar com ela. Existo, logo me lanço e mando minha saudação para Descartes, sem medo de inquisições. Nada de matemáticas para equações que já me reprovaram.

Os nomes

Já me dei nome. Vivo só ou melhor moro sozinho. Minha cidade é melancólica, sem grandes desconstruções nas casas, com praças repletas de cachorros, crianças, mendigos. Chama-se Eneida. Não sei o porquê. Não aprecio procurar origens. Não é antiga, surgiu na onda de modernização do século XIX que atingiu meu país. Ele se chama Estados Prósperos. Mania de soberba inútil de ex-colônia de Portugal, desconhecida pela História da academia. Inventar é um drama que não ofende. Portanto, misturo tudo. Não ambiciono restringir meus anseios. O charme do historiador não vence conto de fadas.

O real e o imaginário não se excluem, mesmo que as brigas conceituais abalem cabeças e torcidas organizadas. Estranho. Porém torcidas organizadas ocupam a sociedade capitalista. Como haveria competição? Quem se reconhece em Deleuze, quem atravessa as páginas, ou quem não se farta de visitar Octavio Paz? Quem desconhece que a colonização acompanha a história? A esperteza é estelionatária, vende terrenos e vacinas.

Apresento-me sem ser cerimonioso. Recuso a linearidade, cortarei os tempos numa simultaneidade que me alucina. Não ousou dizer que serei agradável. Nada como um contato afetivo, pois o

desamparo se alarga. Não defendo que escrever é solidão declarada. Há escuta dentro de cada um e desenho com sons indefinidos. A subjetividade possui cores. É assim que narro minha história. A verdade pode se atrapalhar com a ficção, não celebro fronteiras.

Tudo se toca, embora os fragmentos tropecem nas minhas pernas. Nasci para juntar pedaços e compreendo que o limite não me tira os sentimentos. O egoísmo me dói. Escrever é ir para o mundo, não rejeitar a incompletude. Ser infiel, talvez, seja uma tortura. Basta de adivinhar paraísos e de julgar o tamanho do juízo final. A profecia é uma religião sem sabor. A maçã de Adão e Eva tem cloroquina, desmancha hierarquias, mas a história não gosta de certas interrupções. A vida tem muitas formas. Aparecem danações, genocídios defendem políticas, a confusão é grande. Não sigo regras imutáveis. Aprendi que há muitas curvas, desde cedo. Procurei andar por um caminho e não me arrependi. Nada de contínuo e inatacável, porém estou por aqui amanhecendo mais uma vez.

Converso com os objetos, eles não são ociosos, nos escutam e nos criticam. Quem está fora do mundo, não conhece. Dentro de mim moram anjos e demônios. São fantasias necessárias para fertilizar as perturbações. Quem traçou as linhas do universo? Não me preocupa. Não há como viver sem outros, anulando a cultura, se afogando na poluição do incomum.

Talvez, esteja nas páginas de uma confissão. Santo Agostinho foi uma figura múltipla. Meteu-se com a subjetividade, falou com Deus e ainda, hoje, possui admiradores. Por isso, trago sua concepção de tempo sempre desafiadora. Pensou a simultaneidade, o presente das coisas presentes, o presente das coisas passadas, o presente das coisas futuras. Nada de linearidades.

A lei da gravidade é apenas um delírio e o progresso de Comte merece esquecimento. O que vale é o acaso. Santo Agostinho elegia seu Deus, eu fico nas minhas incertezas. Não jogo xadrez, nem acredito que as repetições definam a história. Há um espelho que tem rosto e brilho. Os Estados Unidos seguram seus impérios e amam um deus negociante.

Levanto-me. O apartamento está fundado no caos dos livros. Preciso ser cutucado. Estou lento na imaginação, cansado de cultivar leituras de manchetes. Escolho retomar os poemas de Fernando Pessoa. Os existencialismos me atraem. Sartre me agonia com as situações limites. Não há como negar que a solidariedade é difícil e a multiplicidade se esconde atrás das portas. Conceitos se guardam nos dicionários para que os seus criadores se sintam seguros. Quem nega os delirantes, os soberanos, os burocratas de marfim?

Bate-se na vaidade, estica-se o individualismo e a sociedade se amargura. Para alguns há geometrias, totalmente, consolidadas, outros contemplam as loucuras, sacodem no pântano qualquer coisa que tenha sentido. Não adianta, portanto, ficar fixo, esperando o apocalipse. Os medos se redefinem, as perdas podem indicar mortes ou ressurreições. Solto a palavra, sem a angústia do fim, desconfiando de quem é senhor do mundo, com seus cinismos antipáticos.

Na literatura, os mundos se abrem. É uma opção sedutora, nada petrificada e assanha as possibilidades. Pessoa não se conforma em ser um só, Mia Couto traz a poesia na prosa leve, Neruda apaixona quem se amesquinhou na ressaca amorosa. Leio cedo, quando o café me esperta. Depois, vou para as ruas. Sempre desenhando o outro, escutando gritos, com saudades do vendedor de algodão doce. No entanto, as lojas lançam outros produtos e invadem os desejos.

A sociedade de consumo é atribulada, se ilude com as tecnologias. Como deixar de usá-las? Eis uma pergunta que os ingênuos recusam a responder. A vida nunca omitiu a obscuridade, embora muitos não queiram aceitá-las. O invisível não se vai. O mínimo está por aí e poeira faz vítimas. E a genética, as engenharias dos laboratórios prometendo prorrogar a vida?

Tudo isso pesa, mas a rua é um espetáculo. Deve ser contemplada. Cada dia mais ocupada, com habitantes destinados a dormir nas suas calçadas. Será que discutem sobre as metafísicas da fome? As assombrações são muitas porque os acontecimentos não

sosegam. Sinal fechado, mendigo barbudo, motos sem rumos, farmácias em cada esquina, esquisitas paisagens.

São incontáveis as tramas e os dramas. Temos que acelerar os passos, apesar das distrações e dos lamentos inesperados. Há as tarefas. A sala de aula me espera com suas oscilações e perplexidades. Há momentos supremos e apatias que nos levam aos labirintos. Dependendo dos ânimos, as horas andam e o divertimento afasta a frustração. Quem ganha? O pintor do arco-íris do muro da estação central.

Sempre busco conversas. Não sou de ficar calado. Na rua, ativo minhas sensibilidades. Reclamo, ajudo, chamo atenção. Cultivo as rupturas. O mundo está muito pálido e as pessoas com dúvidas atrozes. Um cumprimento traz alegria. A introspecção se relaciona com a rejeição. Não custa entrar nos cafés abandonando a sisudez. A sociedade inventa, porém não assume o lúdico. Espera que a mídia proclame o que deve ser feito. Observo que os meios de comunicação paralisam a espontaneidade. Quem atende um celular usa códigos, agitações ou monólogos. A literatura se encontra com a história, no entanto existem os que adoram especializações, apenas se encantam com doutores carimbados.

Não é espantoso. A aldeia global compra e vende ilusões. Está dependendo de intermediários. Até as emoções ganham horas especiais. Submetidas a rituais, mergulhamos nas ruas como se procurássemos uma saída impossível. Muitas perguntas, espanto nas modas, ônibus velhos, destinos ocultos. Sigo. Não paro, ando e penso. Está funcionando aquele *shopping* dos chineses. Existe magia, deuses mecânicos, o acaso permanece? Prefiro acreditar que a metafísica não se foi. Sou das misturas e das dissonâncias musicais.

Será que Platão não anda disfarçado, vivendo outra encarnação? Como a Grécia de hoje pensa seu passado filosófico? Mas aquele azul grego se estende pela mente e toma conta do horizonte. Não é à toa que os deuses eram materialistas. Acho que cercavam Freud e davam risadas, querendo ouvir seus pacientes e lançar

olhares perversos nos seus charutos mortais. Prometeu adivinhava tudo, a chave da psicanálise.

Já escutei muitas afirmações desencontradas. Não sou descrente. Suspeito, me aproximo das incertezas, contudo não me surpreendo. Sinto que a construção é contínua, não receio as ruínas que também significam construções. Levo as perguntas para as aulas. Ninguém despreza o cotidiano, a vida que se movimenta. Os manuais estão no fim da estrada e as teorias sofrem abalos. O transporte público é cheio de sabedorias e o suor do trabalho é dono do corpo.

A terra aumenta o seu volume como se fosse um planeta eterno. Por que, então, definir, conceituar, estreitar regras? O risco pede mais riscos, as aventuras, mais aventuras. Estamos longe do ser ou não ser, as identidades fogem e se completam com outras que desconhecemos. Portanto, o exílio é a nossa moradia, plantamos ambiguidades e precisamos de um cansaço criativo como o bigode de García Márquez.

Estou na rua, no mundo, chamado humano, não deixo de ver esfinges. Qual é meu pertencimento? Ouço conversas. Quem será aquele que se atreve a cortar o sinal? Quem reclama dos preços do vendedor ambulante? As pessoas andam imaginando traições ou guardam lembranças de sonhos? Falo de esfinges, porque não acredito no absoluto, tudo está coberto de lacunas e nem mesmo profetizo meus encontros. Os adolescentes se encontram e anunciam que o pó é branco. A polícia não se choca.

Minha rua tem um nome desafiador: Rua do Feitiço. As bruxas a frequentam com assiduidade, os gritos de socorro ganham as madrugadas, mas existe aquele senhor que se senta no café e solta a verbo. Não mostra desespero, ri e ironiza quem se lastima da vida. Portanto, há fadas que alimentam fantasias e despreocupações plásticas. Quem é mesmo desse mundo? Penso nisso *night and day*. Não querem refabricar o fascismo com as máscaras do deboche? Há quem imite Mussolini impecavelmente.

As histórias

Não baixo o olhar, anoto tudo nas escritas do corpo. Minhas inquietudes revelam ansiedades. Não paro de articular saídas, porém termino navegando no absurdo. Circulo. Não há como adormecer no território das ambiguidades. Entro numa papelaria para comprar uma caderneta e registrar certos diálogos. Depois os transformo em especulações. Nasci com as palavras dentro de mim, não me assusto. Os espelhos estão em cada esquina e perco os detalhes da minha própria imagem.

Para que enganar ou cruzar as ruas como se estivesse no desenhado do infinito? Desconfio dos perdões, prefiro o esquecimento. Cultivo uma contradição: Deus não existe, embora os anjos se vistam com todas as cores e sejam excelentes protetores. Seguem a política que renega prestígios. São democratas e estranhamente se distraem com a incompletude.

Imaginar que possa traduzir tudo em ficções, que o real é algo indefinível faz parte das buscas. Andando pelas ruas me deparo com a multiplicidade e, ao mesmo tempo, as aparências enganam. Como nos parecemos, dividimos desejos, tropeçamos nos sentimentos. Por isso, é importante não se impacientar. Desligar-se dos vadios gentis.

Diz, meu amigo Juca, filósofo e entusiasta das permanências, que Nietzsche decifrou as identidades do mundo ocidental. Deu uma rasteira em Platão, incomodou o cristianismo, conversou com o trágico e animou a relação da luz com a sombra. Pode ser. Lamento não ler em alemão, para entrar com profundidade na estética dos textos de Nietzsche.

As reflexões variam, a história risca e acende memórias e toda travessia sacode desejos, antes, consolidados. Fico com a contradição ou assinalo que os significados são muitos. As coisas murcham quando perdem seus significados. Lojas fechadas mostram que não se conserta mais nada, simula-se, fabricam-se novidades. Compra-se, consumo é quase uma lógica. Fetiches. O que me

preocupa é a servidão voluntária, a entrega sem luta, a rebeldia das modas rasas. É difícil acreditar na transparência. A solidão de Macondo me impressiona. De onde Gabriel contemplou o humano e manteve tantos mitos?

Já vou longe, me descompletando. Cada imaginação é sinal fechado? Não é isso. Quando questiono ou busco outras gramáticas assanho o que falta. Não tenho medo, porém confirmo intuições. Sherazade, espertamente, aprendeu a contar histórias e criou a saída. Há quem deteste as fantasias e mergulhe nas certezas. Prefiro os duendes, os gênios, a lâmpada de Aladim do que os cálculos do mercado.

Sou cismado com os deuses vingativos e tranco no cofre mais antigo o pecado original. A culpa é algo pesado e sem graça. Serve a quem monopoliza poderes. Descartes, talvez, durma enquanto sua razão soluça. Deveria ter conhecido Pitágoras. Desprezado o medo de morrer na fogueira, matematizando como um relógio certo.

Assim, acompanho as idas e as vindas das pessoas. Nem todas sabem o tamanho da travessia particular. Tenho assunto para minhas viagens e articulo as últimas ideias. Falar da vida, dos casos cotidianos, traz atenção e inquieta. Melhor do que adormecer nas teorias. Abandoná-las seria um erro, mas consagrá-las é se meter em labirintos nada agradáveis. A complexidade se apresenta. Contar sem viver é esconder. Contar, para além das reflexões, é desafio. Quando o conhecimento bate no sangue, a vida e as pedras se lançam nos abismos.

A convivência se torna mais nua, as proximidades costuram os afetos. Por que não? Se alguém perguntar por mim, diz que fui por aí, sem preguiça e atento aos ritmos da vida. Dá para viver sem balanços e acrobacias? As destruições são perenes. Os circos fecharam suas lonas e choro. Como me divertia nos circos! Será que o mundo se transformará numa máquina fria? Sempre, penso. Para que se inundar num pragmatismo que sacode intrigas, mas justifica as granas e as fortunas?

Caminho. Nem sei o que direi na próxima reflexão e vou juntando pedaços da imaginação. Cansei de criticar as alucinações do progresso. Que cada um descreva suas agonias e desencontros! Estimulo leituras das tragédias gregas. Como não envelhecem! Quem não se espanta com Édipo? Então, não adianta vacilar. Encontraremos temas, deixaremos sabedorias sofisticadas. A aula abrirá histórias, sem rigidez. Sentaremos, desarmados de antagonismos. Quais as surpresas que desfilarão pelas ruas? Nada de sustos. A porta estará entreaberta.

Uma escuta geral e uma contemplação para as palavras mais encantadoras paralisa os efeitos do *lexotan*. Passaremos. Porém, juntos colocaremos pontos finais em argumentos vazios. É melhor animar a solidariedade com as fadas do que testemunhar as informações superficiais. Caminho e me animo para soltar o diálogo e o sonho. Aprender sem remorso, de olho nas utopias, esticar as pernas, para que o mundo se alongue. Somos, aqui e agora. Por que não escrever um texto que vai e volta, provocador de desconfianças? História, cultura, subjetividade se abraçam e me permitem tocar no horizonte.

As subjetividades

Se no princípio era o verbo, temos que compreender que as lendas existem para que a história sobreviva. As palavras não se cansam de transformar, mas as desistências tramam surpresas. O coletivo parece emperrar, quando surgem fabricações de mitos, vazios de sentido. Discute-se os conceitos para se lançar na vida. A academia é lugar de moda e vaidade suprema. Nem sempre surge a crítica. O capitalismo quer fazer seus estragos para salvar minoria privilegiada. Quem sustenta esperanças?

Aqui, estamos para anunciar que os encontros trazem diferenças, mas lembram que o verbo pode ser o diálogo. Estou e estamos, sou e seremos. As tergiversações atijam

cada momento. Os textos possuem interpretações e multiplicam aventuras. Muitos se negam a cultivar divisões. O mundo em que todos os pássaros sejam soltos deve ser o encanto maior. É uma utopia, vamos guardá-la. O sonho dança suas valsas manhosas. Um dia nos veremos sem saber que o ontem aconteceu sem lembranças e que Piazzolla reinventou o tango para não sacralizar Gardel.

O cuidado está nas hipóteses do pesquisador ou na idolatria por intelectuais de vanguarda. Quem se sente inseguro procura teatralizar, agudiza os dramas e espera se defender de quem argumenta pelo avesso. Negar as celebrações dos santos não define as religiões, mantêm seus templos e não se enganam com os sacerdotes. Afinal, tudo se vende, enquanto o capitalismo resistir e abraçar com suas máquinas importadas. Visitar a ingenuidade é um risco.

As subjetividades sofrem dores. Gostariam que seus narcisismos brotassem sem cessar. Há quem admire Foucault e veneram fortes paixões pela leitura que fez de Maquiavel. Situa-se no império da moda que ataca intelectuais, não se importa com a verdade, busca plateia, silêncio consistente e depois aplausos assustadores. Mostra-se parceiro da simplicidade, porém sua vaidade é pós-histórica. Queima os olhos sem provocar chamas. Se a eternidade substituísse a História, estaríamos salvos por debates cotidianos, por deuses estranhos, por *lives* consagradas?

Não deixo de ver os mitos gregos. Sísifo merece uma atenção especial, pois era esperto, enganava os moradores do Olimpo. Foi punido com um castigo destruidor de desejos e de astúcias. Albert Camus analisa bem essas questões no seu livro *O mito de Sísifo*. A densidade da angústia faz Camus decifrar as possibilidades da existência. Quem desiste da vida, quem se assusta com o suicídio, quem acredita na revolução, quem foge do labirinto para sonhar com o paraíso?

O outro está junto de mim, mas Sartre afirmou que o inferno são os outros numa de suas peças mais famosas. Ninguém duvida que haja religiões que ensaiam cerimônias diabólicas, que transformam a morte numa banalidade. A sociedade se anula quando sacode toda sua sorte para o futuro. Portanto, diante de tantas multiplicidades resta imaginar e voar com um pássaro alucinado, como um trapezista de um circo mambembe.

Contemplo. Cada cultura tem suas formas, basta mudar de território. Se habito entre ruídos de São Paulo, não posso me nutrir com o silêncio de muitas paisagens sertanejas. A grande ilusão permanece. Como escolher? Como aquietar a vida? Como proclamar a saliência da subjetividade? E o controle que se estende pela sociedade administrada? Tudo cercado por pluralidades que encantam e assombam num tempo que não se exaure de jogar com o acaso. O homem é um animal que julga dizia Nietzsche. E o que o artista decadente grita na hora da sua morte?

Chega de interrogações. A decadência é algo que não cabe no carnaval do vírus de laboratório. A doença se pega no espirro, os hospitais fecham suas portas, mas o cinismo promove festivais. Não fuja. A conversa é séria e entrelaça cultura, história e subjetividade. Não desligue a câmara e compre uma roupa especial para telas de computador.

Excluir-se das soluções remotas é o erro de quem se emudeceu na frente de acidente de motos porque se adorna com fanatismos do passado. Não fale mal das palavras com as palavras. Levite e chame seu arcanjo. Ele possui transporte para o céu. Sossegue. Há eventos em todos os canais. Há quem se divirta com o negacionismo.

Segure sua dignidade subjetiva, envolvida no distanciamento social. Caricature sua história com ajuda de Mafalda. Outro dia, a cultura removerá preconceitos e desafiará os poderosos. O herói está na revista de Disney, na banca junto à

padaria. Boa sorte. Não menospreze e nem acumule sabedorias só aceitas pelos doutores

Entre banalizações e vanguardismos os caminhos da história contrariam e harmonizam. Um tempo com regras quase inabaláveis e outro com agressões que germinam desigualdades. Não detonamos as previsões. Elas devem inquietar impressões e suspeitas. Para que serve a palavra humanidade, se todos e todas se tatuam com sinais exóticos ou sentem saudades da nudez dos primórdios?

Guarde suas expectativas. Sinta a identidade muda e a tecnologia não é apenas lugares da ciência. O cotidiano recebe influências, inverte costumes, não se livra dos impactos dos celulares, motos, computadores, armas atômicas, imagens extravagantes. Nem sempre o sentimento predomina. O pragmatismo é complexo, tem pressa e sutilezas. A noite se apresenta, O texto se espreguiça e meu coração denuncia se dialogo para que a humanidade tenha o mínimo de sentido.

Desestabeleço hierarquias. Subjetividade, história, cultura provocam debates e promovem especialistas. Quando pensamos nas superações, voltam antigos costumes. O amor de Julieta, o amor de Branca de Neve, os amores de Picasso. Quem consegue compreender o movimento de tantas coisas? Talvez, aquele mendigo que senta na praça para contar suas moedas sem externar sofrimentos.

Portanto, os pontos finais não fixam verdades, nem terminam as intrigas conceituais. Zele pela moradia da imaginação, nunca pela frieza dos falsos moralistas. O vir-a-ser é um malabarismo, respire para que seu circo não desapareça e Hegel mantenha seu idealismo sonoro. Uma borboleta espera o último voo de um beija-flor apaixonado. Você nem desconfiava, pois desconhecia a cartografia dos voos, preocupado com as tristezas dos romances de Miguel Scorza. Um dia, as portas se fecharão e o texto pedirá socorro aos respiradores artificiais.

ESCRITAS DA HISTÓRIA E SUBJETIVIDADES **CONTEMPORÂNEAS: “POR QUE NÃO** **FAZEMOS UM TEXTO QUE VEM E VOLTA?”¹**

Jailson Pereira da Silva

Sabemos que há situações nas quais o ouvir é mais adequado do que o falar. Essa experiência que vivo agora é um desses momentos. Depois de ouvir a leitura que o professor Antônio Paulo acabou de fazer, eu deveria (e de fato gostaria de) ficar calado. Ainda mais sabendo que depois de mim, o professor Edwar Castelo Branco tomará a palavra. Como por ócios (ou ossos) do ofício não possuo a alternativa de não falar, vou me valer, para começar, da relação de amizade que nos enlaça nessa noite. Professor José Adilson Filho, nosso anfitrião, disse uma coisa muito importante de partida. Ele referia-se à relação que todos nós aqui presentes hoje nessa mesa temos com o professor Antônio Paulo Rezende. Antônio Paulo de fato é o ponto de confluência para onde nós todos aqui nessa mesa convergimos. Possivelmente, sem a presença do Antônio Paulo esse

1 As ideias sobre as quais repousa esse texto foram primeiramente apresentadas quando da nossa participação na mesa redonda composta também pelos professores Antônio Paulo de Moraes Rezende (UFPE) e Edwar de Alencar Castelo Branco (UFPI), durante o I Seminário Nacional de História, promovido pelo Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas da Universidade Estadual da Paraíba (NUHLC-UEPB), em agosto de 2021. Por se tratar de texto exposto oralmente, ao estilo de uma leitura comentada, e por versar sobre “escritas da história e subjetividades”, optamos por fazer permanecer, no trabalho escrito agora publicado, marcas da oralidade, com o intuito de reencontrar o clima no qual o texto foi, originalmente, apresentado.

encontro não teria se dado há 20 anos atrás² e não estaria acontecendo também essa noite, então é muito bom encontrar os amigos aqui. Encontrar o Edwar, encontrar o Adilson e o professor Antônio Paulo. Como Adilson disse, Antônio Paulo foi muito generoso comigo, virei aluno de Antônio Paulo na graduação e com muita alegria fui acompanhado por ele até o pós-doutoramento. Parece que trajetória é uma palavra pela qual Antônio Paulo nutre simpatia. A minha mudou ao se encontrar com a dele.

Para essa noite, não fiz um texto, acabado. Quer dizer, até o fiz, mas diante da beleza do texto de Antônio Paulo, eu muito modestamente não vou ler o meu. É que eu não sou tão bobo. Eu fiquei aqui como um vale, meio que espremido entre essas duas montanhas que me ladeiam, o Edwar e o Antônio Paulo. Não lerei meu texto porque gosto de artes, mas não tenho as manhas de escritor, como o Edwar; nem as de poeta, como o Antônio Paulo. Para as artes, eu ganhei dos deuses as mãos. Com elas só sei fazer aplausos.

No entanto, coincidentemente eu vou tomar emprestado algumas das colocações que o professor Antônio Paulo nos apresentou de partida no seu texto, para dizer algo do que eu pretendo falar, eu não sei se conseguirei falar, eu pretendo falar. No finzinho da leitura do Antônio Paulo, ele perguntou assim, em tom provocativo: *“por que não fazemos um texto que vai e volta?”* Tomo emprestado essa sua indagação para iniciar a exposição das minhas ideias. E isso me lança, de imediato, na proposta que eu trouxe para essa noite, naquilo que diz respeito ao tema dessa mesa, que é “Escritas da História e subjetividades contemporâneas”. Eu não me atreverei a falar muito de escritas da História, mas a pensar um pouco das subjetividades contemporâneas e como elas aparecem nas escritas da História.

E a primeira coisa que eu pediria a vocês era que tivessem um pouquinho de paciência, porque ao contrário do Professor Antônio

2 Em 2000, fomos todos alunos de Antônio Paulo, na Pós-Graduação em História da Universidade Federal em Pernambuco. Eu e José Adilson iniciávamos nosso mestrado; e, na mesma turma, Edwar começava seus estudos doutorais.

Paulo que tem essa larga experiência no trato com a literatura, eu ainda sou daqueles que preciso, vez por outra, recorrer a uma referência daquelas mais duras, mais carcomidas, mais antigas, mais envelhecidas da academia, mas me esforcei para não saturar essa minha participação aqui com essas alusões enfadonhas. E há uma razão para eu ter me esforçado. É que eu quis fazer um trato da relação entre as escritas da História e subjetividade contemporânea, a partir de referências que os alunos me trazem. Como um professor que já completou 20 anos de carreira no ensino superior, eu tenho me dedicado, há algum tempo, ao trabalho e ao prazer de construir um inventário exemplar de aprendizagem. Esse inventário é um apanhado de memórias daquilo que os alunos me ensinaram. E ele é fonte principal das referências que devo evocar porque as considero incontornáveis na minha exposição.

Então eu só vou ter três referências hoje para tratar da relação entre escrita da história e subjetividade contemporânea. Uma dessas referências, apenas, é acadêmica: é o Michel do Certeau. As outras duas referências, foram-me apresentadas pelos alunos e eu as incorporei, e aqui já começa essa primeira dimensão desse vai e volta entre o professor e os seus alunos, entre os seus alunos e o professor.

Também pensando o vai e volta temporal, que eu gostaria que fosse o centro da minha rápida explanação, é que fiz a escolha por três situações, por três referências. Quero, quem sabe, ao fim dessa rápida explanação apresentar a ideia de que a escrita da História, em sua relação com as subjetividades, passa, incontornavelmente, pela experiência do tempo, pelo modo como o tempo é vivido e significado. Portanto, não haverá grandes novidades nessa minha conversa. O que quero é pensar essa relação a partir de três exemplos e referências, como disse.

A primeira referência, eu já a mencionei, vem do Michel Certeau. Quero pegar uma ideia que o Certeau apresenta num texto que ficou muito famoso aqui no Brasil, chamado 'História e Psicanálise', e eu vou dizer o porquê. É porque esse texto me faz pensar no modo misturado, em idas e voltas, como lidamos com

o tempo. O que eu quero falar hoje é sobre os tempos misturados. Se me perguntassem: “Qual seria, Jailson, o tema da sua fala?” Eu diria a vocês que o tema da minha exposição é “Tempos misturados”, porque inexistente tempo que não seja assim. Não há um passado que seja só passado, nem um presente que seja só presente, nem um futuro que seja só futuro.

De fato, o que eu gostaria, se possível, é que nós começássemos a pensar e a praticar a escrita da história refletindo sobre como é erigida a nossa subjetividade, com quais passados, presentes e futuros eu me ponho a escrever sobre a história e sua relação com a subjetividade. Por isso que eu tomei, então, três referências.

A segunda referência é uma que vocês conhecem melhor do que eu: o *rapper* Emicida. O Emicida e o seu documentário, chamado “AmarElo”. Vocês devem ter ouvido falar bastante sobre isso. E a terceira referência, também é uma referência recente, e aí não foi exatamente trazida pelos alunos, mas foi fruto de conversas que eu tive com uma colega professora, Jéssica Guedes, que é *Sankofa* depois eu explico para aqueles que não viram (a série que está na Netflix), mas eu imagino que a maioria de vocês deve conhecer o que é, do que se trata a *Sankofa*. Posso antecipar que, quando a Jéssica me apresentou essa ideia, o parafuso que ordena o tempo em minha cabeça girou louco.

São três reflexões que me levam a pensar sobre o tempo, essa matéria-prima da qual somos feitos. Só uma delas é acadêmica, que é o Michel de Certeau. Do Emicida, eu quero um ditado Yorubá que ele o apresenta na elaboração do seu documentário. O ditado é assim: “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”. Esse ditado movimenta o meu pensar aqui sobre esses tempos misturados.

Já a *Sankofa* é uma imagem, normalmente representada como um pássaro ou a partir de duas imagens espelhadas, cujo sentido está vinculado a um ditado comum daqueles povos que habitam alguns dos países de onde partiram escravizados para o Brasil, sobretudo, ali, na Costa da Mina. Você tem essa ideia da *Sankofa*

que está vinculada a um ditado que diz algo assim: “Vai e pega o que de importante deixastes”. Quer dizer, você não conseguiria continuar a travessia da sua existência se você não voltasse e pegasse aquilo que de importante você deixou. A *Sankofa* está associada a esse ditado. Então é preciso rever algo do tempo. Lá na *Sankofa*, é preciso ir e voltar no tempo; enquanto no ditado Yorubá é preciso pensar modos diferentes de ordenamento do tempo. São, portanto, associações com esses tempos misturados.

Essas são as duas referências fora da academia. Antes de ficar mais tempo com elas, eu preciso falar da referência chata, racionalizada e enquadrada. Vou àquela referência que, digamos, embota a beleza do ditado Yorubá e a da imagem da Sankofa; vou a uma passagem do Michel de Certeau na qual ele trata particularmente da relação ou do modo como duas formas de representação do tempo se colocam. Essas duas formas de representação do tempo são a historiografia, que vocês podem tomá-la aqui como sinônimo de História, e a Psicanálise. É um texto bastante conhecido, em que ele apresenta o modo como normalmente História e Psicanálise lidam com tempo. O tempo seria um ponto incontornável na trajetória desses dois modos de relação com a vida. Não há como produzir **história**, pensar, viver ou narrar **história** sem que nós, atrelados a isso, façamos uma reflexão sobre o tempo. O mesmo ocorre com a Psicanálise. Não é possível que você mergulhe na Psicanálise sem se deparar com a questão do tempo, mas há uma diferença, e é essa diferença que o Michel de Certeau traz para a gente pensar hoje. Ele diz que a Psicanálise e a historiografia pensam de modo diferente a relação do passado com presente, porque a Psicanálise mistura, ela encontra um no outro, enquanto a **História** pensa um ao lado do outro.

De fato, quem já teve a experiência de passar por uma sessão de Psicanálise, de fazer um pouco análise ou terapia, sabe que muitas vezes o tempo atravessa-nos de formas que não conseguimos separar claramente aquilo que é do passado, daquilo que é do presente. Tudo aparece muitas vezes misturado. Não é um privilégio da Psicanálise, não é uma coisa que você só vai descobrir quando

tiver numa sessão de análise. Não, você vai perceber isso cotidianamente, vez por outra você vai ver que algo do tempo, cronologicamente mais distante, lhe pertence, lhe atravessa, lhe incomoda, lhe fustiga, e provoca muito mais intensamente do que algo que está temporalmente, na lógica da sucessão, mais perto.

De certa forma, Certeau avança um pouquinho para dizer como é que isso, as misturas dos tempos, aparece. E por que é que eu acho importante? Na medida em que eu trato a ideia do tempo como sendo o tempo misturado, não há passado que seja passado, não há presente que seja presente, não há futuro que seja futuro. Pelo menos não há esses tempos de forma pura. Isso porque, para o Certeau, a psicanálise lida com o tempo pelo modelo da *imbricação*; você não sabe exatamente o que é passado, o que é presente. Um tá no lugar do outro. A psicanálise também trata as coisas pelo modelo da *repetição*, quer dizer, passado e presente se reproduzem. Também podem ser abordados pela lógica do *quiproquó* ou do equívoco. “O que é o quê”; “O que está no lugar de quê”. Sempre há uma certa confusão. Isso na psicanálise. Então você pode ver as coisas um no lugar do outro, você pode ver sem saber separar o que é o quê, se você não consegue ver o que está se repetindo daquilo que não se repete (CERTEAU, 2012)

Na História as coisas gostariam ou pretendem ser arrumadas pela lógica da *sucessividade*. O historiador, por mais que ele trate de ruptura, por mais que ele pense em permanência, por mais que ele diga que não está preocupado em organizar as coisas numa linearidade, ele trabalha muito é com sucessão. Ainda que ele não trabalhe, ele pensa.

Daqui a pouco eu vou pensar com vocês algumas coisas de como alguns filósofos, por exemplo, Étienne Klein, que tem um livro pequenininho chamado “*O tempo que passa (?)*”, e é uma pergunta, em que ele diz o seguinte, você pode não saber do tempo, mas você sabe das evidências do tempo. Daqui a pouco eu elaboro um pouco isso. Uma das evidências do tempo tem a ver com a sucessão. Então, veja, a historiografia, ao contrário da Psicanálise, deve estar preocupada com a sucessão. Então é como se a gente tivesse

passado e presente, mas não os dois misturados como aparecia lá na Psicanálise. A Psicanálise trabalha com aquela lógica do quiproquó - você não sabe o que é o quê - mas a História não trabalha com quiproquó, ela trabalha com a correlação. O que é maior, o que é menor. A História não trabalha bem com a repetição, ela trabalha melhor com o *efeito* - um que segue o outro. Ela trabalha com a *separação*, ou *disjunção* - ou um ou outro, mas nunca os dois ao mesmo tempo (CERTEAU, 2012).

Então, veja, essa colocação do Certeau, que vai ser uma base a partir da qual eu quero elaborar rapidamente essa relação que nós temos com a escrita da História e com a construção das nossas subjetividades a partir do modo como nós lidamos com o tempo, estará, digamos assim, no background do que eu pretendo rapidamente explorar a partir de agora, levando em consideração as outras duas referências. O que é que essa colocação do Certeau pode me ensinar quando eu estiver diante das indicações que meus alunos também eles escritores de histórias, e não apenas porque são alunos da graduação e da pós-graduação me trazem? Por exemplo, quando me trazem o ditado Yorubá, “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”?

Eu vou dar um spoiler do “AmarElo”, do Emicida, para aqueles que não viram, mas eu acho que a maioria de vocês viu, a maioria deve ter assistido esse documentário. O Emicida diz que usa esse ditado atrelado a uma ideia de que *tudo é para ontem*, há uma urgência. Esse *tudo é para ontem* do Emicida tem a ver com o fato de que, na perspectiva dele, muitas coisas se perderam, muito tempo foi gasto, muito tempo foi perdido com histórias sem sujeitos. Ou pelo menos um tipo de **história** cujos sujeitos não representam a coletividade dos sujeitos nem de suas subjetividades; quer dizer, muito tempo foi gasto construindo histórias de sujeitos que aparecem como sujeitados. Então é preciso refazer essas histórias, e já estamos atrasados, era para ter sido feito ontem, desde ontem que a gente deveria ter feito.

Estou pensando sobre esse ditado. Por que é que esse ditado, a rigor, quando a gente escuta-o pela primeira vez, a despeito da sua

beleza poética, aliás sobretudo graças à sua beleza poética – “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje” – por que é que esse ditado, de imediato, nos causa um certo estranhamento? Por que é que a gente ouve e pensa: “o que é que ele quis dizer?” Por que é que essa sensação, eu não diria de desconforto, mas de desencaixe, entre aquilo que está expresso nesse ditado e aquilo que eu compreendo como forma de arrumação do tempo aparece? A desconstrução e o abandono da linearidade temporal, essa espécie de lugar comum nos discursos que pensam nossa relação com História, afinal, é mais difícil do que possa nos parecer. Em nossa experiência civilizacional, herdeira dos matizes ocidentais, é mais fácil falar do que fazer essa radical ruptura com a percepção linear do tempo.

É por isso que, imediatamente, esse ditado, talvez, para muitos, não faça sentido. *Ele matou ontem um pássaro com a pedra que jogou hoje(!)* Não faz sentido. E a ideia de que não faz sentido é porque nós não percebemos a miscelânea do tempo, os tempos misturados aos quais eu me refiro. O que é uma coisa muito pertencente à nossa sociedade, é pertencente à sociedade ocidental, europeizada, essa sociedade formada ou formatada a partir da modernidade. Uma história que vocês conhecem bem. E essa assertiva (*o ditado não faz sentido*) é ela mesma que perde o sentido quando você retoma o ponto de partida no qual o ditado foi elaborado, numa cultura bem diferente da nossa.

Pois bem, por que é que ele continua sem fazer sentido de imediato para nós? Ele aparentemente não tem sentido porque nós estamos trabalhando com uma evidência do tempo. Como eu disse a vocês, Étienne Klein nos alerta para o fato de que não podemos ver o tempo. Afinal de contas é um dos temas mais discutidos tanto na Física quanto na História, e em outros saberes também, mas nós não podemos ver o tempo, porém, avança o filósofo, temos as evidências de sua existência. Essas evidências têm a ver com o que ele chama de movimento, de ritmo, de mudança. E por que é que o danado do ditado Yorubá aparece estranho? Ele aparece estranho porque, dentre as evidências do tempo, ele trabalha com uma em

particular, que é a ideia de sucessão. O ditado soa estranho, porque nós construímos uma compreensão de mundo e, portanto, uma subjetividade e uma escrita da história que enfatiza uma evidência do tempo, que é a sucessão. Só que nós não somos só sucessão, nós somos ritmo, nós somos movimento, nós somos mudança e, por sermos mudança, somos permanência. Na verdade quando nós estranhamos esse ditado é porque nós, por mais que critiquemos a ideia de racionalidade, por mais que critiquemos a ideia de linearidade temporal, na hora que a gente se depara com uma frase como esse ditado Yorubá, fica claro que nós ainda estamos muito apegados a uma ideia linear de tempo, quer dizer, não aprendemos e aí é eu que tô falando não só de tempos misturados, mas de referências misturadas com Michel de Certeau, nem aprendemos com o ditado Yorubá. Não aprendemos com o mito, nem aprendemos com a ciência. Ou pelo menos, se aprendemos, não praticamos. Costumo dizer com relativa frequência, que a nossa teoria da História é mais avançada do que a nossa escrita. A gente até consegue pensar, elaborar, pegar autores pós-estruturalistas, inventivos, que destroem, que desconstroem, mas na hora que a gente vai fazer mesmo, que a gente pega um aluno do mestrado, aí a gente diz: “fulano, bota esse evento antes desse aqui, esse aqui depois daquele ali, que fica mais organizado”. O historiador tem uma obsessão pela organização. Parece que o trabalho do historiador é aplainar as coisas, é deixar uma narrativa que apareça sem grandes sobressaltos, arrumar essa nossa existência em torno de uma narrativa. E aí, quem sabe, a gente comece mais uma vez a questionar esse modo de supremacia, digamos assim, que a sucessão tem entre as outras evidências do tempo, seja o ritmo, seja a mudança, mas você dá um peso maior à sucessão. E aqui talvez eu possa lançar um primeiro desafio para a gente entender e se preparar para ir à terceira das nossas referências. A primeira, o Certeau; a segunda, esse ditado Yorubá; e, enfim, a gente chegar à Sankofa.

Há uma sensação de que nós precisamos arrumar o passado, como eu disse, e essa arrumação do passado, ou essa arrumação da própria história, ou ainda a arrumação do tempo em uma narrativa,

ela parte da ideia de que existe um referencial do que é passado, do que é presente, do que é futuro. E é preciso seguir a lógica da arrumação linear para que o sentido apareça. Acontece que na sociedade contemporânea, neste mundo em que nossas subjetividades estão sendo elaboradas e questionadas, a gente não sabe o que é para frente e o que é para trás, não temos mais certeza do que é avançar, do que é retroceder; hoje questionamos se as sociedades tecnologicamente mais desenvolvidas são as mais avançadas.

Eu não sei nem mesmo se a Psicanálise está na frente ou atrás do ditado Yorubá. Isso é importante pensar, porque não só os tempos estão misturados, as nossas próprias compreensões do que são as coordenadas de fundação de sujeito aquelas coisas que a gente chama, quer dizer, nós somos fusos, nós somos coordenadas estão em constante movimentação, como dizia o texto do professor Antônio Paulo, e por conta disso a gente já não tem muita clareza em que lugar nós estamos. E se nós não sabemos em que lugar nós estamos, é difícil saber se estamos indo para frente ou para trás. E isso nos leva à ideia de instante.

Daí porque a ideia de instante ser tão importante, e a assunção, quer dizer, a colocação do instante como um elemento destacado na estrutura do tempo faz com que nós historiadores pensemos como é que nós fazemos a estruturação e apresentação da história. Se como narrativa ou como expressão. Esse é um debate que vai, por exemplo, remontar ao cinema. O cinema faz muito essa pergunta, e não é de hoje. Será que o cinema só serve para contar uma história? Existe uma forma de fazer um filme que não seja narração? Como é que eu vou conseguir dizer as coisas sem recorrer à narrativa? Apenas como expressão, eu expressar, e, ao expressar, o outro conseguir elaborar por si a narrativa. É possível dizer algo sem narrar?

Olha, o teatro do absurdo, eu peguei essa semana, estudando para ter essa conversa com vocês, o Samuel Beckett, aquela peça 'Esperando Godot' - Antônio Paulo usou o termo desconcertante, eu não lembro qual foi exatamente o adjetivo que ele usou, mas ele dizia que "existem autores que me desconcertam, me agoniam", mas o Beckett foi assim comigo. Quando eu reli o *Esperando Godot*,

eu já tinha lido, mas ler para fazer um trabalho com isso é outra coisa; é uma história que não tem história, é uma história em que não acontece nada e, no entanto, se diz tanto.³ A discussão que eles fazem sobre o tempo, por exemplo, tem um diálogo entre dois personagens e eles estão esperando um terceiro chegar. Eles ficam lá, esperam, esperam, esperam, mas nada acontece. Então decidem: “vamos fazer uma coisa para passar o tempo”. E ficam conversando. O diálogo continua: “é, isso que a gente fez ajudou a passar o tempo”. Ao que o seu companheiro responde: “É, o tempo teria passado do mesmo jeito, teria passado igual”. O diálogo aparece assim:

- Nossa, isso que nós fizemos ajudou a passar o tempo.
- É teria passado igual.
- Verdade, mas menos depressa.

Olha, é o mesmo ritmo, mas era menos depressa. Nossa, é isso! Passou do mesmo jeito, só que agora foi mais depressa. É de novo o ditado Yorubá, só que agora dentro de uma peça ocidental, do teatro do absurdo. Beckett nos coloca ali, junto aos seus personagens numa espécie de angústia divertida, numa espera na qual nada acontece. Então, a pergunta volta, a partir da ideia de instante: é possível uma história sem história? Eu acho que essas são questões, como professor Antônio Paulo colocou lá no começo de sua explanação, que o historiador deve enfrentar. Como é que eu consigo outros jeitos de dizer a História, sem recorrer ora à narrativa, sem recorrer ora à teoria de sempre, ao mesmo modo de arrumação do passado? Eu tenho a preocupação com isso, que é o modo de

3 É claro que esse “não acontece nada” nos leva a pensar, mais uma vez no conceito e no significado do acontecimento. E que o acontecimento está mais para o despertar do que para o compreender. Como um “formigamento”, o acontecimento age ao modo de um incômodo que chama a atenção do historiador, não pelo que ele é em si, mas pelo que ele provoca de pensamento. Um acontecimento é uma espécie de “tem algo aí”. Esse gesto do historiador, que vê, que sente algo, e que deseja fazer os outros verem o que eles pensam ver. Portanto, o acontecimento tem menos a ver com a coisa e mais com suas provocações.

arrumação do passado porque penso que estamos presos (ainda) à ideia de sucessão. Nossa crítica da linearidade não nos fez abandonar ou mesmo nos livrar da sucessão como o ponto a partir do qual a História se torna compreensível.

A sucessão não dá conta da duração, nem da simultaneidade. Se ampliarmos nosso olhar sobre o tempo, matéria-prima da História, veremos que há mais do que o passado na História. E isso não significa dizer que há futuro e presente; porque falar em futuro-presente-passado é ainda enclausurar-se na sucessão. Há passados, presentes e futuros. E eles não se apresentam sempre sob a mesma lógica sequencial. Por isso digo, com frequência, em minhas aulas que precisamos pensar além da sucessão, do esquema sequencial e aprendermos a perguntar, por exemplo, “o que acontecia enquanto isso que eu estudo acontecia?”; veja: a simultaneidade nos permite assim pensar a História numa perspectiva que tensiona os lugares do passado, do presente e do futuro.

Então vamos para terceira referência, que é mais curtinha, só para encerrar, para fechar mesmo. Como eu disse, a *Sankofa*, não sei se vocês viram, vai aqui uma dica, quem tiver acesso ao Netflix, tem uma série, eu não vou dizer sobre o que é a série, só espero que vocês guardem esse nome: *Sankofa*.

A *Sankofa* está vinculada a esse ditado, está ligada a essa ideia: “vai lá e pega o que de importante deixastes”. Veja, a imagem, portanto, é uma imagem que remete ao desejo de encontrar-se consigo, embora aquilo que deixamos possa ser o outro; embora aquilo que deixamos para trás possa ser o outro de nós mesmos.

A pergunta que surge de novo é: “e em que tempo eu deixei de estar ao meu lado?” Você vai voltar para encontrar algo que é fundamental para você. Portanto, você afastou-se de você. Em que momento eu deixei de ir ao encontro de mim mesmo? E quantos de nós estamos agrilhoados àquele outro que nos disseram que nós deveríamos ser, que disseram que nós somos? Olha lá a ideia das subjetividades e a escrita da História.

Pouco importa o efeito desse “ir até lá e pegar o que nos é importante”. O que vale é esse gesto de busca, não o seu resultado porque, para a História, ele é incontornável, na medida em que evidencia nossa incompletude. Se o tempo não é apenas sucessivo, sequencial, então o voltar não é necessariamente ir ao passado. Antes de partirmos, de entrarmos nesse lugar outro, como no poema de Drummond, é preciso indagar sempre “trouxestes a chave?” O voltar, portanto, não é um giro em direção ao passado. É, antes, uma bússola que marca tempos em todas as direções.

Quando reflito sobre esses tempos misturados, chego a conclusão de que a Teoria da História está à frente da Escrita da História; quer dizer, parece mais factível pensar o tempo misturado do que colocá-lo na escrita de uma dissertação ou de uma tese. Nas teses e dissertações, o tempo, quase sempre, aparece sem ranhuras ou rasuras. A Escrita da História muitas vezes está agindo para eliminar, e não atçar, as imbricações, confusões, trocas e contradições inerentes às dimensões temporais. E aqui, novamente, está a ideia do Certeau. Seria preciso, quem sabe, encontrar um modo da Historiografia aprender com o tempo da Psicanálise. Estamos indo bem nesse caminho, acredito.

Por fim, uma última sentença, numa tentativa de aproximar o que diz o ditado Yorubá, o que diz o Michel de Certeau e o que diz a ideia da *Sankofa*. É preciso sim voltar, ir atrás, buscar. É preciso encontrar aquilo que para nós é importante, sem isso a gente não vai erigir a nossa subjetividade, nem conseguir fazer uma escrita da história que também é uma escrita de si. Então é preciso entender as implicações, os tempos misturados, é preciso se ultrapassar o encanto pela sucessão, é preciso buscar aquilo que é importante, mas é preciso saber que o que é importante talvez não esteja no passado, e nesse sentido eu gostaria que a gente voltasse a sonhar com futuros possíveis, nós vivemos num tempo, numa sociedade que está perdendo a capacidade de sonhar. Isso não parece bom.

Referências

BECKETT, Samuel. *Esperando Godot*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise*. Entre a Ciência e a Ficção. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2012.

Emicida. *AmarElo- é tudo pra ontem*. Dir. Fred Ouro Preto. Netflix/ Laboratório Fantasma: São Paulo, 2021.

KLEIN, Étienne. *O tempo que passa (?)*. São Paulo: Ed. 34, 2019

Sankofa- A África que nos habita. Dir. Rozane Braga. Rio de Janeiro: Espaço Qualificado Produção/ FBL Criação e Produção/ Netflix, 2020.

UMA FILOSOFIA DOS AFETOS COMO SAÍDA DO ESTADO DE SERVIDÃO¹

Gilmara Coutinho Pereira

Alegria, tristeza e desejo... a concorrência dos afetos na contemporaneidade está ligada aos cliques, ou melhor, à quantidade de curtidas, às visualizações. Quanto mais visto e “curtido”, maior a satisfação, a alegria, ainda que bem passageira, pois há uma instantaneidade no sucesso de uma publicação, ao mesmo tempo em que a fruição escapa rapidamente e, logo novamente a tristeza da insatisfação do apagamento se instala. Apesar de um número considerável de pessoas ainda se manterem à margem das redes sociais, em sua grande parte não por uma escolha deliberada, mas pela falta de acesso aos instrumentos necessários para a imersão no universo digital,² parte considerável da população tem se tornado dependente dessas redes, fazendo um uso compulsivo e, muitas das vezes, acrítico, tomando o aparente como real, desde padrões

1. Parte deste ensaio corresponde à pesquisa em andamento, desenvolvida num projeto do PIBIC, ano de 2021-2022.

2 Segundo matéria publicada no site do G1 “33,9 milhões de pessoas estão desconectadas e outras 86,6 milhões não conseguem se conectar todos os dias. [...] O estudo indicou que o grupo de ‘desconectados’ representa 20% da população brasileira com mais de 16 anos, enquanto os ‘subconectados’ e os ‘parcialmente desconectados’ equivalem a 25% e 26% da população, respectivamente. Ainda segundo o levantamento, esses grupos são formados principalmente por pessoas negras, que estão nas classes C, D e E, e que são menos escolarizadas”. Cf. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/03/21/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em 13/05/2022.

estéticos de beleza,³ com pessoas que mais parecem ter sido feitas numa mesma “forma”, graças aos procedimentos de “harmonização facial” bem como os mais diversos filtros, que adulteram a imagem real, às *fakes news* no campo da política, com a divulgação de notícias falsas, numa guerra inescrupulosa pelo poder e, em especial, pela manutenção do caos:

O Carnaval contemporâneo se alimenta de dois ingredientes que nada têm de irracional: a cólera de alguns meios populares, que se fundamenta sobre causas sociais e econômicas reais; e uma máquina de comunicação superpotente, concebida em sua origem para fins comerciais, transformada em instrumento privilegiado de todos aqueles que têm por meta multiplicar o caos.⁴

Os resultados da eleição de 2018 no Brasil não seriam possíveis não fosse essa indústria da desinformação e da alienação. Sentiremos ainda por muito tempo os efeitos desastrosos daquelas escolhas, estudantes, trabalhadores, aposentados e o enorme número de pessoas que passaram a viver em situação de miséria, entrando na fila do desemprego, perdendo sua moradia e mesmo o direito de se alimentar com dignidade, e ainda, aqueles que vivem o luto pela perda de alguém querido devido à pandemia do COVID-19, cujo rastro de morte e miséria poderia ser bem menor, caso houvesse um empenho mínimo do governo federal no sentido de investimento na ciência, na agilidade na compra de vacinas e na garantia dos direitos básicos de alimentação, moradia, educação e saúde para a população mais carente e, por conseguinte, mais afetada nesse período de crise, mas, infelizmente, o discurso do

3 Cf. <https://www.pucrs.br/blog/pressao-estetica-redes-sociais/>. Acesso em 13/05/2022.

4 EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do caos*; tradução Arnaldo Bloch. – 1.ed.; 2.reimp. – São Paulo: Vestígio, 2020. p.24-25.

então presidente Jair Messias Bolsonaro era de que “a Economia não podia parar”, muito embora tenha escolhido como ministro o inepto e cruel Paulo Guedes. O único interesse de ambos era o de atender aos interesses dos grandes empresários e garantir uma política de dizimação da população pobre.

Ou seja, se, por um lado, temos a busca por sentimentos decorrentes da alegria, como a esperança, a glória, o amor, entre tantos outros, em contrapartida, somos abatidos pela indignação, desespero, ódio, entre outros sentimentos. E o desejo sempre manifesto em cada um, inclinado para um grupo ou outro de afetos. Nesse texto, no entanto, não trataremos de qualquer desejo, mas o de um tipo específico, que se apresenta na obra do filósofo racionalista Baruch de Spinoza (1632-1677), holandês, ele que escreveu uma filosofia voltada para a análise das emoções, ou, o termo que adotaremos mais frequentemente aqui: afetos.

Spinoza e a filosofia dos afetos

A escolha do Espinosa não se dá apenas por ele ter desenvolvido uma filosofia que analisa os afetos, que é o ponto de partida deste ensaio, mas por sua filosofia dos afetos, demonstrar que, como lidamos com eles é fundamental para nos levar de um estado de servidão à liberdade. Uma liberdade que não é quimérica, mas que se realiza no exercício racional do que ele chama de *Conatus*: o esforço por existir.

Nosso objetivo geral é analisar a filosofia ética de Spinoza, destacando a importância de tratar os afetos como uma questão filosófica, a partir do livro *Ética*, segundo o qual, não há dualismo quando se fala do homem em termos de mente e afetos, um não se sobrepõe ao outro, muito embora esteja na razão a chave para uma possível libertação do estado de servidão em que o homem pode se encontrar. Para tal, torna-se imprescindível analisar as relações entre os conceitos de Deus, Mente, Servidão, Liberdade, Afetos e *Conatus*, presentes em sua filosofia. Este filósofo desenvolve uma

ética imanente, que visa a virtude, não como uma meta, mas como algo que se dá no exercício dos afetos que estimulam nossa potência de ser, e que abarca, por conseguinte, o indivíduo e a sociedade.

Segundo ele, os afetos não podem ser desprezados quando se busca compreender o que é o ser humano, seu convívio em sociedade, sua relação com o mundo.

Deste modo,

[...] não devemos dizer de nenhuma realidade natural que ela seja ‘imperfeita’. Nada daquilo que existe carece de algo: é aquilo que deve ser, segundo a série de causas necessárias (REALE, 2005, p.27).

A exposição sobre a questão se dá com maior relevância em seu livro *Ética*, sua obra magna, escrita como um tratado de geometria – possuindo um método indutivo-geométrico –, publicada postumamente por seus amigos (sua escrita foi iniciada em 1661, sua publicação se deu em 1677). Nela temos a discussão entre as emoções ativas e as passivas – sendo as primeiras as que podem ser compreendidas racionalmente, e as segundas as que não podem. Sua ética se funda no conceito de imanência e nela não há hierarquização entre corpo e mente.

Conhecido como “estoico moderno”, o escopo de sua filosofia era munir-se de uma visão capaz de “libertar o homem das paixões e dar-lhe um estado superior de paz e tranquilidade” (REALE, 2005, p.13). Assim, o tema da liberdade também está presente em sua filosofia, muito embora em alguns momentos pareça descartar a ideia de liberdade humana, é possível identificar a defesa de um tipo de liberdade ligada à consciência, ou melhor, ao conhecimento. Ana Pedro, no artigo *A ética como conatus de Espinosa*, diz:

[...] uma proposta de libertação do sujeito e das suas afecções negativas, as paixões, sempre através da razão, assente no pressuposto

fundamental de que quanto maior for o conhecimento que o sujeito detiver dos mecanismos afetivos aos quais está sujeito, maior será a sua capacidade de intervenção neles e de se poder libertar das afecções negativas, substituindo-as por outras maiores e mais positivas (2013, p.27).

Ou seja, a razão é capaz de conduzir o homem à liberdade ao ser usada na deliberação das afecções a serem afirmadas. Nisso surge o conceito de *Conatus* em sua filosofia. São definições para *conatus*: “esforço de perseverança no ser ou de preservação do ser num determinado estado” e “impulso, energia vital de transformação do ser em direção à sua maior perfeição” (ANA PEDRO, 2013, p.27); enfim, expressão de vida. Ana Pedro reforça a ideia espinozista de que o homem é um todo indivisível (alma e corpo), por conseguinte, razão e emoção:

[...] o ser humano tanto é egoísta como altruísta, bom como perverso, generoso como calculista. O homem representa cada um desses estados antagônicos, pelo que é, simultaneamente, razão e emoção.” (2013, p.28).

Razão (conhecimento) e liberdade (autodeterminação) são as chaves para que o homem consiga controlar suas paixões.

Assim,

[...] o conatus permite que nos tornemos a causa adequada das nossas próprias ações (autodeterminação), que sejamos ativos, dinâmicos (dinamismo do ser), alegres e livres (ética da liberdade) (ANA PEDRO, 2013, p.32).

Uma afirmação consciente do ser que o faz perseverar.

Uma das definições mais presentes já de início em sua *Ética* e para onde a mesma se dirige é Deus. Um Deus, no entanto, que não é dotado de personalidade (de vontade e intelecto):

[...] não se pode dizer que Deus projete o mundo com o intelecto, que o queira como um ato de livre escolha ou que o crie por amor, porque essas coisas são “posteriores” a Deus, dele procedendo: não são o originário, mas o conseqüente. Atribuir essas coisas a Deus significa trocar o plano da natureza naturante pelo da natureza naturata (REALE, 2005, p.20).

Esse Deus não é transcendente, mas causa imanente de tudo o que existe, por conseguinte, de si mesmo.

Após falar sobre Deus mais detalhadamente na Parte I, Spinoza constrói uma teoria geral do espírito e dos afetos, que culminará na passagem da servidão à liberdade: “[...] Espinosa define a servidão humana/escravidão como sendo a impotência para regular os afetos.” (SILVA; GOMES, 2017, p.126). Para ele, a liberdade está ligada ao poder da mente, à capacidade de conhecimento e ao uso que fazemos dela: “clarifica tuas ideias e deixarás de ser escravo”. Uma filosofia que se orienta no sentido da libertação humana.

O pensar e o pensamento ganham em Spinoza um sentido que vai além de uma atividade tão somente intelectual, mas que também abarcam afetos como o desejar e o amar. Conforme diz Spinoza, no axioma III da Parte II (A natureza e a origem da mente): “Os modos de pensar como o amor, o desejo ou qualquer outro sentimento da alma, qualquer que seja o nome por que é designado, não pode existir num indivíduo senão enquanto se verifica nesse mesmo indivíduo uma ideia da coisa amada, desejada, etc.”. Tratando-se, pois, de uma ideia adequada, cujas propriedades são intrínsecas. Não há distinção entre racionalidade e ética, posto que

“[...] a nossa conduta só será boa, virtuosa, se fundada na razão, no conhecimento.” (ANA PEDRO, 2013, p.32).

É uma ética racionalista, pode-se dizer.

No que diz respeito à atividade intelectual, há, segundo Spinoza, três graus de conhecimento, este que, segundo ele, na parte II da *Ética*, “[...] é o afeto quando transformado na causa adequada de si mesmo” (p.26): um primeiro referente à imaginação e à opinião, importantes em seu aspecto prático, mas que, por se limitarem aos dados sensoriais e às imagens, não são confiáveis; um segundo denominado racional, derivado da ciência; e um terceiro considerado intuitivo – “consiste na visão das coisas em seu proceder de Deus e, mais exatamente, procede da ideia adequada dos atributos de Deus para a ideia adequada da essência das coisas.” (REALE, 2005, p.22). Sendo este terceiro grau o mais elevado e, assim, o que mais nos aproxima da saída de um estado de servidão.

[...] ao estar guiado pelo terceiro gênero do conhecimento, o indivíduo vivencia a liberdade, pois consegue articular a transformação da dinâmica dos encontros em uma dinâmica do pensamento, e esses se transformam em ação, permeada por uma consciência que ultrapassa as imagens produzidas pelas afecções, é uma ação voluntária e livre (SILVA; GOMES, 2017, p.129).

Importante reforçar que não é um conhecimento puramente abstrato, mas que articula a reação às afecções por meio do corpo e da mente, que não se dissociam na filosofia de Spinoza, culminando numa ação consciente.

A saída do estado de servidão

A liberdade humana, segundo a ética de Spinoza, consiste no uso do terceiro gênero de conhecimento e na afirmação da potência da alma, ou seja, da conservação do ser. A Ética se dirige no sentido do amor intelectual, o terceiro grau do conhecimento: é o amor de Deus.

Na Parte II da Ética, na proposição XXXV, que trata sobre a falsidade enquanto privação de conhecimento, tem-se como implicação para a ideia de liberdade que, segundo o Escólio, “os homens se julgam livres por terem consciência das suas ações; mas não o são enquanto ignoram as causas pelas quais são determinados”. Logo, também conforme a proposição XLI, é o conhecimento de primeiro gênero a causa da falsidade. E na Parte IV (Da servidão humana ou das forças das afecções), diz: “Chamo servidão humana a impotência para governar e refrear as afecções”. Deste modo, reafirma-se que só o terceiro gênero do conhecimento é capaz de tornar o homem livre, somente através do conhecimento adequado.

Ao final da Parte II da Ética, Spinoza resume as consequências morais de sua teoria e como ela é útil para a vida prática:

[...] facilita a vida social enquanto ensina a não irritar-se contra ninguém, a não desprezar, a não ironizar, a não conflitar e a não invejar ninguém. [...] facilita bastante a sociedade comum, porquanto ensina de que modo os cidadãos devem ser governados e dirigidos, isto é, não para que sirvam como escravos, mas sim para que realizem livremente aquilo que é melhor (REALE, 2005, p.25).

Não à toa, como dito mais acima, ser considerado como um estoico, e como sua filosofia tem um caráter não somente ético, mas também político. Como temos na proposição XL, da IV Parte: “[...] o que faz com que os homens vivam de acordo, é útil, e inversamente,

é mau o que traz discórdia à cidade”. Procurar o que é útil está diretamente ligado à conservação do ser, por conseguinte, sinal de virtude. Nisso, busca-se o que seja melhor para a vida em comum, em sociedade.

A filosofia de Spinoza defende uma visão em que não existe o maniqueísmo de “bem” e “mal”, assim como também não existem fins a serem alcançados. Diante da necessidade de agir o que se nos apresenta é a reflexão do que é útil e do que é inútil, este último devendo ser desprezado. Nesse sentido, uma vida virtuosa significa:

[...] agir, viver, conservar nosso ser sob a guia da razão, e isso sobre o fundamento da busca do que nos é útil. E o primeiro e único fundamento da virtude é o conhecimento adequado, em que reside a verdadeira salvação do homem.” (REALE, 2005, p.26).

Logo, a virtude não é uma meta a ser alcançada, como algo exterior ao homem, mas deve ser encontrada e cultivada em si mesmo, em seu intelecto.

Ao longo da história do pensamento vemos que os afetos costumam ser relegados, tratados como traços de nossa fraqueza enquanto espécie humana, contudo, Spinoza dimensiona os afetos como “potências da natureza”, que, “como tais, não devem ser detestadas e censuradas, mas sim explicadas e compreendidas, como todas as outras realidades da natureza” (REALE, 2005, p.26). Dos afetos, destaca a tristeza e a alegria, segundo ele, afetos basilares de onde surgem os demais. Enquanto potências, no que vão se transformar depende de como tratamos cada um, de modo que a potência do ódio, se bem alimentada, pode gerar sentimentos como o ódio, a inveja, a tristeza; e a alegria estimulada pode gerar amor, paz, felicidade, entre outros sentimentos desta ordem, conforme temos na proposição XLIII da Parte III: “O ódio é aumentado por um ódio recíproco e pode, ao contrário, ser destruído pelo amor”. Ou seja, mesmo o ódio, quando estimulado em sentido contrário, pode

tornar-se fonte de amor. Assim, existem afetos que são “ações”, causas interiores que nos levam a agir; mas também existem aqueles que são “paixões”, causas exteriores que nos levam à passividade. Seja como for, como ele diz no axioma IV: “[...] um determinado corpo é afetado de muitas maneiras”. E assim, quanto maior for a quantidade dos modos de pensar, mais ele é afetado por outras coisas.

Os afetos são, segundo Spinoza:

[...] as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo, tempo, as ideias dessas afecções.” (1979, p.50).

Na proposição XIII da Parte II diz: “O objeto da ideia que constitui a alma humana é o corpo, ou seja, um modo determinado da extensão, existente em ato, e não outra coisa.” O homem é alma e corpo, o que afeta um, afeta o outro, conforme a demonstração da proposição XIV da Parte II: “[...] tudo o que acontece no corpo humano, a alma humana deve percebê-lo”. Logo, o corpo é afetado e afeta.

A teoria ética de Spinoza, portanto, apresenta a importância de se pensar o homem como um ser constituído de mente e corpo, ambos afetados de diversos modos, em especial pelo desejo, pela alegria e pela tristeza – assim se definem as afecções: Desejo (essência do homem), Tristeza (passagem do homem de uma perfeição maior para uma menor) e Alegria (passagem de uma perfeição menor para uma maior) –, mas que possui o intelecto, capaz de realizar a escolha de qual potência queremos alimentar mais, de modo a felicidade tornar-se possível não só ao indivíduo, mas também à comunidade. Felicidade não como alvo extrínseco, mas como inerente ao próprio uso adequado da razão, conforme temos na proposição XLII da Parte V (Da potência, da inteligência ou da liberdade humana): “A felicidade não é o prêmio da virtude, mas

a própria virtude; e não gozamos dela por refrearmos as paixões, mas ao contrário, gozamos dela por podermos refrear as paixões”.

Ensejamos assim demonstrar como a filosofia dos afetos de Spinoza é uma filosofia afirmadora da existência, que pode fundamentar um olhar mais voltado para a complexidade da existência humana, com a presença dos afetos e como esses estão ligados e são condições para o bem viver, desde que se afirmem aqueles potencializadores da existência, pois, como temos na Parte III (Da origem e da natureza das afecções) da Ética, na proposição VI: “Toda a coisa se esforça, enquanto está em si, por perseverar no seu ser”, e também no Escólio da proposição XLIV: “[...] cada um se esforçará sempre por conservar o seu ser”. Ou seja, deve ser um esforço natural prezar pela conservação da existência e isto se dará com o uso adequado da razão na administração dos afetos.

Referências

EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do caos*; tradução Arnaldo Bloch. – 1.ed.; 2.reimp. – São Paulo: Vestígio, 2020. p.24-25.

PEDRO, Ana. *A ética como conatus de Espinosa*. – São Paulo: Cadernos Espinosanos, n.29, 2013.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: de Spinoza a Kant*, v.4; tradução Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA, Marcela Fernandes; GOMES, Cláudia. *Afeto na filosofia de Espinosa: aportes para a potencialização dos corpos na escola*. – Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, n.27, 2017.

SPINOZA. *Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência*; seleção de textos de Marilena de Souza Chauí; traduções de Marilena de Souza Chauí... [et al.]. – 2.ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)

OUTRAS INVISIBILIDADES DA PANDEMIA NO BRASIL: MULHERES EM SUAS ATIVIDADES COTIDIANAS

Maria do Socorro Cipriano

A pandemia causada pela Covid-19 provocou milhares de mortes em todo o mundo e, no Brasil, já somam mais de seiscentos mil óbitos. Contudo, vale ressaltar que a pandemia não se reduz a um problema de saúde, atingindo também outras feridas em nossa sociedade. Esta já não consegue esconder as problemáticas relativas aos mais pobres e às minorias, potencializando a violência, as questões do racismo, o negacionismo e o feminicídio. É nesse cenário desolador que também se revelaram as frágeis condições de trabalho e de sobrevivência femininas, uma vez que recaíram sobre as mulheres, especialmente sobre as mais pobres, a expectativa social para que elas se tornassem as principais cuidadoras daqueles que estão à sua volta.

Diante desse panorama atual, atravessado por mudanças tão radicais e rápidas na vida de todos, espera-se não somente inferências do historiador que também se reconhece como parte desse movimento histórico, mas também um dever imputado ao seu ofício em problematizar o presente e democratizar a informação, fomentando nichos de debates acadêmicos e fora destes. A História não pode ser concebida apenas como um conhecimento sobre um passado engessado num mundo frio e distante do pesquisador, mas deve ser vista como algo que desafia em nosso tempo, a exemplo do que vem demonstrar a pandemia. Desse modo, na condição de historiadora, as indagações que conduziram esta proposta também estão conectadas com minhas subjetividades e com minhas afetações.

Para pensar sobre como as mulheres foram impactadas nesse período pandêmico, numa sociedade onde o lugar ocupado por elas é historicamente inscrito a partir da desigualdade de gênero, pergunto: quais os modos de sobrevivência as mulheres tiveram que (re) inventar? Quais desafios tiveram que superar para resguardarem as suas vidas e as dos seus? São indagações que, ao longo deste ensaio, se mostram mais reflexivas do que apuradas, por revelarem infinitos modos de fazer que operam com o jogo da sobrevivência e da inventividade no cotidiano feminino.

O livro *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* (REGO et al., 2021), organizado por estudiosos, intelectuais e pesquisadores de diversas áreas, demonstra uma inquietação em relação ao atual contexto da pandemia, evidenciando a catástrofe provocada na população vulnerável e a desigualdade social. Partindo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de que todos os humanos têm direito a uma “vida digna”, os autores compreendem que tratar da crise social no presente é um problema ético, isso porque a Covid-19 não atinge o mundo de forma igualitária, mas pode variar de acordo com o lugar em que as pessoas se situam social e economicamente.

Daí os pesquisadores chamarem a atenção das autoridades responsáveis para a proteção dessa população em vulnerabilidade, especialmente durante a atual emergência em saúde pública, atendendo para as singularidades dos indivíduos. Nem todos têm as mesmas oportunidades de trabalho remoto, de isolamento social, ao contrário, muitos vivem sem água, sem moradia e sem alimentação básica.

As pesquisas apontam que houve um aumento expressivo da população de rua em decorrência do desemprego e da pobreza, demonstrando que em “março de 2020, a população em situação de rua no Brasil chegou a quase 222 mil pessoas” (SCHMIDT, 2021, p.89). Diante dessa realidade, além dos “recursos públicos para a manutenção da vida serem distribuídos desigualmente a depender do gênero, raça, classe, deficiência e geografias” (REGO et al., 2021, p.64), majoritariamente, mulheres e meninas são as mais afetadas.

Assim, não nos causa espanto que o Brasil se configure como o “país com maior índice de mortalidade materna associada ao Covid19” (REGO et al., 2021, p.65).

Ainda segundo Rego et al. (2021), esse quadro de precariedades tem uma longa relação com o passado histórico de nossa constituição identitária sociocultural, que fora atravessada por valores eurocêntricos e, desde a colonização, produziu uma sociedade extremamente desigual. Apesar de a Constituição Federal Brasileira afirmar que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, muitos grupos sociais continuaram marginalizados e excluídos das redes de proteção do Estado, situação agravada no período pandêmico, com a falta de coordenação e/ou omissão por parte do governo federal, resultando em catástrofe humanitária.

A leitura que alguns estudiosos fazem da atual situação é que nos deparamos com uma *mistanásia*,¹ ou seja, “a morte fora do tempo, miserável e totalmente evitável” (REGO et al., 2021, p.67). Trata-se de uma morte marcada pelo sofrimento, resultante da pobreza, da falta de dignidade com que pessoas em suas precárias condições sociais são submetidas, uma vez que essa população é tratada a partir de uma “avaliação de custo-benefício, provocando a prematuridade de sua morte por falta de condições mínimas de vida e atendimento inadequado sanitário” (REGO et al., 2021, p.67). O que significa que, no atual contexto, essa população desassistida está condenada a uma morte pelo abandono ou já condenada pela morte social.

Se a pandemia pode servir para refletirmos sobre a desigualdade social, ela escancara a desigualdade da experiência da dor, pois, certamente, é mais cruel para os pobres, índios, idosos e mulheres. No caso destas, mesmo entendendo a complexidade da categoria mulher, e, aqui, longe de tomá-la enquanto ser homogêneo e universal, ainda assim, é preciso anotar que grande parcela da nossa sociedade está experimentando cotidianamente essa crise sanitária

1 Mistanásia foi um termo cunhado pelo bioeticista Márcio Frabi dos Anjos em 1989.

de modo muito mais impactante – ao passo que grande parte delas fica desassistida, com baixas remunerações salariais e ainda responsabilizada para cuidar dos filhos e de outros dependentes.

Tal situação pode ser ainda mais drástica quando as atitudes cotidianas do presidente Jair Bolsonaro contribuem para reforçar as desigualdades de gênero, à medida que opera a partir de uma estética do masculino focada na violência, no confronto pela força bruta, que interfere nas práticas educacionais e tenta coibir discussões e abordagens sobre as relações de gênero. Tudo isso nos faz refletir sobre como os corpos dos sujeitos são engendrados por relações de poder, como são atravessados historicamente por discursos que visam a dominação e a fabricação de corpos dóceis.

Nesse sentido, também convém questionar sobre como a figura feminina se naturalizou na sociedade enquanto *cuidadora*, ao mesmo tempo em que seu lugar na história da produção capitalista tornara-se desvalorizado.

A desvalorização do trabalho feminino

A tragédia da pandemia, hoje, explicita a necessidade de pensarmos sobre como a sociedade ocidental se tornou tão desigual, inclusive, acentuando as desigualdades de gênero em muitos aspectos. Sociedade gestada por um discurso eurocêntrico e, sendo assim, excludente; discurso que elegeu um modelo de sociedade ideal, um modelo de homem universal, excluindo mulheres, crianças e outras sociedades consideradas sob aquele olhar e aquela escrita, como sendo inferiores.²

2 Segundo Michel de Certeau (2000), “A história moderna ocidental começa efetivamente com a diferenciação entre o presente e o passado [...]. A inteligibilidade se instaura numa relação com o *outro*; se desloca (ou “progride”) modificando aquilo que faz o seu “outro” – o selvagem, o passado, o povo, o louco, a criança, o terceiro mundo” (p.14-15).

Esse *saber-dizer*, essa escrita sobre o corpo do outro, implica em posse, em dominação, que segrega indivíduos e grupos sociais. É nessa perspectiva que podemos compreender como esse processo de constituição da sociedade ocidental também inscreve o corpo feminino à margem dos processos de produção, criando para ela um lugar de sujeição, de passividade, de domesticidade.

Como afirma Teresa Pinto (2008), mesmo na contemporaneidade, apesar das conquistas e das mudanças socioculturais, o “paradigma da domesticidade” continua a existir, uma vez que a articulação entre natureza feminina e domesticidade adquiriu uma feição “intemporal”, “imutável”. No século XIX, numa sociedade industrializada, racional e com vistas à produção, o homem é descrito a partir da razão, do produtivo, voltando-se para o espaço do fora; já a figura feminina é descrita enquanto irracional, sensível, destinada à reprodução. Nesse processo de mudanças, enquanto a “domesticidade” torna-se elemento constitutivo para a família, esta assume o lugar de mediadora entre o público e o privado, passando a garantir “a reprodução e a integração social” dos indivíduos, como também “crescimento econômico para a nação” (PINTO, 2019).

Com a emergência da sociedade industrializada, há uma dissociação entre o trabalhador e seu produto, entre os meios de produção e os saberes para a produção e, nessa lógica, o trabalho feminino doméstico passa a ser concebido como “inativo”, desqualificado – ainda que sua contribuição atinja, em dados momentos, um percentual de metade do orçamento familiar (PINTO, 2019).

Destinada, portanto, ao ambiente doméstico, as atribuições para cuidar dos filhos, do marido e da família torna-se algo “natural” para a mulher:

Para isso, dentre as principais estratégias biopolíticas do Estado, insere-se a formação da família nuclear burguesa baseada na hierarquização social e sexual do trabalho, ficando a cargo dos homens a esfera da produção (por meio do trabalho e do provimento), e das

mulheres a esfera da reprodução (exercendo o trabalho doméstico e da educação dos filhos), em que se firma uma hierarquia de atividades (SANTOS et al., 2020, p.7).

A interdição de espaços públicos às mulheres, mesmo incorrendo em vigilâncias e restrições de trânsitos, não impediu que elas transitassem pela cidade. Segundo Michelle Perrot (2017), em Paris do século XIX, nos tempos do cólera, quando médicos e filantropos ficaram assustados diante do perigo que representavam as pequenas casas das famílias pobres, pelos contágios de epidemias, a dona de casa passa a ser alvo de vigilância, justamente por sua mobilidade.

As mulheres, em sua grande maioria, pertencentes às classes populares, circulavam pelas ruas vendendo artesanatos, flores, leite, e desempenhando serviços como lavagens de roupas, dentre outros. Além de levar os filhos consigo, elas também eram responsáveis pela “manutenção da família, alimentação, o aquecimento, conservação da casa e da roupa, o transporte da água, etc.” (PERROT, 2017, p.196).

Apesar dos interditos nos lugares públicos, ainda havia outros espaços em que elas desempenhavam ações essenciais de “cuidados” voltados para a boa organização de suas famílias e da sociedade em geral:

Hospitais, igrejas, creches, escolas, cemitérios..., porque correspondem às tarefas femininas. Maternas:

as mulheres levam os filhos à creche ou à escola. De atendimento: elas vão visitar os doentes no hospital. Funerárias: as mulheres, de maior longevidade, cuidam dos túmulos, velam os mortos (PERROT, 2017, p.205).

Por serem esses espaços de “ancoragem”, mas também de “disciplinamento” dos seus gestos e comportamentos femininos, as mulheres também eram consideradas como vetores de contaminação de epidemias. Pautadas nessa imagem de negatividade, elas eram impedidas de adentrar às creches quando deixavam seus filhos e estes, em consequência, imediatamente higienizados pelas possíveis contaminações da rua (PERROT, 2017). Nos corpos femininos, inscreviam-se os estigmas do pobre e, portanto, do feio, do indisciplinado, do perigoso.

A condição social que fora solidificada na sociedade capitalista e que gera lugares de desigualdade de gênero, certamente, é mais visível em países onde os problemas econômicos para as mulheres aparecem de maneira mais violenta. No Brasil, os desdobramentos daquele projeto civilizacional ainda fabricaram feições socioculturais ainda mais complexas. Afinal, a sociedade vai modernizando-se na passagem do século XIX ao XX sob os traumas de um passado colonial, escravocrata e patriarcal. À medida que a urbanização se ampliava, a circulação e as atividades de mulheres também aumentavam.³ Como atesta Joana Monteleone (2019, p.2), sobre o Rio de Janeiro em 1870, “71% das mulheres ativas eram criadas, o que significava 34 mil mulheres trabalhando como mucamas, pajens, amas-de-leite, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, carregadoras de água, lavadeiras, passadeiras e costureiras”.

No caso das costureiras, estas eram tão requisitadas que muitas famílias ricas se davam ao luxo de ter uma costureira morando em sua casa, muito embora suas funções também pudessem ser confundidas com as de cozinheira (MONTELEONE, 2019). O fim da escravidão não resultou em mudança efetiva nas vidas das ex-escravas, uma vez que, no início do século seguinte, muitas dessas mulheres ainda trabalhavam como empregadas (MONTELEONE, 1919).

3 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148913>. Acesso em: 16 ago. 2021.

Nessa sociedade profundamente desigual, racista e sexista, as mulheres acabavam pagando um preço alto. Na primeira metade do século XX, à medida que a sociedade brasileira avançava no âmbito da economia urbanística e o mercado de trabalho feminino também se ampliava, ainda assim, as mulheres continuavam a enfrentar preconceitos. Analisando as suas dificuldades quanto ao trabalho fora de casa, mesmo reconhecendo a evolução dos empregos femininos, Carla Bassanezi Pinsky (2014) mostra como muitas dessas mulheres foram excluídas do mercado de trabalho, entre os anos de 1945 e 1964, apesar de terem qualificação necessária.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma mudança nesse cenário, e um progresso, à medida que o nível de escolaridade feminina aumentava⁴ e crescia a própria “demanda de serviços burocráticos, financeiros e educacionais nos setores públicos e privados” (PINSKY, 2014, p.187). Entretanto, ainda persistiram limites aos estudos e à profissionalização femininos, pois, na época, pensamentos conservadores e novas ideias coexistiam, sendo divulgados pela imprensa, pelo cinema e por instituições como a própria Igreja, constituindo toda uma maquinaria discursiva que convergia para a elaboração de preconceitos em relação ao trabalho feminino, sempre no sentido de desvalorização e desqualificação de sua “natureza feminina”.

Nas últimas décadas, muita coisa mudou com relação ao *status* feminino. Mesmo sendo um período de expressivos avanços sociais, frutos das lutas de grupos organizados pelos direitos das mulheres, a pandemia da Covid-19 vem desnudar todo um contexto histórico erigido sob o machismo estrutural – alimentado pelo neoliberalismo – em que a atual crise econômica fez recair sobre as mulheres um ônus ainda maior. Tal como apontado antes, a constituição histórica das atividades de trabalho feminino está pautada em antigas práticas culturais que marcaram profundamente nossa sociedade,

4 Segundo Carla Pinsky (2014, p.187), entre as décadas 50/60, “o número de mulheres já se aproxima do número de homens no ensino médio”.

reatualizando discursos que naturalizam a função de *cuidadora* como sendo uma atividade própria da mulher.

Os impactos da pandemia em nossa sociedade conferiram visibilidade aos desafios enfrentados por mulheres em suas atividades de trabalho cotidianas, especialmente pelas mais pobres, no âmbito das práticas de dominação cultural.

As mulheres na Pandemia

Profissionais de diversas áreas e alguns segmentos da mídia nacional começaram a denunciar a sobrecarga das mulheres durante a pandemia, apontando que várias problemáticas envolvendo o universo feminino foram potencializadas pela ausência ou pela demora de interferências das políticas públicas para a população mais vulnerável: aumento da violência doméstica contra as mulheres, desemprego, fome, como também a sobrecarga de trabalho feminino. Eis o grande caldeirão borbulhando, com requintes de crueldade, que se formava sob ditos e gestos preconceituosos por parte de representantes do próprio Estado, contra grande parte da população e daqueles que vivem à margem da sociedade.

No artigo “Cuidado de si: trabalhadoras da saúde em tempos de pandemia pela Covid-19”, Gabriela Santos (2020) e outros pesquisadores discutem as condições de trabalho dos profissionais da saúde, afirmando que são principalmente as mulheres que desempenham as “funções de cuidado” e, por isso, ficam mais sobrecarregadas, mais expostas aos riscos de contaminação.

Ao abordar a “crise das prestações de cuidados” na pandemia, observaram que justamente a função de *cuidar* tem recaído sobre as mulheres:

Cuidar é um trabalho duro, emocionalmente exigente, tenso, que em nossa sociedade é primordialmente delegado às mulheres e assim influenciado por questões de gênero. Em

sociedades patriarcais e racistas, ele é sistematicamente desvalorizado e sua contribuição para a manutenção do sistema capitalista é invisibilizado, embora fundamental para o status quo (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020 apud SANTOS et al., 2020, p.02).

E não surpreende que, segundo os dados de abril/2020, apontados pelo Conselho Federal de Enfermagem, “dos profissionais de enfermagem diagnosticadas com Covid-19, destes, 83% do sexo feminino, a maioria de 31 a 41 anos” (SANTOS et al., 2020, p.03). A forma como a pandemia atinge os profissionais dessa área enfatiza, de forma gritante, as desigualdades de gênero.

Também as experiências das professoras se constituem como mais um capítulo dessa mesma história. Elas tiveram que conciliar aulas remotas e outras atividades didáticas e de pesquisa junto aos cuidados com a higiene da casa e dos alimentos, enfim, cuidados com seus dependentes. A administração do medo do desconhecido trouxe consigo uma nova e desgastante rotina de trabalho domiciliar. Isso tudo passa a refletir não somente em sua atuação docente mais imediata, que são as aulas remotas, mas também na produção do conhecimento acadêmico refletida nas publicações. Reforçando, assim, uma disparidade de gênero que já era explicitada antes do período pandêmico, quando as publicações dos homens chegavam a um percentual maior, considerando também maiores chances de serem os primeiros autores (COUTINHO; TENCA; MOMBELLI, 2021).

Nesse sentido, por mais que teoricamente tenhamos questionado a ideia de essência feminina, especialmente a partir das concepções teóricas pós-estruturalistas e, portanto, que haja uma constante desnaturalização desse lugar do feminino, ainda persiste a imagem tradicional e cristalizada da mulher sob o imperativo de alguns “valores sendo associados ao gênero feminino como solidariedade, compromisso, cuidado, afeto, apego e envolvimento” (SANTOS et al., 2020, p.5).

Em 2020, a pesquisa *Sem Parar*, realizada pela SOF e Gênero e Número, envolvendo um grupo de mulheres diversas, apontou o seguinte resultado: “50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia”; “41% das mulheres que seguiram trabalhando na pandemia com manutenção do trabalho afirmam trabalhar mais na quarentena”; “40% das mulheres que afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco”; “58% das mulheres desempregadas são negras”.

Se algumas profissões, como a de enfermeira, parecem legitimar essa “essência” do ato de cuidar como atributo do feminino, as mulheres sozinhas e desempregadas tiveram que arcar com múltiplas funções cotidianas, que podem corresponder ao trabalho não remunerado. As minúcias desse tipo de trabalho cotidiano, especialmente desenvolvido pelas mulheres, ainda hoje, contribuem para que percebamos como as múltiplas atividades de trabalho miúdas, rotineiras, não remuneradas, são invisibilizadas na sociedade.

Na pandemia, mesmo para as mulheres que ficaram em casa e tiveram que assumir a condição exclusiva de “dona de casa”, houve um aumento extra de atividades, por vezes, consideradas corriqueiras e banais. São atividades consideradas “banais”, justamente, por não serem mensuradas em valores e, por isso, sem prestígio na sociedade capitalista - ainda que se trate de uma jornada que não tem hora para começar e nem para terminar. Além disso, culturalmente, exige um profundo saber sobre o qual as figuras femininas são treinadas ao longo de uma vida, como resquícios de um modelo feminino erigido pela sociedade patriarcal que persiste.

Segundo a historiadora Vilma Bueno (2020), nesse período pandêmico, em que houve o fechamento das escolas e das creches, os desafios enfrentados pelas mães trabalhadoras foram enormes. A mulher teve que fazer essa opção entre trabalhar ou cuidar dos filhos e/ou dos idosos, o que, portanto, só reforça uma naturalização desse papel feminino, pois é dela que se espera o *cuidar* da organização da casa e da família. Segundo a autora, tal situação é legitimada pelos dados do IBGE de 2020, que apontam como

as mulheres foram mais impactadas pelo desemprego do que os homens. E mais: “Profissões relacionadas à alimentação e aos serviços domésticos foram afetadas porque empregam mulheres, assim como as profissões relacionadas aos cargos de chefias e gerências foram pouco impactadas” (BUENO, 2020, p.13).

Bueno (2020, p.1557) também mostra

Como os dados comparativos revelam que, em março de 2020, 15% dos trabalhadores perderam suas ocupações, sendo que as mulheres faziam parte dos 20% dos desempregados, o que contribui para o aumento das desigualdades sociais.

No caso das mães trabalhadoras, para que consigam manter seus trabalhos e os seus sustentos, elas se valem de vários artifícios, dentre os quais as redes de solidariedade que, conforme aponta a autora,

Em alguns casos negociou com as vizinhas o cuidado dos filhos, o que serviu de exemplo para outras, tornando a vizinhança solidária, estreitando as relações humanas, apesar de não se justificar o atendimento das crianças em espaços informais (BUENO, 2020, p.1558).

Um relato apresentado pelo programa de TV Profissão repórter, exibido em 13/07/2021, mostra o cotidiano de Vanessa, uma jovem mãe que cuida de duas filhas pequenas, da casa e de outras tantas atividades cotidianas, somando cerca de 16 horas de trabalho diariamente. Apesar de ela ser casada e ainda receber um suporte de sua própria mãe para cuidar dos filhos, acorda rotineiramente cedo, pela manhã, e faz café, lava as roupas, faz a faxina; ela ainda faz doces para encomenda e outros bicos como cabeleireira para ganhar um dinheiro extra. Por sua vez, o marido trabalha como

vigilante por 12 horas, mas apesar de assumir parte da divisão de tarefas domésticas, ele reconhece que ainda “faz pouco” quando suas atividades são comparadas às atribuições da esposa.

O que revelam as histórias dessas muitas Vanessas? Revelam que, especialmente nas comunidades mais pobres, apesar dessas falhas ou da completa ausência do Estado, os desafios sociais são enfrentados pelas mulheres através dos arranjos familiares, relações de solidariedades entre vizinhos e as ações inventivas com que elas recriam os espaços de sobrevivência. Sim, isso tem se mostrado uma realidade comum, mas, será que devemos nos contentar com essas tantas “histórias de superação”, cotidianamente exibidas pela mídia nacional?

Remunerados ou não, os trabalhos realizados pelas mulheres – urbanas, rurais, em especial, as mulheres negras – estão perpassados por uma estrutura neoliberal que atinge toda a sociedade em suas relações como um todo, penetrando os espaços mais escondidos e micros, espaços onde os direitos do cidadão não chegam e a fome e o desemprego assombam; espaços onde a *dor* pela perda dos seus impõe-se de forma implacável!

A experiência da pandemia pode ser tomada como uma chave de leitura para problematizarmos questões que ainda estão muito sedimentadas em nossa sociedade, a exemplo das heranças patriarcais, das desigualdades de gênero. Especialmente nos últimos tempos, quando vem crescendo uma tendência ao radicalismo na política de extrema direita, trazendo consigo outras bandeiras do ódio, do machismo, da intolerância ao diferente; numa tentativa de sufocar a democracia, de impedir a continuidade de lutas pelos direitos. Tal tendência visa “demonizar” debates importantes em torno das questões de racismo, sobre desigualdades sociais e questões de gênero, pois como diz Marcia Tiburi (2017, p.65), estamos testemunhando o banimento da palavra gênero nos últimos anos, “como se ela, por si só, fosse algo demoníaco. Quando, na verdade, é o seu banimento que mantém a promoção do preconceito e da violência, eles sim demoníacos”.

Portanto, especialmente em relação às mulheres trabalhadoras, urbanas, rurais, negras, é preciso problematizar sobre essa inviabilidade do trabalho não remunerado, do trabalho adicional; refletir sobre esse exercício praticado nos espaços domésticos que, muitas vezes, subtraem o tempo de descanso, do ócio feminino. Pensar sobre isso também é questionar práticas e instituições que fabricam esses lugares ainda naturalizados para o feminino; é desmontar essas redes simbólicas, que contribuem para a precarização de suas condições atuais de trabalho.

Referências

BIANCONI, Giulliana *et al.* Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. São Paulo: Gênero e Número e SOF – Sempreviva Organização Feminista. **Relatório**. São Paulo; Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://mulheresnapan pandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

BUENO, Wilma de Lara. História das mulheres em tempos de pandemia. **Filos. e Educ.**, Campinas, SP, v.12, n.3, p.1544-1564, set./dez. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 3.ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTINHO, Beatriz Azevedo; TENCA, Laira Rocha; MOMBELLI, Cecilia Soares. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o trabalho das professoras pesquisadoras de Relações Internacionais. **Rev. Conj. Aust.**, v.12, n.59, p.74-88, jul./set. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/113846/64276>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MOMBELLI, Cecilia Soares. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o trabalho das professoras pesquisadoras de Relações Internacionais. **Rev. Conj. Aust.**, v.12, n.59, p.74-88, jul./set. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/113846/64276>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MÃE divide rotina entre cuidar das filhas, da casa e trabalhar fora. **Programa de TV Profissão Repórter**, 11 min, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9685099/?s=0s>

MATTA, G. C.; REGO, S.; SOUTO, E. P.; SEGATA, J. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19/ FIOCRUZ, 2021.

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Rev. Estud. Fem.** 27, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148913>.

PINTO, Teresa. Industrialização e domesticidade no século XX. A edificação de um novo modelo social de gênero. *In*: HENRIQUES, Fernanda (Org.). **Gênero, Diversidade e Cidadania**. Publicações do Cidehus, 2019, p.155-158. Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/4085>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história** [recurso eletrônico]: operários, mulheres e prisioneiros. Seleção de textos e introdução de Maria Stella Martins Bresciani. Tradução de Denise Bottmann. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014, p.175-207.

SÁ, Dominichi Miranda de. **Especial Covid-19**: Os historiadores e a pandemia. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/>

pt/todas-as-noticias/1853-especialcovid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html#_ftnref5.

SANTOS, Gabriela de Brito Martins *et al.* Cuidado de si: trabalhadoras da saúde em tempos de pandemia pela Condi-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.18, n.3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00300>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SCHMIDT, Beatriz. Saúde Mental e Atenção Psicossocial a Grupos Populacionais Vulneráveis por Processos de Exclusão Social na Pandemia de Covid-19. *In*: MATTA, G. C.; REGO, S.;

SOUTO, E. P.; SEGATA, J. (Org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19/ FIOCRUZ, 2021, p.87-97.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record Ltda, 2017.

NAS TRILHAS DA ÉTICA E DA ESPIRITUALIDADE

Auricélia Lopes Pereira

“Seis Propostas Para o Próximo Milênio”. O último livro de Ítalo Calvino. Resultou de um convite da Universidade de Harvard, em 1984. O escritor ministraria um ciclo de conferências que deveria acontecer no ano letivo de 1985-1986. Calvino nunca chegou a fazer as conferências, mas dedicou-se, segundo Esther Calvino, quase que todo o seu tempo após o convite (06 de julho de 1984) à sua preparação. A leveza foi a primeira virtude para o terceiro milênio que Calvino propôs nos escritos deixados datilografados.

Leveza: Subtração do peso; trata-se de retirar o peso: Das figuras humanas, das subjetividades, da vida do mundo. Como superar a opacidade do mundo? Como não ver o mundo transformado em pedras? Como evitar “essa lenta petrificação” que não poupa nenhum aspecto da vida? Como escapar do olhar da Medusa?

Talvez esse seja o grande desafio ético para o sujeito do século XXI: Tornar leves um mundo e uma vida cada vez mais atravessados pelo peso de informações, imagens, acontecimentos. Mesmo o efêmero, a fugacidade impõe o peso. Torna-se urgente rever as relações sociais, as relações do homem com a natureza, as relações do homem consigo mesmo. Em um mundo cada vez mais plural, numa sociedade cada vez mais dinâmica e numa existência onde o sujeito torna-se cada vez mais heterogêneo, a noção de saber sustentada pela modernidade já não dá conta de responder às inquietações impostas neste milênio.

A modernidade deslocou a dimensão ética do conhecimento em nome de um saber que separou vida e ciência, corpo e espírito, razão e emoção. A falência desse modelo recoloca, na mesma medida, a ética como lugar a partir do qual a educação deve construir respostas e a vida deve construir saídas para os problemas. Ética, aqui compreendida, como um conjunto de regras que o indivíduo traça para a sua vida. Diferente, portanto, da moral; na medida em que a moral é determinada por máquinas óticas, ou seja, por instituições do social (família, escola, igreja, etc.). Na contramão da moral, a ética é determinada por uma genealogia de si, por um governo e um controle não da instituição sobre o indivíduo, mas do governo do sujeito sobre si mesmo. A ética vem singularizar o sujeito, dotar-lhe de um estilo (GALLO, 1997), a moral vem para classificá-lo. A moral, diferente da ética, torna o sujeito pobre de conduta de vida, pois massifica o ser.

Félix Guattari resgata, na década de 90, a ética a partir do conceito de ecosofia. Trata-se de restaurar a ética como campo prático da vida. A ecosofia diz respeito a um cuidado com o mundo, com o meio ambiente, com a sociedade e com o indivíduo que não passa pela norma, pela moral, mas por outra atitude frente às diferenças éticas, estéticas, sociais, culturais e subjetivas. Diz respeito a um mundo onde o pluralismo é a marca e o respeito ao outro, deve se constituir no passo que guia todas as relações do indivíduo. A ecosofia, proposta por Guattari, diz respeito à criação de novas referências de conduta que venham a possibilitar outras linhas de recomposição da práxis humana. Linhas que passam pela rearticulação e recomposição dos afetos, da relação do sujeito com seu corpo, com seus “fantasmas” (seu inconsciente), seus medos, suas culpas. Essas linhas que dizem respeito ao sujeito, que fazem transitar um eu, Guattari denominou de ecosofia mental. As linhas que passam pela relação do sujeito com os outros grupos sociais, com outras etnias, com outras culturas, ele denominou de ecosofia social e as linhas de articulação do sujeito com o meio ambiente (e tudo que o compõe em todas as suas formas – mineral, animal, vegetal) Guattari chamou de ecosofia ambiental.

Para o autor, o panorama da crise do nosso tempo atravessa todas as dimensões da existência. Por isso, vão desde problemas ambientais a problemas de intolerância e violência contra o outro, desenhando também quadros psíquicos perturbadores: depressão, insônia, esquizofrenia, dependência química, etc. Crise que só terá possibilidades de saída na articulação da subjetividade, do social e do meio ambiente.

No campo da Psicologia, a resposta para essa demanda de articulação subjetividade/social/ meio ambiente vem sendo dada pela Ecopsicologia. Esse campo, relativamente novo, entende que a Psicologia precisa retirar o sujeito dos muros de si mesmo e reconectá-lo ao todo do qual sempre fez parte.

A Psicologia, tão dedicada ao despertar da conscientização humana, precisa acordar a si mesma para uma das mais antigas verdades: nós não podemos ser estudados ou curados à parte do planeta (HILMAN apud CARVALHO, 2013, p.19).

Segundo Marco Aurélio Bilibio,¹ a Ecopsicologia, como corrente de pensamento, foi inicialmente lançada com a obra *The Voice of the Earth*, do pensador e crítico social Theodore Roszak, em 1992, ano da Conferência do Rio. Chama atenção o autor que Roszak viu na crise ambiental e na organização produtiva da sociedade indícios de insanidade que só poderiam ser explicados pela Psicologia ou pela Psiquiatria. Além dessa questão mais fenomenológica, Bilibio pondera que a Ecopsicologia busca estender a área de investigação da Psicologia para além das relações inter e intrapessoais, abrangendo as nossas conexões psíquicas com o mundo natural (CARVALHO, 2013).

1 Diretor do Instituto Brasileiro de Ecopsicologia.

Ali, no contexto da Eco-92, Roszak, chamava atenção para o fato de que

as relações entre seres humanos e natureza, como elemento fundamental para a saúde psicológica e como portador de importantes conteúdos psíquicos, não foram consideradas pela maior parte das escolas da Psicologia.” (ROSZAK Apud CARVALHO, 2013, p.22).

Partindo do conceito de inconsciente coletivo de Jung, Roszak chama atenção para um inconsciente ecológico.

Essa dimensão da psique é o campo natural da experiência da reciprocidade com o meio e guarda os sentimentos e afetos que nossa espécie sempre dirigiu aos não-humanos. Sendo uma dimensão essencial à humanidade, sua ausência constitui uma anomalia. Destituído da vivência sensível em que se reconhece um parceiro em constante relação com outras espécies, tal como expresso em mitos tribais, e construindo uma civilização autista em relação a elas, nos tornamos menos que humanos. Destituídos da capacidade de ler a natureza e suas forças para além do objetivismo científico e o do utilitarismo empreendedor, tornamo-nos uma espécie cujas interações com o meio que nos originou tornaram-se destrutivas e de alto custo para as demais espécies (CARVALHO, 2013, p.24).

A ecosofia ambiental convoca um outro olhar para a natureza, mas também um outro olhar para a própria natureza humana, compreendendo esta como integrada a um todo que se estende para além do campo da consciência e, portanto, estende a relação de reverência e respeito à natureza para além de uma legislação ambientalista. Trata-se de uma relação de imanência, onde a voz da terra ressoa em nós e fala em nós. Ignorá-la é ignorar uma parte de nós mesmos. E onde há uma parte de nós abandonada, uma neurose se instala. A ecosofia ambiental impõe, antes de tudo, uma ruptura com a concepção do sujeito moderno, antropocêntrico e autônomo. Implica mesmo na substituição do antropocentrismo

pelo ecocentrismo e na superação do conceito de sujeito autônomo pelo sujeito complexo, que só pode ser definido num todo e só teria plenitude na integração com esse mesmo todo.

Se a ecosofia ambiental vem nos alertar para a voz da terra que grita em nós, a ecosofia social alerta para o outro que nos habita. Nesse sentido, a ecosofia social convoca uma eticidade. Só um sujeito ético está capacitado a viver num mundo que tem como signo a pluralidade. Só um sujeito ético é capaz de, mesmo sem compreender no seu todo a diferença, acolher a sua estranheza. Talvez nesse mundo marcado pelo pluralismo cultural, o grande paradigma para a educação e para a vida seja o da compreensão. Trata-se de perguntar, com urgência: Como estamos compreendendo o outro? Como estamos nos relacionando com o outro, ou seja, com a diferença?

Trazer o paradigma da compreensão para o campo da educação e para o campo da vida significa pensar o mundo e as pessoas-no-mundo a partir do processo de instauração do sentido decorrente do nosso estar-no-mundo. Estamos no mundo e interpretamos nossas experiências dando sentido às coisas, a nós mesmos e ao próprio mundo. Sentidos históricos, decorrentes de nossa cultura, de nossas experiências, das marcas que carregamos, dos intertextos que fizemos e que nos fazem. E por isso os sentidos que fabricamos para e no mundo são múltiplos, diferentes, finitos (no sentido de que sempre poderão ser outros), sentidos que instauram diferenças de gênero, religiosas, estéticos, morais, etc. A compreensão implica na diminuição da distância entre eu e o outro. Compreendo o outro no momento em que o vejo na sua diferença como igual a mim, não pelo espelho da mesmidade, buscando nele espaços que me impõem e que me dão sentido, mas pela percepção de sua humanidade. O outro é humano não por carregar uma essência (a essência de uma humanidade abstrata), mas por se relacionar com o mundo produzindo sentidos, multiplicando signos, doando às coisas, às experiências e a si mesmo significados.

Somos humanos porque significamos o mundo, mas no processo de significação produzimos também as singularidades, as

diferenças. Assim, a diferença não é um estigma a ser eliminado, tampouco uma experiência a ser minimizada, menos ainda um elemento que, necessariamente, deve ser explicado ou compreendido no seu todo. A ecosofia social não implica na tradução e na decodificação da diferença, pois traduzir o outro, é revestir a diferença com a realidade do eu. Como cidadãos de um mundo plural e como educadores situados num mundo multicultural, a ecosofia social supõe uma outra possibilidade de compreensão que não necessariamente decodifica o outro, lendo-o com o alfabeto, com a gramática do eu, mas uma compreensão que mantém o estranhamento, o mistério do outro.

Temos que aprender a conviver com o outro e a falar do outro para nossos alunos sem necessariamente cair na armadilha positiva da explicação. O mistério, o desconhecido, a estranheza também são dimensões do viver e do conhecer. Onde mora a sedução, senão nos mundos habitados por cheiros diferentes, por rostos desconhecidos que anunciam novos (des)caminhos, outras possibilidades de sentir-se vivo? Por que muitas relações amorosas se deterioram? Porque os amantes não preservam seu mistério, não guardam sua estranheza.

O outro sempre deixará um “fora”, como dirá Maurice Blanchot. O “fora” é este inapreensível da linguagem. Não se trata do exterior, do que está fora, mas daquilo que não se deixa traduzir, do fugaz, do inapreensível... O infinito de Levinas, o real de Lacan. Trata-se, a partir da ecosofia social, de acolher o mundo plural, não necessariamente porque o entendemos na sua completude, mas porque o pluralismo é parte do humano. Respeitar a diferença apenas quando conseguimos explicar seus sentidos não é virtude, é consequência de um gesto autoritário que lê o outro nas bases gramaticais do eu.

A leveza no terceiro milênio passa por uma atitude com relação ao outro, que não exige decodificação, explicação, mas aceitação do outro na sua diferença, na manutenção de seu mistério, do “fora” que habita seu corpo e sua memória. Educar para um mundo plural não é, pois, repetir os clichês de “respeito” e “tolerância”, mas

educar para o acolhimento da diferença, mesmo quando esta não pode ser traduzida, explicada, compreendida.

Se a ecosofia social implica no acolhimento da diferença, a ecosofia mental implica no acolhimento do sujeito por si mesmo. Trata-se de fazer um retorno ao sujeito, não para fazê-lo encontrar-se com sua essência, com seu eu verdadeiro e eterno, mas levá-lo a um exercício de si sobre si mesmo. Jack Hawley (1995) afirma que o nosso grande desafio é contrabalancear a erosão da espiritualidade e da desonestidade insensata que varre o mundo atual, fortalecendo a integridade e abrindo caminhos em direção ao espírito. O que implica na preocupação e cuidado para com os objetivos e os significados que definimos para a vida, além de cuidado com a paz interior, felicidade, amor, saúde, morte, vida... Essas seriam, para ele, questões vitais que estão produzindo marcas na consciência do mundo atual:

Questões de felicidade. Questões básicas da alma, que refletem crenças abaladas no modo como as coisas estão no mundo. Questões sobre vazio pessoal, decorrentes da fome que as pessoas sentem por mais integridade na vida cotidiana. Questões sobre como juntar energia e coragem para enfrentar esta vida e seu significado (HAWLEY, 1995, p.15).

O mundo, afirma ele, tem fome de objetivo, significado, identidade. Fome de um contato mais rico com a vida. Ansiamos por experiências de uma vida plena, vibrante. Fome de compreender quem somos e como nos encaixamos neste todo. Passamos muito tempo sem respostas para essas questões e isso só fez a fome crescer, e “cedo ou tarde ataca a todos nós.” (HAWLEY, 1995, p.33). Por isso, chama-nos atenção Franciosi Portal: “As questões fundamentais do mundo contemporâneo, entendidas pelos docentes não são mais só de tarefa e de estrutura, e sim, de espírito.” (PORTAL, 2001, p.113).

Os antigos gregos denominavam de saber útil o saber que tinha como matriz a espiritualidade. Contrapunham a este, o saber ornamental, que dizia respeito à *paidéia*, ou seja, à cultura geral que todo homem livre deveria acessar para se fazer admirar pelos demais. O saber útil não abrangia a todos os cidadãos, mas apenas aqueles que tinham uma meta na existência: Cultivar seu próprio eu, estabelecendo seu êthos (bela condução de um modo de viver) como objetivo e objeto de vida e do conhecimento. O saber útil dizia respeito à *phronesis*, saber que se propõe a pensar o problema da vida e de como acessar o excelente viver. Assim, trata-se do que os antigos gregos entendiam por espiritualidade, que não tem como sinonímia religiosidade, pois diz respeito a esse lugar a partir do qual o sujeito se ocupa consigo mesmo, cuida de si, desenha para sua vida uma estética e traça em sua vida uma conduta ética.

A modernidade suplantou em nome de um paradigma de objetividade esse exercício de espiritualidade, relegando-o ao campo religioso. Dessa forma, cria a sinonímia reducionista espiritualidade/religião. Entretanto, a ecosofia mental exige que a educação e, portanto, o pensamento pedagógico proponha um retorno à espiritualidade enquanto lugar a partir do qual o sujeito e seu êthos são problematizados. Trata-se de questionar o ser que somos, de perguntar pelo ser que nos tornamos, pelas camadas de culpas, arrependimentos, rancores, medos que se impregnam na nossa alma e se enquistam no(s) tempo(s) da nossa vida. Camadas que produzem em nós a petrificação, a apatia, o medo de ser e viver plenamente. Trata-se, pois, de desafiar-mos naquilo que somos, naquilo que nos tornamos. Como educadores e como pessoas na e para a vida, o que fizemos de nós mesmos? Que marcas permitimos que a vida, os outros, nós mesmos, nossos afetos e desafetos imprimissem em nosso espírito, em nossa memória? São questões que dizem respeito ao nosso êthos, ou seja, à nossa maneira de viver. Questões que podem impedir que o olhar da Medusa nos petrifique. Questões que abrem caminhos para a espiritualidade; entendendo espiritualidade como “aquilo que se refere precisamente ao acesso do sujeito a um certo modo de ser e às transformações que

o sujeito deve operar em si mesmo para atingir esse modo de ser” (FOUCAULT, 2004, p.279).

Trata-se de retornar a um saber que põe a vida em questão e no centro de todo o processo de conhecimento. Parafraseando Epicuro: Vão é o conhecimento que não tira do homem uma dor. A espiritualidade caminha, assim, na direção de um saber terapêutico, que retira da alma uma dor; da memória, uma ferida. O saber que põe a existência humana em questão é o mesmo saber que Michel Foucault, relendo os filósofos da antiguidade, chamou de saber etopoiético: Saber capaz de produzir mudanças no modo de ser do sujeito e que leva o sujeito a uma *enkratéia*: A uma dobra de força do sujeito que dobra a si mesmo e a própria vida. Seria a *phronesis* dos gregos, esse saber que responde às inquietações do viver e que possibilita não uma ética transcendentalista a especular sobre o que é o bem, mas uma ética da ação do sujeito sobre ele mesmo, de forma a fazer de si uma obra-prima e a fazer de sua vida uma vida extraordinária em sua luta cotidiana contra a *stultitia*.²

Trata-se de perguntarmo-nos não pelos diplomas que adquirimos, certificados que acumulamos, mas pela pessoa que nos tornamos, pela pessoa que deixamos de ser e pela pessoa que queremos ser. Que dores queremos arrancar de nossa alma? Que acontecimentos queremos ressignificar na nossa memória? Como acessar o êthos, uma outra maneira de viver? Como lidar e conviver com a fragilidade que somos? O que fazer quando toda a nossa maquinaria de subjetivação (aquilo que nos dar suporte enquanto ser) é ameaçada e nossa identidade, nosso território no mundo é atingido? Diz Peter Pál Pelbart: “Em algum momento algo acontece e a

2 Stultus é o homem que se permite ficar a mercê de todos os ventos, aberto ao exterior, homem que deixa sua alma ser invadida por *phantasias* (representações), sem as examinar, permitindo que seu estado de espírito se torne uma deriva do mundo exterior e suas inconstâncias. É o homem do pensamento agitado e da alma intranquila, diz Foucault em “A Hermenêutica do Sujeito.” Stultitia seria esse buraco na alma, a partir do qual as *phantasias* - o não-real - invadem o indivíduo, levando-o a preocupar-se com questões que não dizem respeito ao espírito e à espiritualidade, mas à superficialidade do mundo

vida racha ao meio, desequilibra-se de modo que suas metades já não guardam proporção alguma entre si.” (PELBART, 1998, p.19).

E quando “a vida racha ao meio” o que acontece com o sujeito? Para Deleuze, o processo de constituição do sujeito se dá a partir do contato que este estabelece com os dados que a vida traz, mas nenhum dado é portador de um sentido, de uma grandeza que a ele é imanente e que a ele permaneça colado através das camadas do tempo existencial. Os dados, os acontecimentos, os corpos não trazem consigo sua medida, seu peso. É o sujeito que estabelece - e o único que pode estabelecer- relações entre as ideias e os acontecimentos, ou seja, é ele que, através das ideias e dos conceitos, veste os dados que chegam e dá às coisas, aos corpos uma grandeza. O que implica dizer que o sujeito pode sempre ir além dos dados, ultrapassá-los. Não somos, pois, passivos diante das coisas, dos acontecimentos. A esse gesto que liga ideias e dados, Deleuze denominou de “experiência viva”. Entretanto, é necessário, para que a experiência viva se efetive, que o sujeito tenha algum tipo de referência que lhe permita interpretá-los (ou seja, doar aos acontecimentos e corpos um sentido) e assim, absorvê-los, trazê-los para o idioma de sua existência, a gramática de sua vida.

É o gesto hermenêutico por excelência: Tornar o estranho próximo, dar familiaridade ao outro, na medida em que lê com as letras já conhecidas. Interpretar é doar sentido aquilo que não trazia consigo as marcas do encontro, mas do desencontro entre o eu e o outro. Esse gesto, na mesma medida que traz consigo a violência da tradução, pois corta o outro com signos a ele estranhos, é também, um gesto de sobrevivência psicológica, psíquica. Não conseguiríamos sobreviver no mundo que não pudéssemos estabelecer relações de sentido. Quando as relações entre os dados e os sentidos não acontecem, a interpretação fracassa e o gesto hermenêutico falha. Segundo Peter Pál Pelbart, podemos ser surpreendidos por acontecimentos tão imprevisíveis que não tenhamos para eles referências que possibilitem interpretá-los e absorvê-los no cotidiano. Experiências vividas quase como um susto e que podem desestabilizar uma imagem que o sujeito tinha de si mesmo. A composição

provisória de forças, o seu eu, se fragmenta. Os elementos que davam ao sujeito uma referência que o ajudava a compor sua representação de si perdem sua função e a imagem de si se decompõe, podendo o medo se tornar elemento preponderante como componente de subjetivação, bloqueando a relação do sujeito com novos dados. E assim, o sujeito perde sua capacidade de formatar “experiências vivas”.

Se vivemos em um tempo confuso, dilacerado, caótico; também em nossa vida há tempos de dilaceramento, de caos, de derrição, mas o conhecimento que aprendemos e que ensinamos ignora esses tempos existenciais, como se fossem idiosincrasias. O pensamento pedagógico moderno afirmou um conhecimento técnico em detrimento da vida. Ensinamos sobre os efeitos da primeira guerra, da segunda guerra e dos prováveis efeitos de uma terceira guerra mundial, mas não enfrentamos discussões acerca dos efeitos que uma ruptura pode produzir no nosso espírito, na nossa memória. Essa marginalização da existência também é produto da modernidade. Ela, a modernidade, afastou a espiritualidade do conhecimento e com ela, afastou também aquilo que os gregos chamavam de *paraskeué*: Conjunto de técnicas e de práticas que levaria o sujeito a ser mais forte do que tudo o que viesse a ocorrer na sua vida. Era ela, a *paraskeué*, que armaria o homem, que o dotaria de uma armadura interior capaz de torná-lo inatingível com relação às inconstâncias, às adversidades do mundo exterior. Era, afirma Foucault, uma preparação para os acontecimentos da vida, levando o sujeito a ajustar-se a tudo que pudesse vir a acontecer. A *paraskeué* dotaria o sujeito de uma estrutura conceitual capaz de ultrapassar, manipular, manobrar e ressignificar os dados, os acontecimentos, evitando a “crise pânica”, a rachadura da vida, mas a modernidade carrega consigo sua própria crise.

Então, talvez tenha chegado a “hora” (aquilo que os antigos gregos chamavam de momento oportuno) de resgatarmos ou reinventarmos a espiritualidade, para que possamos, a contrapelo dos anos que deixam marcas, abrir caminhos para renovação da vida, pois como diria Marcel Conche, leitor de Nietzsche: “Apesar de

tudo o que importa é ouvir a música que acompanha a tragédia da existência: “Em outras palavras, evitar o pessimismo que conduz à negação da vida, ser capaz de afirmar a vida – na alegria ou no contrário dela.” (CONCHE, 2000, p.230). E como fazê-lo? Como venceremos não aos outros, mas a nós mesmos... Derrotando em nós marcas cristalizadas, sentimentos imobilizadores e destrutivos, relações que violentam e rasgam nossa alma? Para essas questões não existem respostas prontas, mas começar a perguntar por elas já é um primeiro exercício de espiritualidade e um grande desafio ético a se inserir no pensamento pedagógico. É um exercício que exige coragem, pois como diria a personagem da série *Sex and City*, Carrie Bradshaw: “Às vezes, é preciso deixar de ser o que somos para nos tornar o que seremos”.

Referências

CALVINO, Ítalo. Seis Propostas Para o Próximo Milênio. SP: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marco Aurélio Bilibio. Ecopsicologia e Sustentabilidade: De frente para o Espelho. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2013.

CONCHE, Marcel. Orientação Filosófica. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENRICONE, Délcia (org.). Ser Professor. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FOUCAULT, Michel. A Hermenêutica do Sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GALLO, Silvio. Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia. Campinas: Papirus, 1997.

GUATTARI, Félix. As Três Ecologias. Campinas: Papirus, 1993.

HAWLEY, Jack. O Redespertar Espiritual no Trabalho. Rio de Janeiro: Record, 1995.

PELBART, Peter, Pál. O Tempo não-reconciliado, SP: Perspectiva, 1998.

PORTAL, Leda Lísia Franciosi. O professor e o despertar de sua espiritualidade. In: ENRICONE, Délcia. (Org.). Ser Professor. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

O FANTASMA DO BOLSONARISMO **E A POBREZA DAS EXPERIÊNCIAS**

José Adilson Filho

“Quem toma parte do delírio obviamente nunca o reconhecerá como tal.” (FREUD)

“As paixões determinadas pelos impulsos são mais fortes do que os interesses racionais” (FREUD).

Atualmente dois fantasmas poderosos assombram o mundo: os fantasmas do neoliberalismo e do neofascismo. Ambos, juntos ou separados, agem sombria e tempestuosamente para solapar as bases do sistema democrático, principalmente no que tange às suas liberdades, diversidades, direitos e avanços sociais. E a sua força fantasmagórica, alimenta-se, tanto das heranças do passado, suas estruturas, seus imaginários, tradições, quanto das técnicas, linguagens, conflitos e mal-estares mais contemporâneos.

A compreensão de uma realidade tão complexa e multidimensional, a exemplo dessa que passamos a experimentar recentemente no Brasil, cuja forma se entrecocha com o seu conteúdo, impõe-nos a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, a fim de apreendermos suas lógicas internas e externas, suas motivações e aspectos de legitimidade social. Uma tarefa ampla, que apenas nos permite num ensaio desta natureza, alinhar e problematizar de maneira aligeirada alguns fios que considero importantes para a inteligibilidade do tema em foco. Nossa abordagem consistirá,

portanto, numa reflexão sobre a experiência brasileira com o fenômeno do bolsonarismo, num momento em que se tinha a sensação de que o país havia dado saltos positivos na direção de certo processo civilizatório. Pois podemos dizer, com relativa segurança, que de 2013 até os anos de 2022, a sociedade brasileira mergulhou numa profunda fase de tensões intensificada pela erupção brusca de sentimentos, afetos, ideias e práticas obscuras e agressivas por parte de segmentos das classes dominantes e médias, com rebatimentos nas camadas populares. E isso veio a ocorrer depois de ambas as classes terem se nutrido com o crescimento e o desenvolvimento econômico produzido pela onda progressista que balançou positivamente diversos setores e segmentos do país entre os anos de 2003 e 2014.

Esta leve onda progressista foi impulsionada pelo PT, mas só durou apenas 13 anos. Porém, o suficiente para causar um conjunto de mal-estares, intrigas, ressentimentos e conspirações contra suas principais lideranças, aliados e militantes. As ondulações provocadas pelos governos petistas não romperam a calma do “mare nostrum” das classes dominantes. Apenas deram um pouco mais de visibilidade e valor a uma imensa quantidade de “peixinhos” antes encobertos e marginalizados pelas águas turvas que ficam nas profundezas oceânicas da realidade social brasileira. Contudo, nada disso alterou a concentração de riqueza e privilégios dos tubarões, isto é, das classes dominantes.

Apesar do caráter moderado desta onda progressista, os donos do mar (os tubarões) juntamente com seus comensais das classes médias, buscaram ao máximo interromper o ritmo e a força dessa onda. A vitória de Dilma Rousseff sobre Aécio Neves impôs uma enorme frustração e revanchismo aos derrotados e as elites do atraso, como as nomeia o sociólogo Jessé de Souza.¹ Assim, para por um fim definitivo aquela maré política, aparentemente incongruente com o neoliberalismo, forjou-se uma guerra híbrida por

1 SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Da escravidão a Bolsonaro. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2019.

meio da qual foram, simultaneamente, usados como armas de combate e eliminação dos adversários-inimigos, o poderio da grande mídia, das redes sociais, do parlamento, do judiciário, do MP e da polícia federal em conluio com o FBI. Com efeito, de maneira orquestrada e espetacular, sucediam-se as denúncias e escândalos de corrupção, perseguição judicial, condenações e prisões ilegais, em sintonia com o desmantelamento da Petrobrás, da Eletrobrás e da destruição de importantes empresas privadas nacionais (a exemplo da Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez, etc), além, é claro, de golpes parlamentares que resultariam não apenas no afastamento da primeira presidente eleita do país, mas na negação e criminalização da própria política, o que favoreceu a emergência e o protagonismo de juizes, promotores, militares, empresários e religiosos de cariz fascista. Portanto, perguntamos: O que, realmente, fizeram as forças progressistas para despertar a pulsão de morte dessas classes privilegiadas?

Há muitas respostas para essa pergunta. No entanto, parece-nos paradoxal atacar violentamente um governo que ampliou o papel do país no cenário internacional, fazendo crescer as exportações, reduzindo a inflação, a pobreza e a miséria, além de melhorar os salários, ampliar o consumo e o mercado interno, entre outras importantes ações e medidas dinamizadoras do capitalismo nacional. Os governos petistas – como se vê - não atacaram a lógica sistêmica e compulsiva dos interesses capitalistas, mas, ao contrário, fortaleceram-na.

Além das questões relacionadas aos embates políticos internos, a voracidade dos donos do capital, a geopolítica internacional, o corporativismo e o conservadorismo das classes médias, há outras, cujo teor e valor tende a ser secundários. Refiro-me aos processos psíquicos, os quais geralmente são vistos como miudezas ou meros detalhes numa engrenagem considerada mais ampla e complexa. Quando poderiam, na verdade, assumir uma posição mais relevante na compreensão das tramas contemporâneas. Porém, para isso, se faz necessário evitar o psicologismo em nome de uma abordagem simultaneamente econômica, política, cultural e psicossocial.

Talvez, assim, possamos buscar explicações mais plausíveis para esta realidade que se repete, às vezes, paradoxalmente, como continuidade e diferença do idêntico, isto é, de um mesmo fantasma.

Tal situação exige-nos um pouco mais de esforço para ser compreendida, já que opera por meio da contradição, da ambivalência, do irracional, mesclados com elementos de racionalidade, formalidade, cientificidade e simulacros de democracia e de civilidade. É essa complexidade que coloca dois homens como suas principais antíteses, justamente por acionarem e polarizarem projetos e valores diametralmente opostos. E isto acontece, em certa medida, à revelia do que a classe dominante gostaria de ver representado nesta disputa. O embate eleitoral mais importante do Brasil dos últimos tempos, como até agora mostram as pesquisas, está sendo protagonizada por Lula e Jair Bolsonaro, justamente dois atores políticos considerados destoantes da “estética” pretensamente cultivada pela classe dominante e seus sequazes ventríloquos. Claro que Bolsonaro está a serviço dos interesses do grande capital e dos setores mais reacionários da sociedade brasileira. Mesmo assim, se pudessem escolher, prefeririam alguém menos tosco, desqualificado e imprevisível do que o ex-capitão do exército.

A polarização em nível nacional que, de 1989 até 2014, vinha sendo disputada pela direita “liberal” e as forças progressistas - de forma democrática - foi soterrada quando o PSDB, o interlocutor “oficial” da chamada “Faria Lima” passou não somente a questionar como a deslegitimar a vitória de Dilma Rousseff sobre Aécio Neves, com mais de 51 milhões de votos. A partir daí sucedeu-se um conjunto de ações coordenadas para minar as condições políticas do governo, que culminaria com o golpe parlamentar de 17 de abril de 2016, endossado por amplos segmentos da sociedade através da farsa de supostos crimes de responsabilidade, ou seja, de pedaladas fiscais que teriam sido cometidas pela presidente Dilma Rousseff.

Com a ruptura do pacto democrático, a caixa de Pandora fora aberta deixando o caminho livre para as forças mais hostis à vida civilizada. Paradoxalmente, o retorno deste recalcado sócio-histórico e psíquico contribuiu, fundamentalmente, para solapar as

bases político-eleitorais do consórcio PSDB/Mercado que, a despeito do apoio direto e sistemático das Organizações Globo, da Folha, do Estadão e da revista Veja, conquistou menos de cinco por cento dos votos válidos para a eleição presidencial de 2018. Ou seja, a maioria absoluta dos eleitores de centro-direita se deslocou para a extrema-direita neofascista. Todavia, isto aconteceu com o apoio direto, e, às vezes, envergonhado de muitas pessoas autoproclamadas liberais e democráticas.

O golpe promovido pelos representantes do “mercado” e das “massas cheirosas” liberou e deu visibilidade a sentimentos, paixões e comportamentos que sempre existiram historicamente na sociedade brasileira, mas que estavam mais ou menos contidos pelas barreiras criadas pela redemocratização do país, pela constituição de 1988, e por alguns importantes avanços sociais e culturais conquistados durante os governos do PSDB, e, principalmente nos de Lula e Dilma Rousseff. O golpe de 2016, portanto, produziu uma regressão civilizatória nos brasileiros, na medida em que os levou a conviver diária e intensamente com formas mais toscas, perversas e venais de relação social e de exercício do poder.

A História Contemporânea nos ensina que essas guinadas à extrema-direita geralmente são orquestradas por crises econômicas e políticas, seguidas da radicalização das ideias, das ações e dos afetos. A negação da *real politik* e a contundente defesa de um futuro emancipador acontece *pari passu* com a idealização, ou mesmo o desejo de retorno a um passado mitificado.

Não é por acaso que a Ditadura Civil-militar e o Período Monárquico passaram a ser relidos e interpretados à luz de um negacionismo que busca apagar os aspectos mais contraditórios e violentos daqueles dois momentos cruciais da nossa história. No que se trata do Segundo Reinado, busca-se fabricar a figura do imperador dom Pedro II como um estadista, humanista, íntegro e benfeitor, e o regime político como algo integrador e harmonioso. Enquanto o golpe e a Ditadura teriam o mérito de proteger o país da sanha e do caos comunista, bem como toda uma degeneração familiar, moral e cívica.

Não é de hoje que uma parte dos brasileiros flerta com o fascismo. Desde os anos de 1930, ele estava presente na fauna política e no imaginário das classes médias do país. Aqui se revestiu com as máscaras do movimento integralista, cujo expoente mais célebre foi Plínio Salgado, um dos escritores da famosa Semana de Arte Moderna de 1922. Este movimento catalisou parte das ideias e das paixões conservadoras e reacionárias de segmentos da Igreja Católica, de importantes intelectuais, militares, profissionais liberais e da pequena burguesia. A defesa de um nacionalismo patológico, configurado em valores cristãos e no combate às liberdades liberais e democráticas e ao ateísmo comunista, fê-lo um movimento de dimensão nacional. Pois apesar de sua curta duração os integralistas se organizaram em quase todos os estados da federação. O integralismo, que tinha como símbolo a palavra Anauê, chegou a ter em torno de um milhão de filiados, o que significa um número altamente elevado para aquela época como também para os dias atuais.

As ideias fascistas há muito tempo fascinam e embotam as mentes e os corações de muitos brasileiros. Todavia, elas não se apresentam à cena histórica de forma unívoca e coerente, pois sempre se renovam e se metamorfoseiam, dando a impressão de serem completamente diferentes das experiências passadas. Acredito que essa capacidade decorre, conforme Leandro Konder,² de uma espécie de pragmatismo radical, que permite aos fascistas saber jogar com as demandas que lhe interessam em cada momento histórico. E para isso usam e abusam das técnicas do cinismo, da dicotomia, da profilaxia, da ambiguidade.

As mazelas históricas, políticas e sociais do Brasil aprofundaram ainda mais o espírito antropofágico, pragmático e destrutivo do fascismo. Em certa medida, o militarismo golpista, antivarguista e anticomunista assim como o lacerdismo e o malufismo – para citar alguns exemplos – continham algum conteúdo excepcionalmente

2 KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

fascista em suas práticas e discursos. E não é por acaso que muitos integralistas tornaram-se golpistas, malufistas, lacerdistas, carlistas, militaristas. Da mesma forma que os bolsonaristas sacralizam e mitificam o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, o general de linha dura e entreguista Silvio Frota, o médico e extremista doutor Enéas, o jornalista e político Carlos Lacerda, os delegados Filinto Muller e Sérgio Fleury, entre outros.

Jair Bolsonaro é o resultado do amálgama, da condensação e da síntese deste conjunto de forças sociais e psíquicas regressivas, históricas e sociológicas. Da caserna ao parlamento, e deste à presidência, ele sempre se apresentou como um semióforo da destruição da vida e das conquistas civilizatórias; embora cínica e desajeitadamente, faça-o evocando a defesa da liberdade individual e da própria democracia. Bolsonaro é, portanto, o resultado da ala mais reacionária e sombria das forças armadas, do malufismo, ao qual esteve vinculado por vários anos, via mandato de deputado federal pelo PP, um dos principais representantes do chamado Centrão, isto é, de um conjunto de agremiações partidárias que reúne até hoje o que há de mais atrasado e fisiológico no parlamento, e cuja força impõe sérios obstáculos à governabilidade dos presidentes eleitos e comprometidos com uma agenda de mudanças sociais. Ele também se articula com pessoas ligadas ao submundo do crime organizado, sob o comando de policiais corruptos e ex-policiais fascistas, que no passado estiveram ligados aos esquadrões da morte, e hoje às chamadas milícias.

Estas identificações e simbioses não são meras coincidências, já que resultam da parte mais densa e primária da sociedade brasileira, isto é, do latente e manifesto conservadorismo de viés reacionário, seguidos do desprezo, do ódio e do racismo das classes mais ricas aos pobres e marginalizados, e àqueles que lutam a seu favor. Nesta “res publica”, aqueles que lutam/lutaram pela ampliação da justiça social e pelas liberdades democráticas são também estigmatizados, marginalizados e perseguidos. E isso não se restringe apenas a figuras consideradas mais rebeldes e revolucionárias como João Cândido, o Almirante Negro, Marighella, Gregório Bezerra,

Elizabeth Teixeira, Olga Benário, mas, também, os que apostam na luta institucional e democrática como, por exemplo, Jango, Brizola, Dilma e Lula. Cada um desses, conforme sua história, sofreu com o ódio de classe, de raça, de gênero, de lugar e, claro, com a violência do Estado.

Essa longa história de clivagem da sociedade brasileira, baseada em classes e estamentos opostos e extremamente hierarquizados e desiguais, sempre precisou do uso sistemático da violência, do racismo, do autoritarismo e de certas formações psíquicas para conservá-las e reproduzi-las historicamente. A permanência desta imagem chocante e paradoxal, exige que sua classe dominante seja direta e indiretamente constituída por pessoas de estruturas psíquicas perversas e de caráter cínico. Para fazer valer seus interesses e privilégios, utilizam-se tanto da violência dos processos de socialização familiar quanto dos aparelhos ideológicos religiosos, escolar e midiático para impor mais medo, temor, subserviência e masoquismo moral nas camadas populares. E isso, para falarmos em termos psicanalíticos, contribui para obstaculizar o processo de simbolização, formalização e elaboração em relação a este passado repleto de crueldades. Dai termos a sensação de que no Brasil a história se repete seja como tragédia, como farsa, ou as duas ao mesmo tempo. Deriva daí a ideia, o sentimento, o trocadilho, de que aqui o **passado** continua sempre **presente**. Pois independente das modernizações vividas, o arcaico resiste e persiste atualizando-se, a fim de inibir as mudanças advindas das elaborações feitas pelos sujeitos a partir das suas relações e reflexões com a história do país e com as suas próprias experiências individuais e sociais. Refletir, pois, sobre as mazelas históricas e sobre as possibilidades individuais e coletivas de ruptura e transformação social é um dos pressupostos básicos para a construção de um novo país.

A jornada das “vidas severinas” conhece pouca coisa além do trabalho, da humilhação, do sofrimento, da incerteza e da luta ‘selvagem’ pela sobrevivência. Essa é a maneira pela qual o Princípio de Realidade se impôs ao Princípio de Prazer no Brasil. Tal processo, portanto, favorece o recalçamento dos seus desejos e ódios de

classes. E neste caso, conforme Marcuse, o Princípio de Realidade acontece pela via da sublimação ao discurso e à prática do trabalho, que no caso brasileiro, corresponde, sobretudo, às formas de trabalho precarizado a serviço da ampliação do capital e da desigualdade social. Tudo isso, porém, não quer dizer que tais sujeitos não tenham sonhos, desejos e esperanças, ou de algum modo não busquem minimizar tais sofrimentos. Pois é justamente quando essas aspirações começam a ganhar cor e forma, o mal-estar, a tensão, a desconfiança e o ódio recrudescem no seio das classes dominantes e médias brasileiras.

A classe dominante, sobretudo a sua expressão mais perversa, não se satisfaz apenas com a ampliação e a concentração desmedida de sua riqueza, poder e privilégios, pois, além disso tudo, procura evitar, ao máximo, quaisquer mudanças que visem diminuir o impacto da sua voraz insaciabilidade. Por essa razão, não é sem sentido ou mesmo absurdo o ódio que sentem por Lula, alguém que contribuiu para impulsionar o capitalismo através de alguns importantes avanços sociais, mas essa classe dominante, de índole ainda escravocrata, insiste em aprisionar o presente e o futuro a um passado arcaico. Suas formalidades e pretensa civilidade são desfeitas e desmentidas a cada ato falho ou chiste que deixam transparecer inconscientemente de suas falas e gestos, quando são interpeladas e pressionadas a expor seus pontos de vista sobre trabalhadores, pobres, gays, mulheres, negros, indígenas, ou mesmo o próprio país. As redes sociais tornaram bastante visível este traço do seu caráter.

Recentemente vimos, sem nenhuma sutileza, a soberba, a arrogância, o preconceito de classe e o eugenismo em figuras como o banqueiro André Esteves (a arrogância de quem se acha dono do Brasil), no ministro da economia Paulo Guedes (seu mal-estar com a ascensão dos pobres), dos donos da Prevent Senior (as suas práticas nazistas durante a pandemia, denunciadas na CPI da Covid-19), além dos preconceitos e das criminalizações aos pobres, mulheres, negros, indígenas, gays, militantes e líderes de partidos e movimentos sociais de esquerda por jornalistas, procuradores, juízes, desembargadores e militares. Se houve algo que possamos indicar

como positivo nesta hecatombe gerada pela dupla neoliberalismo/neofascismo foi a sua contribuição para o desvelamento dos aspectos mais grotescos e sombrios dos donos do capital e de seus signatários da classe média.

O neofascismo bolsonarista e a pobreza da experiência

Walter Benjamin no seu belíssimo texto *Experiência e Pobreza*,³ relata que os soldados após o fim da Primeira Guerra Mundial, voltavam para suas casas taciturnos e aparentemente empobrecidos em termos de comunicação individual. Tal dificuldade para narrar coisas extraordinárias como as que ocorreram durante quatro anos numa das mais ferozes batalhas da humanidade, significava que os soldados haviam ficado mais pobres no que tange à experiência comunicativa. Algo parecido acontecera com os homens e as mulheres assolados brutalmente pela crise do capitalismo em 1929, cujo estopim fora a quebra da bolsa de valores de Nova York. Não é por acaso que esses anos serão nomeados de “A Grande Depressão”, dentre outras coisas devido à profunda melancolia que se impôs aos mais diversos indivíduos e classes sociais.

A queda violenta no preço das ações nas bolsas de valores seguida da falência de empresas, do desemprego em massa, do descontrole inflacionário e do aumento do custo de vida atingiu indistintamente todas as classes sociais, mas, é claro, com muito mais força as classes trabalhadoras e médias. A perda do trabalho, do *status quo* e a miserabilidade levaram a um enfraquecimento do Princípio de Prazer e das pulsões responsáveis pelo amor e pela preservação da vida em favor da pulsão de morte. As imagens da época mostram (tanto nos EUA como na Europa) cenas de homens e mulheres sozinhos ou enfileirados em busca de um pouco de comida, na mais angustiante expressão de silêncio e dor. Aí também

3 BENJAMIN, Walter. In. **Magia, Técnica, Arte e Política**. Obras Escolhidas, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

se produziu um empobrecimento da experiência comunicativa, mas não somente dela. A qualidade das ideias, dos afetos e das emoções, das utopias, foi também rebaixada em seu valor simbólico.

A inversão no fluxo da economia libidinal e das experiências afetivas contribuiu, em certa medida, para a emergência do fascismo e do nazismo. Ambos alimentaram-se dos efeitos da Primeira Guerra e da crise do capitalismo, acrescidos com o gosto amargo do revanchismo e do chauvinismo e, sobretudo, da negação dos valores democráticos, liberais e socialistas. Entre as décadas de 1920 e 1940, período em que as ideias e as práticas fascistas tornaram-se dominantes na cena política e cultural de alguns países da Europa, da América e da Ásia, a relação entre experiência e pobreza comunicativa, afetiva, cognitiva e política atingiu o seu ponto mais elevado.

Pois no regime fascista não existe nenhum tipo de respeito e de valorização à vida do Outro. O desejo do fascismo para com o outro, conforme Bauman,⁴ visa, primeiramente, a sua desumanização a fim de subjugar-lo e depois aniquilá-lo. Foi o que aconteceu nos campos de concentração da Alemanha nazista com judeus, comunistas, ciganos, gays e portadores de deficiências mentais, ou qualquer um que passasse da condição de amigo ou de estranho para a de inimigo. Todavia, a barbárie fascista (de ontem assim como a de hoje) não acontece à revelia do conhecimento e do respaldo de parte da sociedade. Ao contrário, ele é sempre legitimada por amplos segmentos civis e militares. Inclusive muitos deles ciosos cientistas, especialistas, técnicos, engenheiros, médicos e senhores e senhoras reputados como pessoas de bem e da boa sociedade.

Este processo de encolhimento radical da experiência democrática e erótica levou homens como Freud, Reich, Adorno, Marcuse, Eromm, entre outros, a produzirem grandes ideias e conceitos para sua interpretação. Freud, logo após a Primeira Guerra Mundial, publicará dois importantes livros que ajudam-nos a entender sob o viés psicanalítico, aspectos obscuros e regressivos dos

4 BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Petrópolis: Zahar Editor, 1999.

pensamentos, afetos e comportamentos individuais e coletivos que favoreceram decididamente o incremento do fascismo, principalmente através daquilo que Freud chamou de uma disjunção pulsional. Trata-se dos livros “Para além do Princípio de Prazer” (1920) e de “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (1923). No primeiro livro, Freud vai chocar a comunidade científica e os próprios representantes do campo psicológico, com a invenção do conceito de pulsão de morte (Tânatos). Com ele passamos a interpretar a economia libidinal não apenas pelas pulsões do eu e as pulsões sexuais, mas também a partir de um novo dualismo pulsional, caracterizado pela luta entre as pulsões de vida e as pulsões de morte. A pulsão de morte é responsável tanto pela destruição do Outro como pela destruição do Eu. Vale salientar que ela não é exclusividade dos sujeitos considerados perversos ou psicopatas. Todos os seres humanos são constituídos psiquicamente por ela. Mas é possível dizer que, em alguns sujeitos, a pulsão de morte tende a aflorar com mais intensidade, sobretudo, naqueles mais impactados pela disjunção ou desequilíbrio pulsional. Pois neste processo psíquico dá-se um distanciamento do sujeito em relação a Eros e a favor de Tânatos, o que implica do ponto de vista psíquico e cultural numa maior agressividade e hostilidade à figura do Outro (comunista, petista, gay, negro, indígena, mulher, nordestino etc).

Já em “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, o pai da Psicanálise toma como referência o livro “A Psicologia das Multidões” (2019) de Gustave Le Bon, para através de uma releitura psicanalítica desta obra compreender como uma gama de sujeitos se transforma numa massa compacta e fiel a uma instituição ou a um líder carismático. Quando Freud escreveu este livro as ideias e os movimentos nazifascistas estavam em gestação. Na verdade, seus olhos estavam mais voltados para o bolchevismo do que para a Itália e a Alemanha, como assinala Elisabeth Roudinesco.⁵ Ele concluiu que tais massas modernas estavam passando por um processo

5 ROUDINESCO, Elisabeth. **Sigmund Freud, na sua época e em nosso tempo**. Petrópolis: Zahar Editor, 2016.

de “regressão psíquica”, no sentido de agirem conforme as hordas primitivas. Para esta regressão, algumas coisas serão necessárias, a saber: a identificação dos afetos e desejos entre sujeitos que sejam semelhantes, isto é, que compartilhem certas experiências cognitivas, afetivas e libidinais; a perda da autocrítica, da autonomia do Eu em favor da supremacia das ideias do grupo; e, por fim, a projeção dos seus desejos e representações, muitas vezes recalçadas, num líder carismático que assume a função de pai ou de um ideal de eu - aquilo que o sujeito-massa aspira para si, mas como não é capaz de realizá-lo sozinho precisa de alguém que se apresente aos seus olhos e desejos inconscientes como um “messias” ou um “mito”.

Reich, em diálogo com Marx e Freud, tenta articular a análise das questões econômico-sociais com o inconsciente, a moral e a sexualidade para apreender o que é o caráter do tipo social mais permeável à sedução da barbárie fascista. O protótipo fascista segundo o autor da “Psicologia das Massas do Fascismo” (2011) é o “Zé Ninguém”, um sujeito mais ou menos frustrado e ressentido advindo principalmente das camadas médias baixas. Enquanto para Adorno este tipo ideal estaria representado na figura do “homem comum”. Trata-se, pois, de um tipo social, constituído a base de recalques, medos, derrotas e ressentimentos, cujo vazio e desejos recalçados buscam se materializar mediante o total investimento libidinal num sujeito detentor de poder, que de algum modo venha a se parecer ou constituir-se como seu ideal de eu. A projeção e a identificação desejadas do sujeito-massa em relação ao líder, neste caso, não é tanto no sentido econômico e político, mas principalmente de identificação com o seu caráter.

Em todos estes autores fica mais ou menos explícito que os regimes fascistas operam com ideias, afetos e atos advindos de um enorme desequilíbrio pulsional. O bolsonarismo como uma atualização do fascismo histórico, não faz outra coisa senão fortalecer o pêndulo pulsional na direção de Tânatos. E, aqui, tal fenômeno, dá-se sistematicamente por meio da tentativa de destruição do Estado democrático de direito e de bem-estar, do desmatamento da floresta amazônica e da política de morte direcionada aos povos

indígenas e afrodescendentes. Além disso, conforme o relatório final da CPI da Covid-19, o governo de Jair Bolsonaro utilizou a pandemia para deliberadamente matar milhares de brasileiros, como ficou demonstrado em ações de boicote e de sabotagem às medidas sanitárias e humanitárias sugeridas pela OMS e realizadas por prefeitos e governadores do país.

O atraso deliberado na compra das vacinas foi efetivamente o que mais contribuiu para colocar o Brasil no segundo lugar do mundo em número de mortes e contaminados pela Covid-19. O primeiro lugar não por acaso são dos Estados Unidos, país que havia sido governado por Trump no auge da pandemia. O trumpismo foi uma fonte de inspiração para o bolsonarismo. Em ambos, o êxito da política a favor da pulsão de morte e contra a vida, dependeu radicalmente do arsenal das redes sociais.

As chamadas redes sociais passaram a se constituir como a principal caixa de ressonância para a disseminação de ideias fascistas e de seus efeitos corrosivos na sociedade. A forma como foram e são usadas pelos bolsonaristas elevam ainda mais a pobreza da experiência comunicativa e humana como um todo. Já que ocorre de maneira completamente cínica, irracionalista, violenta e segregadora. Nela não há escuta, somente imposições, difamações, mentiras e ameaças àqueles que estão fora da sua bolha de amizades e afinidades políticas, religiosas e ideológicas. A pobreza da experiência dos bolsonaristas não apenas é diferente como infinitamente maior do que a dos soldados que ficavam calados ao voltarem da Primeira Guerra Mundial, ou mesmo daquelas mulheres e homens vítimas da Grande Depressão, causada pela quebra da bolsa de valores de Nova York. Pois aquela situação era ocasionada por uma profunda melancolia que se traduzia numa dor silenciosa. Sem palavras.

Já a comunicação das massas bolsonaristas nas redes sociais é intensa e abundante e sem limites éticos. Por não se abrir à razão comunicativa e plural, apresenta-se monológica, monocórdica, monocromática, amarga e imbecilizante. O que significa dizer que ela não somente pauperiza a comunicação, mas todo fluxo vital.

Neste sentido, as hordas fascistas e bolsonaristas, por meio das redes sociais, ajudam a promover e a multiplicar a pobreza humana no tocante à vida democrática, afetiva, ética, religiosa, científica, cultural e ambiental.

Nesta perspectiva, portanto, as redes sociais cumpriram um papel crucial no processo de desequilíbrio pulsional que culminou com a chegada de Jair Bolsonaro e sua horda de seguidores ao poder. Uma vez que lá encontraram as condições adequadas para intensificar a produção e a circulação do seu magma de afetos e paixões reacionárias e mortíferas. Por meio das redes sociais, fanáticos, canalhas, cínicos, golpistas, perversos e ressentidos encontraram um meio poderoso para dar vazão aos seus desejos recalçados e às suas frustrações e paixões mais destrutivas e pueris. Penso igualmente a outros, que este empobrecimento da experiência deverá permanecer como uma força corrosiva da sociedade brasileira para além da própria pessoa de Jair Bolsonaro, o “messias”. É provável que ela continue a existir após uma possível derrota eleitoral e consequente inelegibilidade do líder no cenário político. O que a levará a fabricar um outro personagem para assumir a função de pai ou de mito. Quem sabe esse papel venha a ser ocupado por Michelle Bolsonaro, ou Eduardo Bolsonaro – o mais articulado e identificado com o fascismo internacional? Do ponto de vista psicanalítico, as massas de indivíduos embrutecidos – sobretudo as de colorações fascistas - agem como se fossem crianças que necessitam de um pai autoritário para lhes proteger do desamparo provocado pelas contradições e rupturas da vida moderna. O fascismo seria uma resposta ao mal-estar produzido pela modernidade.

Para a horda neofascista brasileira, esse pai – por enquanto - chama-se Jair Bolsonaro, apesar dele demonstrar claramente que pretende proteger apenas a si mesmo e a própria família de possíveis condenações e prisões, advindas de inúmeros processos na justiça. Militantes e aliados extremistas como a ativista Sara Winter e outros, após serem presos a mando do ministro Alexandre de Moraes (STF) por crimes contra o Estado de direito, sentindo-se desamparados e esquecidos pelo ‘mito’, passaram a repudiá-lo e a

considerá-lo uma farsa. Posições vacilantes e pusilânimes de Jair Bolsonaro em relação ao STF, ao Centrão, produziu críticas e deserções entre os seus apoiadores mais ideológicos. Olavistas como os ex-ministros Abraham Weintraub (Educação) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores) passaram a denunciar a corrupção e as “fraquejadas” de Jair Bolsonaro.

O empobrecimento da experiência no Brasil, ganhou força com o golpe de 2016, e atingiu seu ponto mais agudo e elevado com a chegada do bolsonarismo ao governo, em 2019. Sua potência deletéria se materializa nos mais diversos aspectos da vida social, cultural, política e econômica. O bolsonarismo, de forma coordenada, renovou, multiplicou e intensificou alguns dos nossos maiores e piores problemas históricos e sociais. Em apenas quatro anos de existência formal, ele superdimensionou a produção da morte, em diferentes espaços, por meio de *fake news*, negacionismos, irracionalismos, revanchismos, terrorismos, ressentimentos, racismos, etnocídios, ecocídios e da retomada das miserabilidades socioeconômicas. No plano psicológico intoxicou a vida da nação com o aumento das incertezas, do ódio, das angústias, das neuroses, das ansiedades e depressões. Tais questões demonstram cabalmente que a junção do neoliberalismo com o neofascismo constituiu, nesse momento, o maquinário mais eficiente para o empobrecimento das experiências no que se refere à fragilização dos valores mais sublimes da vida individual e coletiva em todos os seus sentidos.

Referências

ADORNO, Teodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. ASSIS: Unesp, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Magia, Técnica, Arte e Política**. Obras Escolhidas. v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Petrópolis: Zahar Editor, 1999.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

_____ **A psicologia das massas e a análise do eu**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

REICH, Wilhelm. **Psicologia das massas do fascismo**. Petrópolis: São Paulo: Martins Fontes, 2019.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Sigmund Freud em sua época e no nosso tempo**. Petrópolis: Zahar Editor, 2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do Atraso**. Da escravidão a Bolsonaro. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2019.

O NEOLIBERALISMO ALÉM DOS MITOS: ALGUMAS ARTIMANHAS DA SUA CONSTRUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Hernán Ramírez

Nos últimos anos temos edificado uma visão ampla do percurso seguido pelo neoliberalismo, especialmente daquele que trihou na América Latina, um dos espaços onde mais rapidamente se desenvolveu e no qual teve, talvez, suas mais profundas consequências. Também foi nesta região onde se deu a base experimental mais importante da sua implantação como política pública. De todo modo, ainda persistem algumas lacunas e concepções míticas, sobre a qual nos debruçaremos, pois sua elucidação não ajuda apenas para seu entendimento histórico, mas também na hora de compreender sua dinâmica presente, vital para a sua crítica e superação.

Em primeiro lugar, discutiremos aqui sobre seu enraizamento, pois foi mais complexo do que uma simples implantação, embora em essência o tenha sido, e mostraremos, como o caso latino-americano buscou soluções próprias, inspiradas nos seus traços gerais, mas que foram além, inclusive tornando-o um modelo a exportar em diversos casos, com o qual nos manifesta que a ideia de que era um pensamento único estava longe de ser consensual, algo

que se propalou nos anos noventa, mas que hoje está amplamente questionada.¹

Seguidamente, mostraremos a sua relação umbilical com o autoritarismo, com quem se imbrica em diversas passagens de sua história, principalmente para se tornar opção de poder, pois apenas por alguns momentos conseguiu se impor por meios hegemônicos, tendo que recorrer à disciplinarização, direta ou indireta, na maioria dos momentos, para aceder ou se firmar nos governos. Aliança que desmitifica a ideia de que seja apenas um liberalismo renovado, pois a liberdade política é protelada quando afeta a liberdade dos mercados, eufemismo que se usa em referência aos interesses burgueses.

Destacamos ainda que essa construção narrativa será realizada partindo de alguns casos nacionais, em especial os de Argentina, Brasil e Chile, sobre os quais temos melhor domínio e que representam, por sua vez, trajetórias com nuances particulares, com o qual teremos um panorama o suficientemente amplo, mas sem perder a rigurosidade de uma proposta acadêmica, na que deve primar uma análise com evidências empíricas.

A perspectiva de longa duração abordada servirá para entender o fenômeno em toda a sua extensão, não apenas nos seus momentos álgidos ou algumas das suas etapas, colocando de manifesto questões que são estruturais a esse fenômeno, assim como será possível deslindar tons específicos, sejam nacionais ou temporais, importantes para compreender diversas perspectivas desse e de outros processos históricos.

Esclarecemos por último que tais conhecimentos não são apenas úteis para decifrar esse processo na nossa região, mas que nos podem ajudar também a entender algumas questões cruciais que o

1 Dieter Plehwe demonstra como o caso argentino ao implementar uma solução de convertibilidade se distancia de um dos princípios do Consenso de Washington que indicava um tipo de câmbio flutuante. Não obstante, nas origens do neoliberalismo, esse não tampouco era ponto pacífico, pois Ludwig von Mises (2011) era partidário do padrão ouro.

envolveram de modo mais amplo, inclusive para pensar a sua superação, pois está clara sua atual crise, na qual ainda não emerge um modelo que o substitua, pois uma das características da práxis neoliberal tem sido a da sua voracidade, a que atenta contra qualquer antítese que o false e assim possa gerar uma síntese.

Além do pensamento único

Em rasgos gerais, o neoliberalismo desponta como alternativa ao desgaste das teorias clássicas, em especial para enfrentar o Crash de 1929 e a expansão comunista. Longe de uma simples noção econômica, constitui-se como uma macro-teoria (FREEDEN, 2003) que vai se convertendo na ideologia (PLEHWE; WALPEN; NEUNHÖFFER, 2006), ou razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016), que adota a atual fase do capitalismo tardio, em especial após a crise do Petróleo.

Motivo que nos obriga a considerar esse processo no longo prazo, pois como vertente capitalista atravessa diversos períodos em busca de restabelecer soluções clássicas de forma renovada. Isto ocorre inicialmente num contexto no qual a presença do Estado se fortalecia, motivo pelo qual agem primeiramente na contraofensiva, em alguns casos com fortes tons estatistas ainda, para assumir uma posição dominante quando o modelo fordista e o Estado de Bem-Estar entram em declínio, quando assume sua face mais ortodoxa.

Por isso, mais do que um corpus unitário, podemos tratar o neoliberalismo como um espectro teórico que vai se amassando na marcha, tendo sua primeira cristalização em torno do Colóquio Walter Lipmann, celebrado na França em 1938, que contemplou posições austríacas, mas também alemãs e francesas, marcando já como propósito dotá-lo de uma institucionalidade. Tentativa que hibernou por causa da Guerra, mas que volta a deslanchar uma vez finalizado o conflito bélico, quando se cria a Sociedade Mont Pèlerin, em 1947 (MIROWSKI; PLEHWE, 2009).

É neste segundo momento de cristalização quando as ideias ordoliberais se desprendem desse tronco comum que tinham ajudado a erguer. Forma-se ali seu núcleo decisivo, que persistirá quase incólume até os nossos dias, ainda que com algumas mutações menores, principalmente desprendimentos das escolas mais antigas, como é o caso da Escola de Virgínia, derivada de Chicago, por exemplo.

Na América Latina, seu ingresso se dá inicialmente de modo difuso, em particular pela ação de indivíduos que buscam suprir carências formativas na Europa ou nos Estados Unidos, de onde voltam trazendo-o nas suas bagagens; para proceder na segunda metade da década dos anos cinquenta ao seu enraizamento institucional, que reverbera parte dessas origens, arraigando diferentes correntes desse amplo leque eidético, muito mais variado daquele que circulará nos anos oitenta e noventa.

Assim, contando com a ação de indivíduos chaves, fincam-se as suas bases institucionais, contando para isso com um novo formato institucional para a promoção de ideias, os think tanks, que surgem como resposta à reticência ou às limitações das forças políticas e corporativas de velho cunho para encampá-lo, em especial suas visões mais ortodoxas, demasiado radicais para um meio dominado ainda por noções estruturalistas.

O caso pioneiro foi o do Chile, com a parceria estabelecida entre a Universidade de Chicago, a instâncias de Arnold Harberger, e a Pontifícia Universidad Católica, que em 1955 assinam um acordo que frutifica no ano seguinte, quando começa a funcionar um curso para formação de economistas. Na Argentina, Alberto Benegas Lynch cria, em 1957, o Centro de Estudios sobre la Libertad (CESL), filiado nas tendências austríacas, o qual passará por sucessivas reformulações. Por sua parte, Brasil vê nascer, em 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e, um pouco depois, em 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) sem inclinações muito claras, mas com matizes ordoliberais perceptíveis neste último (KLEIN, 2020; RAMÍREZ, 2021).

Embora com nomes de institutos, centros ou fundações, esses estavam longe da neutralidade científica, pois foram ferramentas da ação de classe e até das próprias potências capitalistas, que através deles procederam a uma nova reorganização mundial, que com o tempo adotou o pomposo nome de globalização, etapa atual do capitalismo avançado, na qual uma nova reestruturação produtiva e regional foi implementada na base desse arsenal teórico e, especialmente, da sua praxis.

Além do caso chileno, onde se faz de modo explícito, isso se nota claramente nos prolegômenos da fundação do IPÊS, que esteve envolvida numa série de zonas cinzas, seja tanto na relação entre as filiais de São Paulo e Rio de Janeiro, quanto nos atores centrais envolvidos no processo, pois Enno Hobbing teria tido um papel mais relevante do que os documentos registram (MOREIRA, 2019), observando igualmente na farta documentação que nos legara, ainda que de forma incompleta, como essa circulação transnacional era vital e muitas vezes sonogada aos olhos públicos.²

Todos esses elementos nos mostram o entrosamento dessas instituições em redes mais amplas, sejam transnacionais, regionais ou locais, motivo pelo qual, sempre que se pensa na sua ação, a figura de uma constelação (BALSA, 2007) aparece como a mais apropriada, as que agem como uma coalizão discursiva (FISCHER; FORESTER, 1987), ou seja, compassadas em torno de um corpus eidético mais ou menos comum, que o potenciam no acionar conjunto. Mais do que os argumentos propriamente ditos, a força do neoliberalismo tem radicado precisamente na coordenação dessa ação, que nessas entidades ganha dimensão e a necessária

2 Dario de Almeida Magalhães, autoridade do IPÊS, falava que “A tática é fazer a ação extremista, mas com uma porção de biombos”. Arquivo Nacional, Acervo IPÊS, Atas do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, 19/6/62. Por sua vez, num documento do Council for Latin America, think tank de David Rockefeller, no qual se expressava se em espanhol: “Le rogamos no publiquen este documento, que se circula solo con el fin de que sirva de pauta y orientación” (sublinhado no original). Arquivo Nacional, Acervo IPÊS, CLA, CRC-Circular, nº 56/65.

continuidade temporal, condição vital para que ideias mais complexas frutifiquem.

Será nesses centros onde o neoliberalismo germine nestas latitudes, nos quais a intermediação local é chave, não apenas como mera transposição de corpos eidéticos forjados fora da região, mas fortemente imbricados nos tecidos nacionais, pois será neles onde se procede a sua tradução e ajuste às especificidades locais, operação muito mais complexa do que a mera importação, como foram neles onde se agruparam os atores que lhe darão sustento político e se encarregarão da sua práxis concreta, em especial durante as sucessivas etapas da sua aplicação como políticas públicas que foram dos períodos ditatoriais aos democráticos.

Mais do que uma aposta isolada às ideias, o que se também observa nessa composição é o peso decisivo tanto dos interesses materiais que conseguem articular, ao estar fortemente integrados por empresários, quanto das ações políticas que empreendem, seja para propalar seu ideário quanto para deslegitimar adversários ou chegar ao poder. Foi essa amálgama que determinará seu sucesso, explicando isto em parte a prevalência de diferentes linhagens neoliberais em cada caso particular, como forma de se adequar a essas idiosincrasias.

Essa plasticidade atendia à necessidade de conciliar o discurso neoliberal com outras fontes de legitimação que não apenas a econômica, dentre as quais os de cunho católico e nacional, que para aquela época não apenas tinham predicamento, mas enfileiravam fortes interesses por detrás. A luta contra o comunismo era também contra o ateísmo, ou correntes que supostamente deturpavam os princípios da Igreja e, não vale a pena esclarecer que, para fazer golpes de Estado, militares eram necessários, com os quais negociações programáticas foram imperativas, pelo menos numa primeira etapa, onde as resistências a um discurso mais ortodoxo eram mais comuns.

O que obedecia ao fato de tais teorias atuarem como uma ideologia, que operava no âmbito local, mas também em termos

mundiais, envolvendo-se assim no tecido social e nas articulações políticas, com o objetivo de conduzir, ou reconduzir, os destinos não apenas econômicos, mas em sentido amplo dos países, já que as mudanças que se propunham gerar eram de extenso alcance, assumindo dimensões estruturais, pois viam esse objetivo não de modo pontual, mas permeando todas as esferas da vida, que pretendiam e, efetivamente conseguiram, transformar radicalmente.

Isto explica que, no caso brasileiro, correntes mais estatísticas primaram numa primeira etapa, retrazendo o predomínio de ideais mais ortodoxas, que só tiveram espaço muito mais adiante. Também nos mostra como o caso argentino teve uma clivagem distinta, com um liberalismo mais clássico e, por sobretudo, nos leva a pensar na particular hibridação que aconteceu no Chile entre as ideias de Chicago com outras que provêm de uma matriz conservadora, gestada no ventre da Doutrina Social da Igreja, como o Gremialismo, algo que estará presente em todos os casos nacionais, mas que nesse país se racionaliza através do pensamento de Jaime Guzmán.

Deste modo, vemos que a convivência entre posições neoliberais e autoritárias não é apenas um fenômeno recente, mas que adentra praticamente toda a sua gênese e se faz presente em vários momentos históricos, pelo que deixa de ser uma anomalia para se constituir numa aliança estrutural, que é medular para explicar a forma em que conquistaram e se mantiveram no poder, assim como a resiliência (PUELLO SOCARRÁS, 2013) que manifestarão ao longo da sua história, pois essa diversidade lhe dará a plasticidade necessária para se adequar às suas sucessivas crises, o que se pode dar também na presente, como de fato está acontecendo na Alemanha, com um ressurgimento ordoliberal, teoria que admite uma maior participação estatal na economia (JORGES; HIEN, 2018).

A tríplice aliança

Voltamos a Enno Hobbing já que nos mostra claramente o que acontecia atrás de bastidores. Longe de um simples homem de negócios, tratava-se de um ex agente do Centro de Inteligência Americana (CIA) com frondosa folha de serviços, iniciada na Alemanha onde tinha acompanhado o traslado de cientistas aos Estados Unidos. Manteve depois trânsito fluido no mundo empresarial (AAVV, 2001), vinculado a Rockefeller e como participante ativo em vários golpes de Estado, desde Guatemala a Chile (HOEVELER, 2020), razão que provavelmente o levou ao Brasil, onde manteve sólidas relações com o IPÊS (RAMÍREZ, 2019), embora a maioria delas no anonimato.

Não era para menos, no contexto de Guerra Fria, existia a necessidade de maquiagem as origens pois eram momentos de embates acirrados nos que, por vezes, tinham que se diluir as pegadas externas. Lembremos que, neste caso específico, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tornou ilegal o IBAD, em 1963, poupando o IPÊS devido a que conseguiu esconder melhor a ingerência externa do que seu congêneres e assim se preservou para ser elemento decisivo no processo que desembocaria no golpe de Estado de 1964.

Por isso, outra passagem de Hobbing por outro país da América Latina é útil para mostrar como seu envolvimento no Brasil não foi mera coincidência. Em março de 1973 teve que depor numa Comissão do Senado Americano dirigida por Frank Church, que o inquiriu sobre sua participação em atividades de desestabilização do governo de Salvador Allende, a que começou antes da sua posse e envolveu altas figuras locais e da política internacional (HOEVELER, 2020).

Novamente, as coincidências não são meras coincidências, pois conhecemos o fato de que o poderoso empresário Agustín Edwards, dono do jornal *El Mercurio* viajou aos Estados Unidos no seu avião particular nem bem se conheceram os resultados do pleito de 1970,

chegando a se entrevistar com as máximas autoridades daquele país, que se aprontaram para buscar soluções.³ O primeiro intento parece ter sido o de impedir que Allende fosse referendado como presidente pelo Parlamento.

O Chile, nesse momento, tinha um sistema de voto num turno, sagrando-se vencedor o mais votado, mas que devia obter a vênua parlamentar caso não atingisse o umbral da metade mais um dos votos. E, devido que Allende tinha obtido apenas os 36,2% dos votos, era necessário obter esse concurso, que foi dado pela Democracia Cristã, para atingir assim a maioria necessária. De todo modo, a oposição tentou diversas medidas no intuito de que isso não ocorresse, apelando inclusive à distribuição de dinheiro a políticos, que teria sido provido pela International Telephone & Telegraph (ITT) à CIA, o que ficou conhecido como “Operação Alessandri” (HOEVELER, 2020).

Lembremos que Jorge Alessandri foi um dos candidatos derrotados por Allende, com 34,9% dos votos, tendo protagonizado uma campanha na qual pela primeira vez se expõem ideias neoliberais abertamente. Inicialmente sua plataforma de governo seria o *El Ladrillo*,⁴ apelido que designava o volumoso compêndio de medidas elaboradas no centro, fruto do acordo entre a Pontifícia Universidade Católica de Chile e a Universidade de Chicago, mas que foi desestimado diante das reações adversas que provocara, num vão intento por frear o avanço do candidato socialista, que se sagrara vencedor. De todas as formas, passou a constituir as bases das políticas econômicas da ditadura mais à frente.

O que esses dados nos mostram é a forte relação das personalidades e instituições que enraizaram o neoliberalismo com as soluções autoritárias que o Cone Sul experimenta desde a década de sessenta e se estendera até os anos oitenta. No entanto, esse foi um longo processo que envolve primeiramente a luta ideológica

3 Cf. Marlise Simons (1974), apud René Dreifuss (1981, p.424 y notas 40 y 41, p.459-461). O texto foi posteriormente postado em internet.

4 Posteriormente compilado e publicado por Sérgio de Castro (1992).

por meios democráticos e se desliza paulatinamente para a utilização das vidas de fato.

Anteriormente, vimos como Alessandri concorre à presidência em eleições com ideias já neoliberais, mas sem sucesso. O IPÊS também formula uma extensa proposta de leis para se contrapor a Reformas de Base impulsionadas por João Goulart que foram encampadas por políticos udenistas e pessedistas, mas que não conseguiram se tornar políticas públicas nesse momento, passando a constituir o primeiro núcleo de políticas implementadas pela administração autoritária, muitas delas claramente inspiradas no ideário das escolas alemãs.

Diferentemente dos outros casos nacionais, Brasil teve uma presença neoliberal mais eclética, com uma presença de posições neoliberais heterodoxas, vertentes que eram mais palatáveis aos olhos da sua burguesia e das suas Forças Armadas, mas também foram difusores de Mises, Hayek, Röpke ou de autores latino-americanos que abraçaram o neoliberalismo de uma forma mais clássica, tendo aplicado já tais teorias nas análises locais e na concepção de políticas públicas para a região.

Contudo, para a trama estar completa, ainda falta outro elemento nessa conjunção astral. O fato de que o convênio da Universidade de Chicago tivera lugar numa instituição católica não parece desencaixado, pois também foi em outra instituição da Igreja onde se elaboraram a maioria das propostas do IPÊS. A Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro seria uma importante reserva de seus quadros técnicos e, por isso, não resulta estranho que mais à frente um plano como o Real fosse gestado por tecnocratas ligados a ela.

Tal comunhão obedecia ao fato de que neoliberais, grupos de direita e a Igreja Católica possuíam nesse período diversos elementos em comum, a começar pela partilha de um mesmo inimigo. Passada a Guerra, com a queda dos totalitarismos capitalistas, o anticomunismo foi o denominador que agrupava essas três forças, e talvez o mais importante dessa fase, a julgar pelos esforços

dispendidos nas ações, uma verdadeira cruzada a favor do capitalismo ocidental.

Embora se apresente como herdeiro remoçado de uma velha tradição que se levantara contra o autoritarismo, o neoliberalismo se ergue como um programa contrarrevolucionário (COCKETT, 1995). O que se corrobora na constatação de alguns títulos dos mais importantes livros de autores neoliberais, como Walt Withman Rostow, “Os estados do desenvolvimento: um manifesto não comunista”, (1969) e Karl Popper, “A sociedade aberta e seus inimigos” (1974).

Caberia a Hayek se envolver mais diretamente nessa contenda, motivo pelo qual tomaremos alguns episódios da sua longa trajetória nos que se apresentam importantes evidências do funcionamento de tal aliança, que deve ser lida nas entrelinhas. Parece até óbvio que intelectuais desse porte sejam poupados de ações mais diretas, sendo outros que se ocupem desse papel, por isso não observaremos deslizos desse tipo, sendo os indícios mais sutis. Inclusive, mais do que as palavras, deveremos estar atentos para seu silêncio, que também pôde ser um elemento que aponte a leniência com regimes autoritários que encampam suas políticas, os que foram relativizados ou até justificados pela sua palavra quando instigados.

Hayek obteve seu Nobel em 1974, motivo que destacava e comprometia a sua figura. Sabia pela experiência vivida por seu amigo Milton Friedman que o flerte com Pinochet não passava indenne diante da opinião pública, pois o próprio Friedman atravessou por um momento polêmico pois, logo que recebera a nomeação ao Nobel, em 1975, também fez um passo por Chile, o que lhe custaram acalorados protestos durante a premiação, com um duro posicionamento de Gunnar Myrdal, que tinha dividido o prêmio com o austríaco um ano antes, para quem também fez recair suas pesadas críticas. Iguamente, já existiam dois relatórios da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas muito desfavoráveis contra o regime Chileno e em 1976 tinha acontecido o assassinato de Orlando Letellier.

E, mesmo alertado pessoalmente por diversas vozes do seu círculo, aceita o convite do senador Pedro Ibáñez, intermediado por Manuel A, da Universidade Francisco Marroquin, da Guatemala e membro da Sociedade Mont Pélerin, para receber um título de doutor honoris causa numa universidade chilena, comparecendo em 1977 oportunidade na qual deu entrevistas a meios de comunicação e teve reuniões com autoridades, dentre as quais conspícuos golpistas, périplo que coroou num encontro com o próprio Augusto Pinochet (BIRSEN, 2018b).

Depois do qual, a convite de Benegas Lynch, seu velho conhecido, rumou para Argentina, também outra feroz ditadura (BIRSEN, 2018a), sobre a qual também pesavam fundadas críticas da comunidade internacional, que certamente não eram desconhecidas para Hayek, onde se entrevistou com o general Videla, presidente da Junta de Governo, e o general Fortunato Galtieri, comandante do II Corpo de Exército. Também teve encontro com Álvaro Alsogaray, um militar argentino que fundara em 1964 o Instituto de Economia Social de Mercado, de claras tendências alemãs, com grande projeção no neoliberalismo e na política Argentina até a presidência de Carlos Menem, quem o entrevistou para a revista *Somos*.⁵

A sua próxima escala foi o Brasil, a instâncias de Henry Maksoud, da revista *Visão*. Aqui as repercussões são poucas e não se reúne com nenhum ditador, que longe de constituir um mérito para Hayek, manifesta a pouca influência das teorias austríacas. Aparente calma que vai lhe permitir se envolver em outra polêmica com a imprensa austríaca.

Desde ali envia um artigo para o jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ)* intitulado “Internationaler Rufmord: Eine Personliche Stellungnahme” com uma clara defesa à figura de Pinochet, obtendo uma negativa por parte do editor, que se fundara na repercussão negativa que tiveram as declarações favoráveis de

5 Hayek, Friedrich, “La inflación es la mayor amenaza contra la libertad”. Entrevista realizada por Álvaro Alsogaray, *Somos*, Buenos Aires, 25 de noviembre de 1977.

Franz Josef Strauss após uma passagem recente pelo Chile. Hayek tentou dobrar o editor com a ameaça de que o publicaria no jornal *Politische Studien*, o que finalmente aconteceria, mas com o título levemente encurtado,⁶ oferecimento que teria sido feito inicialmente pelo próprio Strauss (FARRANT; MCPHAIL; BERGER, 2012). Interessa notar que, além da justificativa do regime pinochetista, o sul-africano também entrou na baila, por impressões que colheu numa viagem realizada no início de 1978.

Tampouco parecem caber as justificativa da irrelevância desses encontros que alegam tanto Bruce Caldwell e Leónidas Montes (2015) quanto Filip Birsén (2018b), que casualmente publicam em veículos envolvidos com a prédica neoliberal, as que parecem não se condizer com as repercussões que tiveram visitas tão comprometedoras, pois geraram fortes críticas, ao ponto de motivar uma resposta de Hayek no jornal londrino *The Times*,⁷ na qual aprofunda sua linha argumentativa.

Por isso não é uma surpresa que, por mais efeitos negativos do seu aparente insignificante envolvimento com o regime pinochetista, não teve demasiados empecilhos para continuar relações com algumas das suas insígnias figuras, ao ponto de alguns lançar a hipótese de que teria colaborado na concepção da própria Constituição de 1980.

Embora Caldwell e Montes (2015) o neguem com argumentos sólidos, por momentos convincentes, temos indícios de um comprometimento mais profundo. Valendo-se do testemunho da própria secretária particular, Charlotte E. Cubbitt (2006), Andrew Farrant e Edward McPhail (2017) constatam que, após sua incursão chilena e diante da requisição do próprio Pinochet, Hayek encaminhou suas conhecidas ideias sobre uma constituição, missiva que

6 “Assassinato internacional de personagens: uma declaração pessoal”. Stanford University, Hoover Institution Archives, Friedrich A. von Hayek papers, Box 98, Folder 13,

7 Friedrich A. Hayek. Dangers to personal liberty, *The Times*, July 11, 1978; Friedrich A. Hayek. Freedom of Choice, *The Times*, August 3, 1978.

também teria sido compartilhada com Ibañez e se correspondido com Carlos Cáceres (HUNEEUS, 2000), quem também se tornaria figura de destaque dentro da ditadura, por isso, não resultam descabidas as afirmações de que neoliberais teriam dado tal suporte (MEADOWCROFT; RUGER, 2014) e, se sua influência não foi maior, talvez se desse pelo fato das suas propostas serem ainda mais duras do que a visão majoritária imperante no Conselho de Estado. Nesse sentido, um memorando de Ibañez chegou a ser qualificado de “totalitário e fascista” pelo ex presidente Gabriel González Videla (BARROS, 2004, p.222; LEESON, 2017, p.333), assim como uma proposta de Ibañez e Cáceres contrária ao voto universal perdeu por ampla margem (HUNEEUS, 2000). Não obstante, vários elementos neoliberais já se fazem presente, em especial a concepção de um Estado subsidiário.

Essa intuição parece ser confirmada pela reunião que a Sociedade Mont Pèlerin faz em 1981 na localidade de Viña del Mar, demonstração mais evidente da adesão da comunidade neoliberal internacional ao regime, quando Hayek visita pela segunda vez o Chile, convertido já na plataforma de ensaio mais bem-sucedida. Parecendo irrelevante se o economista austríaco participou ou não da escolha, como novamente justificam Caldwell e Montes (2015).

Dessa peregrinação, destacamos as apreciações que Hayek verte sobre personalidades, como Alessandri, por exemplo, que o acha próximo aos seus pensamentos, as justificativas que tece dos regimes ditatoriais, com lamentos sobre o malogro do caso argentino, que conhece pessoalmente desde 1957,⁸ e o apontamento de “honorable general” que realiza sobre Pinochet numa entrevista conferida a Jaime Guzmán, Enrique Illanes e Hernán Larraín.⁹

E se todas estas menções de deferência de Hayek para com a ditadura chilena não foram suficientes, temos ainda o episódio envolvendo a charge intitulada *Hallo, Kollege*, de Fritz Behrendt,

8 El Mercurio, 12 de abril de 1981.

9 Realidad, n.24, mayo de 1981, p.2735.

publicada no *FAZ*, na qual comparava Pinochet a Wojciech Jaruzelsky, que o levou, segundo a sua secretária particular (CUBBIT, 2006, p.19), a endereçar uma carta crítica a Margareth Thatcher, com cópias remetidas a Hernán Cortés Douglas, primeiro diretor do Centro de Estudios Públicos, e Miguel Kast, ministro do Trabalho e depois presidente do Banco Central do Chile, a que obteve resposta da própria Thatcher, surpreendentemente com argumentos muito mais ponderados.¹⁰

Vemos assim que em momento algum Hayek tece uma crítica, pelo contrário, sempre sai em defesa do regime pinochetista, o que nos obriga questionar acerca dessa adesão. Farrant e McPhail (2014) esclarecem que Hayek tinha formulado muito antes sua teoria sobre a justificação de regimes autoritários como transição quando democracias ilimitadas quebravam o umbral que as levariam a totalitarismos, o que pode ser lido já como socialismo. Então, não era ele que aderiria ao regime de Pinochet, mas tal regime à sua teoria.

De todo modo, novos questionamentos devem ser feitos. Hoje sabemos que as democracias reais antes das ditaduras estavam longe de serem ilimitadas e foram encurraladas pelas forças nas quais os neoliberais participavam, promovendo um ambiente de desestabilização concreto, com ativo empenho empresarial e militar, que as levaram a um aparente ponto de não retorno. Já mostramos como o golpe paira no Chile desde o momento da eleição, o que se aprofunda no momento da confirmação pelo Parlamento e perto da posse de Allende, pois um último intento se realiza para detê-la, inclusive com conhecimento da CIA, que lhe custara a vida ao general René Schneider, comandante do Exército (FERMANDOIS, 2013).

De todo modo, resulta certa a confluência entre tal justificação teórica e a sua necessidade política, tendo as ditaduras se assumido

10 Stanford University, Hoover Institution Archives, Friedrich A. von Hayek papers, Letter, Cáceres to Hayek, 12 February 1982, Box 54, Folder 23; Letter, Ibáñez to Hayek, 19 February 1982, Box 63, Folder 8; Letter, Margaret Thatcher to Hayek, 17 February 1982, Box 101, Folder 26.

como estados de exceção que se propunham, paradoxalmente, defender a própria democracia, na sua acepção formal burguesa, a que creiam fatalmente ameaçada. Assim se compreende que elas tenham se proposto fazer um saneamento estrutural dos países num claro papel refundacional, para o qual era imprescindível levar adiante uma série de reformas, com o claro propósito de remover as causas da suposta radicalização, que o neoliberalismo lhes provia como uma luva.

Aparente incoerência que podemos explicar usando Miles Khaler (1989) e Peter Evans (1992), quem através do que chamaram o Paradoxo Ortodoxo resolvem outra contradição entre a teoria e a práxis neoliberal. Segundo esse princípio, os teóricos neoliberais sustentam um discurso acerca da prescindência estatal, mas nas práticas concretas usam o Estado para alcançar seus objetivos. Desta forma, ocorre também com a liberdade e as formalidades democráticas, que não são um fim em si mesmo, mas instrumentos que podem ser substituídos por regimes autoritários quando servem ao seu interesse central.

De fato, as forças neoliberais não apenas usaram da força para chegar a posições de governo e assim implementar seu programa estrutural de reformas, como também exerceram um enorme poder disciplinador nas instituições que geravam pensamento econômico que de algum modo lhes incomodava. Além de expurgarem e aparelharem órgãos mundo afora (CORBALÁN, 2002; PEREIRA, 2010), essa disciplinarização se exerceu de forma direta durante a ditadura. Não apenas se devia extirpar a radicalização, eliminando os atores que supostamente a provocavam, mas também as ideias, inclusive do âmbito econômico que lhe davam sustentação teórica.

Lembremos que, no universo das ideias econômicas da região, o primado era de vertentes heterodoxas, pelo qual uma das tarefas das ditaduras foi precisamente o de aniquilar focos de pensamento contrário, como foi o caso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), desarticulado a poucos dias de consumado o golpe de Estado de 1964 no Brasil; o estrangulamento financeiro do grupo argentino Di Tella, principal sustentáculo do seu Instituto,

fato acontecido na penúltima ditadura desse país; o saque ao Instituto de Investigaciones Económicas y Financieras (IEEF), que era patrocinado pela Confederación General Económica (CGE), também na Argentina; bem como a domesticação imposta à própria Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), daqueles órgãos de maior relevo que aqui podemos individualizar, já que essa ação se estendeu por inúmeras instituições, especialmente universidades e órgãos estatais, com o objetivo de varrer as tendências heterodoxas, até então dominantes.

Assim, posições ortodoxas foram se impondo, inclusive encorpadas por outrora partidários de soluções heterodoxas moderadas, como explicara Ricardo Bielchowsky (1995) ao analisar a decomposição desse campo, no qual adverte que partidários mais de centro tenderam a se bandear para posições ortodoxas à medida que o embate se radicalizava, pois compartilhavam com elas a preocupação na preservação do status quo, que em determinado momento enxergaram em perigo. Transição que a trajetória de Roberto Campos, um dos neoliberais brasileiros mais notáveis na sua maturidade, a explica quase à perfeição (RAMÍREZ, 2017).

Desta forma, ter dado a vênua a golpes de Estado e ditaduras decorrentes não são acidentes conjunturais, mas práticas sistemáticas que se observam em distintos períodos históricos e em várias regiões, demasiado estendidas como para ser exceções. O discurso neoliberal se nutre de um espírito de cruzada anticomunista forte, provido pelas correntes conservadoras às quais se aliam, com as que negociam espaço, inclusive para assumir posições de poder. Estratégia na qual negligenciar determinados princípios não é apenas uma negligência, mas ato deliberado, até teorizado, e no qual colaboram direta ou internamente, pois são fundamentais para promover o caos econômico através do seu poder de mercado (HIRSCHMAN, 1985; KLEIN, 2007).

Não por mero acaso, Tobias Rupprecht (2016) mostra como a saída à chilena foi usada na transição do regime soviético. E foi assim como recentemente deram conta de retornar ao poder em vários países da região, que tiveram governos que de alguma forma

questionavam timidamente algumas das bases neoliberais, tentando firmar alternativas, ainda que túbias, duramente bombardeadas.

Para isso, valeram-se de expedientes que nos retrotraem a momento antes vividos, usaram novamente um inimigo totalitário imaginário prestes a destruir a democracia como o bolivarianismo de Hugo Chávez para dar uma nova investida, atentado em diversos momentos e países contra democracias formais, sem maiores inconvenientes para apelar a métodos que, ainda dentro do marco institucional, eram escusos (SOLER; PREGO, 2019). Os que, em definitiva, corroíam ainda mais o ambiente denso que previu, para o qual colaboraram com uma intensa chantagem de mercado (KLEIN, 2007).

Isto talvez se assente nas dificuldades que as forças neoliberais tiveram para se firmar como opções de poder hegemônicas, algo que recém alcançaram na sua segunda etapa de implementação, durante os anos oitenta e noventa, condição que perderam pelo seu próprio esgotamento, primeiramente na Argentina, depois no Brasil e hoje na crise social chilena, que vai enterrar sua *opera prima*, a Constituição de 1980.

Epílogo

Quem leu este artigo acadêmico, pletórico de citações e referências a fontes, inclusive encurtadas pela demarcação editorial, certamente não o leu de forma neutra, em especial a sua última parte. Esse envolvimento se deve a que os acontecimentos narrados mobilizam lembranças sobre assuntos chaves, até nos dias atuais. Longe de uma disputa de ideias, o que consegui mostrar é parte da luta sem trégua pelo poder, neste caso de conduzir as reestruturações de uma região.

Por mais óbvio que pareça, isso não foi obra de uma pessoa nem de uma corrente de pensamento particular, mas empreendida por uma amálgama de atores, com determinados interesses que os entrelaçaram para levar a cabo um amplo repertório de ações,

das mais ingênuas até as mais escusas. Portanto, uma visão do todo se faz necessária, é essa perspectiva que nos ajuda a entender a implantação do neoliberalismo, que aqui apenas pincelamos em poucos de seus traços grossos, que não apenas nos indicam o caminho a seguir na sua análise, mas também na sua exorcização.

O caminho para sua superação será mais do que árduo, pois a sua construção discursiva se apoderou de amplas esferas da vida, como vimos, por vezes, de modo até brutal. Foi assim que conseguiu penetrar os mais profundos umbrais, inclusive da vida cotidiana, razão que o torna difícil de combater, pois a inoculou com a sua lógica e as suas justificativas. O que torna essa tarefa muito mais desafiadora, pois uma das mais importantes artimanhas que montou é a construção de que foram bons garotos, mesmo que tenham se aliado e se aliem aos piores ditadores do Cone Sul da América Latina.

Referências

AAVV. **Personnalité de la Central Intelligence Agency**: Chef de poste de la CIA, Directeur de la Central Intelligence Agency. Books LLC, Wiki Series, 2011.

BALSA, Javier. **Hegemonías, sujetos y revolución pasiva**. Tareas, n.125, 2007, p.29-51.

BARROS, Robert. **Constitutionalism and Dictatorship**. Pinochet, the Junta, and the 1980 Constitution. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo A. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Contraponto, Rio de Janeiro, 1995

BIRSEN, Filip. **Hayek on Limited Democracy, Dictatorships an “Free” Markets**: An Interview in Argentina, 1977. In: LEESON,

Robert (org.). **Hayek: A Collaborative Biography**. Part XIII: “Fascism” and Liberalism in the (Austrian) Classical Tradition. Cham: Palgrave Macmillan, 2018, p.394-422.

BIRSEN, Filip. **Friedrich Hayek and His Visits to Chile**: Some Austrian Misrepresentations: In: LEESON, Robert (org.). **Hayek: A Collaborative Biography**. Part XIII: “Fascism” and Liberalism in the (Austrian) Classical Tradition. Cham: Palgrave Macmillan, 2018, p.423-462.

CALDWELL, Bruce e MONTES, Leonidas. **Friedrich Hayek y sus dos visitas a Chile**. Estudios Públicos, Centro de Estudios Públicos, n.13, 2015, p.87-132. Com Working Paper de 2014.

CASTRO, Sergio de. **Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno**. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1992.

COCKETT, Richard. **Thinkink the Unthinkale**: Think Tanks and the Economic Counter-revolution, 1931-83. London: Fontana, 1995.

CORBALÁN, María Alejandra. **El Banco Mundial**. Intervención y disciplinamiento. El caso argentino, enseñanzas para América Latina. Buenos Aires: Biblos, 2002.

CUBITT, Charlotte. E. **A Life of Friedrich August von Hayek**. Bedfordshire: Authors OnLine Ltd, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

EVANS, Peter B. **The State as Problem and Solution**: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change. In: HAGGAR, Stephan e KAUFMAN, Robert R. (eds.). **The Politics of Economic Adjustment**. Princeton: Princeton University Press, 1992, p.39-181.

FARRANT, Andrew; MCPHAIL Edward. **Can a dictator turn a constitution into a can-opener?** F. A. Hayek and the alchemy of transitional dictatorship in Chile. *Review of Political Economy*, v.26, n.3, 2014, p.331-348.

FARRANT, Andrew; MCPHAIL Edward. **Hayek, Thatcher, and the Muddle of the Middle.** In: LEESON, Robert (org.). *Hayek: A Collaborative Biography. Part IX: The Divine Right of the “Free” Market.* Cham: Palgrave Macmillan, 2017, p.263-284.

FARRANT, Andrew; MCPHAIL, Edward; BERGER, Christian. **Preventing the “Abuses” of Democracy:** Hayek, the “Military Usurper” and Transitional Dictatorship in Chile. *American Journal of Economics and Sociology*, v.71, 2012, p.513-38.

FERMANDOIS, Joaquín. **La Revolución Inconclusa.** La Izquierda Chilena y el Gobierno de la Unidad Popular. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 2013.

FISCHER, Frank; FORESTER, John. **Confronting Values in Policy Analysis.** Newbury Park: Sage, 1987.

FREEDEN, Michael. **Ideology:** A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HIEN, Josef; JOERGES, Christian. **Dead man walking?** Current European interest in the ordoliberal tradition. *European Law Journal.* *European Law Journal*, v.24, n.2-3, 2018, p.142-162.

HIRSCHMAN, Albert O. **De la economía a la política y más allá.** México: FCE, 1985.

HOVELER, Rejane. **(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial:** interamericana: a história do Council of the Americas (1965-2018). Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2020.

HUNEEUS, Carlos. **El régimen de Pinochet**. Santiago: Sudamericana, 2000.

KAHLER, Miles. 1989. **Orthodoxy and its Alternatives**: Explaining Approaches to Stabilization and Adjustment. In: NELSON, Joan (ed.). **Economic Crisis and Policy Choice**. Princeton: Princeton University Press, p.33-62.

KLEIN, Caroline Rippe de Mello. **A Influência do Ordoliberalismo e da Economia Social de Mercado no Brasil**. Una perspectiva através dos acordos de cooperação entre Brasil e Alemanha e das Fundações Konrad Adenauer e Friedrich von Naumann. Tese de Doutorado em História. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

KLEIN, Noami. **The Shock Doctrine**: The Rise of Disaster Capitalism. Toronto: Knopf Canada, 2007.

LEESON, Robert. **Clerical Fascism**: Chile and Austria. In: LEESON, Robert (org.). **Hayek: A Collaborative Biography**. Part IX: The Divine Right of the “Free” Market. Cham: Palgrave Macmillan, 2017, p.305-355.

MEADOWCROFT, John e RUGER, William. **Hayek, Friedman, and Buchanan**: on public life, Chile, and the relationship between Liberty and Democracy. *Review of Political Economy*, v.26, n.3, 2014, p.1-18.

MIROWSKI, Philip e PLEHWE, Dieter (eds.). **The Road from Mont Pèlerin**. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge/London: Harvard University Press, 2009.

MOREIRA, Fernanda. **O Partido do Empresariado**. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais de São Paulo, a construção de consenso e o anticomunismo (1961-1964). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator econômico, social e intelectual (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PLEHWE, Dieter; WALPEN, Bernhard; NEUNHÖFFER, Gisela (eds.). **Neoliberal Hegemony: A Global Critique**. London: Routledge, 2006.

PLEHWE, Dieter. **Transnational discourse coalitions and monetary policy: Argentina and the limited powers of the “Washington Consensus”**. *Critical Policy Studies*, v.5, n.2, 2011, p.127-148.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. São Paulo: EDUSP, 1974.

PUELLO-SOCARRÁS, José. Francisco. **Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013)**. In: RAMÍREZ, Hernán (org.). **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.13-57.

RAMÍREZ, Hernán. **Dinero y sotanas: una perspectiva de la imbricación de la Iglesia católica en el proceso político brasileño (1961-1970) a través de las fuentes del Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS)**. *Estudios*, 2019, v.42, n.2, p.51-70.

RAMÍREZ, Hernán. **The influence of German thought on the economic policies of the Brazilian dictatorship: a research hypothesis**. *Academia Letters*, 2021, artigo 469.

RAMÍREZ, Hernán. **Trayectoria intelectual y política de Roberto Campos desde su narrativa del yo**. *História: Debates e Tendências*, v.17, n.1, 2017, p.136-156.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth: An non-communist manifesto.** Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

RUPPRECHT, Tobias. **Formula Pinochet:** Chilean Lessons for Russian Liberal Reformers during the Soviet Collapse, 1970-2000. *Journal of Contemporary History*, v.51, n.1, 2016, p.165-186.

SOLER, Lorena; PREGO Florencia. **Derechas y neogolpismo en América Latina.** Una lectura comparada de Honduras (2009), Paraguay (2012) y Brasil (2016). *Contemporánea*, v.11, n.2, 2019, p.33-52.

PAS
SA
GENS

CONSCIÊNCIA ÉTNICO-RACIAL E PERCEÇÃO **INDIVIDUAL DA AUTOIDENTIFICAÇÃO:** **LIMITES TEÓRICOS E POLÍTICOS**

Michele Guerreiro Ferreira
Paulo Henrique Martins

Introdução

As particularidades da manifestação do racismo no contexto de sociedades miscigenadas nascidas do processo colonial como a brasileira, revelam um modo de dominação que se apoia no discurso e na prática do embranquecimento da população com vistas a organizar uma sociedade de massa politicamente impotente e obediente ao oligarquismo. A manifestação do racismo no Brasil está conectada, logo, com os modos tradicionais de organização do poder ibérico escravista marcado por traços patrimoniais, no processo de organização de um capitalismo colonial de forte inspiração extrativista que nunca foi superado pelo industrialismo. O entendimento das características particulares deste modelo de racialização no Brasil é importante para não se deturpar a ontologia do racismo colonial no mundo tropical e para se entender as limitações e possibilidades das lutas antirracistas.

Com o objetivo de aprofundar teoricamente tais questões estamos desenvolvendo no Centro de Estudos Avançados da UFPE, a pesquisa *Consciência Étnico-Raciais e Antirracismo*, problematizando o racismo como tema fundamental para se analisar as

perspectivas dos movimentos sociais em favor da democracia e do pluralismo. Entendemos que seu estudo ainda precisa ser aprofundado para melhor se compreender os modos como se constroem as identidades políticas entre o pertencimento étnico-racial e o contexto da dominação racista, particularmente, no Brasil onde grande parte da população se define estatisticamente pelo IBGE como sendo “parda”. Considerando que este é um termo importante para aprofundar a sua compreensão já que ele é central para se entender a escolha identitária do(a) brasileiro(a), considerando as injunções de gênero, geração, religião, formação acadêmica e renda familiar básica.

Assim, apresentamos um recorte com dados preliminares da referida pesquisa no qual levantamos as ambiguidades e tensões presentes no atual sistema de autoidentificação. Para tanto, dividimos o presente capítulo em três sessões: a) na primeira, levantamos questionamentos sobre a categoria “pardo”, a qual se mostra ambivalente diante do desafio de se compreender as particularidades do racismo no Brasil no contexto mais amplo da relação entre capitalismo, colonialidade e discriminação étnico-racial; b) na segunda sessão analisamos a percepção individual da autoidentificação étnico-racial, num primeiro momento espontaneamente e, em seguida, dentro dos critérios adotados pelo IBGE e, por fim; c) apresentamos nossas considerações provisórias a partir das questões sobre os mistérios da mestiçagem em nosso país.

O dilema dos pardos

Podemos dizer que, no Brasil, a biopolítica surge como um dispositivo antropológico geral visando produzir os brancos tropicais (colonizados identificados com o colonizador seja como pai simbólico seja como torturador) e os negros tropicais (incluindo os indígenas e os pobres; de um lado os humanos racializados, de outro, os animais homens mestiços). No Brasil, o entrelaçamento entre a questão étnica e a ideologia da miscigenação racial oferece

elementos muito significativos para se entender como o racismo é vivido existencialmente pelos indivíduos e como as políticas públicas interferem como dispositivos de classificação étnico-racial reforçando a cultura pós-escravista.

Então vemos que a miscigenação colonial conhece vários padrões, cada um possuindo características próprias: miscigenação de descendentes de africanos com brancos gera negros e a miscigenação de ameríndios com brancos gera brancos. Vemos aí a complexidade cultural do fenômeno e como ele impacta no plano das representações que os indivíduos fazem do mundo. Aqui podemos propor que a opção por ser branco pode resultar de uma escolha utilitária que os indivíduos fazem para sobreviver numa sociedade hierarquizada que valoriza o embranquecimento e desvaloriza a negritude ou a indianidade (MARTINS, 2019). Em paralelo, devemos considerar os efeitos ideológicos e patológicos que geram nos indivíduos o sentimento de se identificar com o colonizador, conforme lembra Albert Memmi (2007) analisando o caso tunisiano. Aliás, Guerreiro Ramos (1957) já apontava esta patologia há décadas atrás nas situações em que o brasileiro nutria a vergonha de sua ancestralidade e cultura negras, ao passo que enaltecia a cultura branca (europeia) da qual, na realidade, não fazia parte integralmente.

Desde logo, podemos perguntar: o pardo é uma representação do negro como sugerido pelo Movimento Negro? Mas se os indígenas ou os descendentes de brancos portugueses também reivindicarem esta filiação étnica mista, como fica a situação do pardo? Ou seja, como se define uma estrutura étnica complexa e formada nas encruzilhadas das migrações étnicas, da psicologia da colonialidade e do desejo de libertação e de reconhecimento como grupo étnico? A questão é pertinente sobretudo porque a associação do pardo ao negro aparentemente favorece o Movimento Negro que passa a contabilizar dados sobre a população brasileira como sendo maioria negra, mas esta vitória numérica aparente pode ser uma armadilha quando passamos a analisar onde estão os pardos. São eles ideologicamente e politicamente alinhados ao Movimento

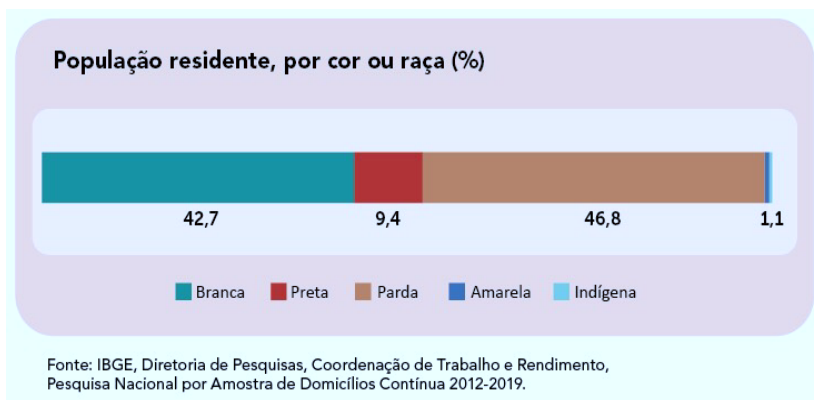
Negro? Infelizmente, as informações práticas não confirmam esta hipótese otimista. Por exemplo, os indivíduos mestiços das forças militares e das milícias privadas que matam os negros ou, então, os pardos e que perseguem as religiões afro-brasileiras são brancos ou são pretos e pardos? Se o critério de definição for político, diria que grande parte dos indivíduos que se autodenominam como pardos se identificam psicologicamente e politicamente com o branco.

O sentimento de admiração passiva com relação ao colonizador original é um fenômeno que perpassa tanto as mentalidades das elites oligárquicas como de vários segmentos das classes médias, contribuindo para camuflar a violência racista no cotidiano. Como resultado das questões anteriormente levantadas, é interessante observar igualmente o alto percentual de escolha pela categoria parda dos indivíduos entrevistados pelo IBGE em 2010. Se antes, historicamente, no século XIX, esta categoria era usada de forma associada a famílias de ex-escravizados, agora ela adquire uma outra conotação que revela a busca dos indivíduos que não conseguem se localizar na escala classificatória entre branco e preto. A escolha pela categoria pardo tem sobretudo um caráter psicológico, mas pode ter uma dimensão política quando, por exemplo os pardos simpatizam com os pretos e se autodenominam como tais.

O questionário que aplicamos na pesquisa que estamos desenvolvendo revela, aliás, que a maioria das pessoas se autodeclararam “pardas”¹ antes mesmo de serem apresentadas às categorias usadas pelo IBGE. Também podemos perceber o aumento da auto-declaração na opção parda em dados mais recentes, posteriores ao Censo de 2010, como nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019.² A seguir, temos a classificação mais atual do quadro étnico-racial no Brasil oferecido pelo governo.

1 Vale ressaltar que o termo pardo vem sendo usado com mais frequência no universo acadêmico.

2 Dados da PNAD 2019 disponíveis em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso: 05/02/2021.



Como vemos nos dados acima, em nove anos (o tempo entre o último Censo e a referida PNAD) houve um aumento importante na autodeclaração parda, passando de 43,4 para 46,8, sobrepondo-se desse modo, a todas as outras categorias disponíveis para auto-identificação. No nosso entender, este tipo de resposta pode ter dois desdobramentos que a pesquisa vem demonstrando: tanto pode revelar a apreciação moral da mestiçagem pelos indivíduos como algo positivo, ou seja, ser pardo seria o caminho para se embranquecer. O outro desdobramento revelaria a situação de indivíduos que valorizam a herança de negritude que marca sua história familiar, mas entendem que seus traços mestiços não lhes permitem se posicionar diretamente como pretos. Neste sentido, na falta de alternativa para se definir como alguém que não seria branco ou preto, os indivíduos preferem se autodeclarar pardos.

Em geral, estas classificações estatísticas oficiais revelam o olhar do planejador sobre a constituição étnico-racial reagindo, de certo modo, à cultura de poder dominante. Afinal, os métodos de classificação funcionam dentro da lógica do planejamento territorial que foi fundamental para organizar os aparatos de poder nacionais como o explica bem Partha Chatterjee (2004, p.30-31) ao se referir à colonização indiana. Isto significa literalmente a “ciência do Estado” contribuindo para uma arte de governar que

buscou camuflar o projeto colonial pelo culto do gerenciamento que, em última instância, buscava apenas controlar as populações territoriais.

Tal “arte de governar” pela classificação de populações nos territórios delimitados pelos poderes soberanos contribuiu, explicamos Aníbal Quijano (1999, 2000), para gerar um padrão de poder que formalizou o racismo como sistema topológico de alcance mundial, ajudando a organizar a colonização como processo imperial e a colonialidade como cultura de modernidade. No seio de tal classificação está embutido uma série de elementos que nutrem a crença colonial da hierarquização entre “raças” humanas como algo natural, servindo de base para a constituição, manutenção e constante reconfiguração do racismo. Tais elementos são atravessados por questões teóricas, políticas, históricas, sociais e práticas que interferem nas formas como podemos manter ou superar as consequências dessa classificação perversa. A realidade étnica é complexa quando consideramos que grande parte das(os) brasileiras(os) são grupos sociais miscigenados que identificam o branqueamento com a liberdade. Assim, muitos das(os) que poderiam se auto identificar como pretas(os) terminam se auto classificando como pardas(os) ou como brancas(os) reproduzindo o fetiche racista e colonial. Por isso, a categoria “parda” é interessante para se estudar visto que ela esconde um problema cujo desvendamento é fundamental para se organizar as lutas antirracistas no hemisfério sul da América Latina. O próprio termo “pardo” guarda sentidos misteriosos ao considerarmos que, no século XIX, muitas famílias de ex-escravos libertos preferiam se chamar de pardos para esquecerem as memórias da senzala.

O debate ajuda a entender como a questão racial em sociedades com as características da brasileira diferem daquela em países como os Estados Unidos. Podemos dizer que a diferença central entre um e outro caso está na força das tradições e dos direitos republicanos na organização dos processos democráticos. Quando comparamos a sustentabilidade institucional dos norte-americanos com relação aos direitos de cidadania ampliados inclusive para

a população negra, por um lado, e a precariedade dos direitos de cidadania em países como o Brasil, por outro lado, podemos concluir haver tratamentos políticos distintos sobre as garantias de direitos de cidadania e de reconhecimento social assim como do atendimento a reivindicações sociais e culturais. No caso do vizinho do Norte, há dois elementos importantes que ajudam a entender que a questão racial conhece um espaço de conflito e negociação que, em última instância, tem respaldo histórico na guerra da secessão e na abolição de 4 milhões de escravos como um evento político importante, no século XIX. Esta reorganização do quadro político no pós-guerra nos *States* contribuiu para um importante empoderamento das populações negras que se fazem presentes ativamente nas cenas políticas e culturais e mesmo econômica naquele país, tencionando permanentemente o republicanismo democrático.

Diferentemente, no caso de países como o Brasil não houve esta ruptura na ordem política nos momentos de fundação dos regimes republicanos. Nestes casos, a abolição da escravatura foi sobretudo uma concessão das elites face às pressões mercantilistas internacionais, por um lado, e pelas estratégias das elites oligárquicas de se modernizarem, substituindo o trabalho escravo pelo livre, por outro. Isto explica, logo, as razões de negação do racismo no discurso oficial e no pensamento intelectual que vias de regras interpretava a ideologia da dominação colonial como o sugeriu Gilberto Freyre (1933), como sinal de uma democracia racial formada pelo encontro “amistoso” de raças. Por conseguinte, nem a abolição da escravatura nem a negação do racismo garantiram a inclusão negra na moderna sociedade de classes. Pelo contrário, a segregação social entre ricos e pobres ganhou também os contornos de segregação racial (embora velada), empurrando a população negra para as periferias das cidades, para o subemprego e também para as prisões e para a morte.

A herança colonial torna ainda mais complexa as definições e identificações étnico-raciais no Brasil. Estas sempre foram tensionadas desde o início da colonização como nos mostra Lourenço Cardoso (2014), pois a branquitude do colonizador lusitano não

se expressa apenas no tom de pele clara, mas se insere num sistema hierarquizante que só pode ser medido em comparação com um seu superior ou inferior. Nesse sentido, o branco português em comparação ao angolano seria branco, no entanto, se a comparação fosse com o inglês, ele seria menos branco dada a miscigenação moura, cigana, judia, africana que carregava.

Porém, nas terras brasileiras a não branquitude do branco português foi revigorada pelo branco brasileiro, tornando positiva a origem do “branco não branco” (português) em relação aos outros não brancos (indígenas e africanos). Assim, a cor da pele, os traços fenotípicos, passam a ser o primeiro elemento para o estabelecimento da hierarquização social baseada na ideia de raça. Dessa forma, o ideal de branqueamento está atrelado às estratégias de apagamento das heranças culturais e ao destaque que se dá aos traços visíveis da imposição cultural europeia, desde as práticas identitárias ligadas à linguagem, à religião, aos costumes e tradições até mesmo aos traços fenotípicos embranquecidos pela violência colonial. O branqueamento aparece como ideologia de dominação e se institucionaliza na vida política mediante os mecanismos de classificação racial reproduzindo as crenças segregacionistas. A oficialização do racismo se reflete nos preconceitos com os não brancos nas organizações privadas e públicas.

No Brasil, o republicanismo como modelo político e institucional aparentemente comprometido com as práticas democráticas, contribuiu, de fato, para forjar entre as populações pobres estigmatizadas subjetividades coletivas fragilizadas e humilhadas. Na medida em que os indivíduos das escalas sociais inferiores buscaram se acomodar às regras seletivas da dominação colonial no contexto republicano, houve o fortalecimento e atualização da dominação colonial, por um lado, e o enfraquecimento dos movimentos de cidadania liberatórios, tornando o ideal democrático algo frágil e distante, por outro. Como consequência grande parte das populações que vivem no contexto da subcidadania racializada se tornam as bases para políticas populistas anti-emancipatórias

que justificam o branqueamento como forma legítima de visibilidade social e política.

Assim, muitos daqueles indivíduos descendentes de índios (na verdade de mulheres índias) procuraram se posicionar como brancos enquanto aqueles descendentes de escravizados buscam se posicionar como pardos (mestiçagem definida não pela cultura, mas pela pigmentação da pele, pelo biologismo). Tais estratégias de sobrevivência de indivíduos são próprias de um republicanismo de fortes valores escravistas. Aqui, o “branquismo” é entendido como modelo ideal de reconhecimento social e econômica e de superioridade cultural, passando a ser valorizado pelos mais humildes, o que compromete a visualização do racismo como estigma social na república moderna periférica. Somou-se a este contexto de republicanismo oligárquico (MARTINS, 2020) a disseminação nos circuitos acadêmicos e instituições públicas e privadas de teorias da mestiçagem reforçando aspectos negativos dos não brancos e positivos dos brancos.

Questões de pesquisa: a questão racial e os limites da autodefinição

A identificação com o ideal branco sempre foi perseguida, individual e coletivamente, como recurso simbólico de sobrevivência social no contexto do modelo político-liberal-oligárquico, como já o vimos anteriormente, ao longo dos séculos XIX e XX. Porém, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, houve mudanças importantes no cenário das lutas culturais na esteira dos movimentos minoritários em ascensão nos planos internacional e nacional. A emergência dos movimentos identitários contribuiu para dar visibilidade ao componente racista presente em vários dispositivos de regulação nas instituições políticas e administrativas no Brasil. As lutas coletivas voltadas para institucionalização de políticas de ação afirmativa são exemplos de respostas contra o racismo explicitado nas instituições educacionais. Como resultado,

observamos a valorização da identidade negra não como estigma, mas como mérito cultural e histórico e como recurso para se entender a importância da racialização como um elemento que impede a ampliação da democracia participativa.

A década de 1990 é marcada, logo, por diversas mobilizações nacionais e internacionais que pautavam o debate racial contribuindo para se entender a relação orgânica entre capitalismo e colonialidade o que contribuiu para os avanços dos estudos pós-coloniais, decoloniais e feministas. Na medida em que o estado brasileiro foi se desnudando como um dispositivo colonial e racista, foram se intensificando as mobilizações voltadas para a denúncia do sistema colonial e racista. O desnudamento das origens racistas do estado oligárquico contribui para se entender que a questão democrática não pode ser resolvida apenas no plano jurídico e legal, exigindo o enfrentamento do racismo colonial no plano da política. As manifestações do Movimento Negro nestes últimos 20 anos revelam uma mobilização de caráter cultural, étnico e político voltada para despertar a consciência da sociedade com relação aos fundamentos coloniais da vida social. As pressões deste movimento levaram os segmentos políticos e o governo federal a tomar medidas compensatórias para combater o racismo contra as populações negras nos universos da vida privada e pública.

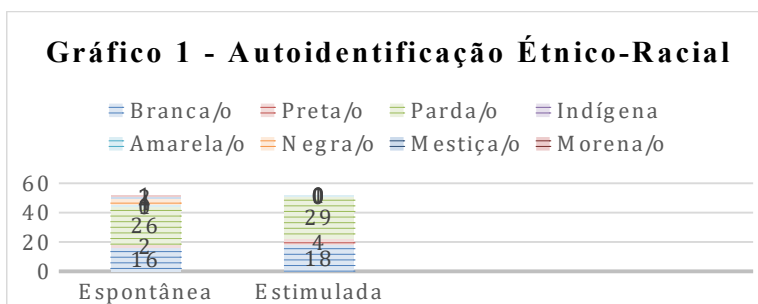
No entanto, do ponto de vista da construção do universalismo democrático, conforme observamos, ainda há a necessidade de um maior diálogo das lutas antirracistas de afrodescendentes com os movimentos étnicos, indígenas e imigrantes, por um lado, e com aquelas feministas, sexistas, ambientalistas, por outro lado. A perspectiva de se reconfigurar a noção abstrata de sociedade civil numa outra mais dinâmica de constelações de redes sociais, comunitárias e identitárias ligadas a gênero, sexualidade, religião e nacionalidade é central para se evitar um refluxo tribalista e para ampliar o entendimento da democracia ampliada. É importante que tal diálogo avance numa crítica teórica mais efetiva das ideologias de branqueamento colocando em xeque o mito da democracia racial e a atualidade de valores e práticas pós-escravistas. Pois o racismo

pós-escravista revela um conjunto de crenças que se reproduz fortemente nas instituições privadas e públicas, em geral, e na formação de um bloco conservador, em particular. O desvendamento do racismo colonial deve contribuir para dar visibilidade à violência contra as populações mais vulneráveis ao mesmo tempo em que abra horizontes para ações políticas emancipatórias e promotoras de um humanismo convivial verdadeiro. Isto permitiria, por outro lado, a emergência de um debate mais promissor sobre os fundamentos da democracia participativa em sistemas republicanos periféricos.

Na pesquisa que estamos desenvolvendo sobre o tema, pudemos aprofundar uma série de aspectos que ajudam a elucidar a natureza do racismo colonial. Esta pesquisa se fundou numa amostra de 52 estudantes de graduação e de pós-graduação *Stricto-Sensu* que realizam seus estudos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nossa opção pelo público juvenil se deu em função de sua importância atual para se repensar a relação entre liberdade, reconhecimento, visibilidade e democracia. Considerando a faixa etária deste público observamos que 48% têm entre 17 e 24 anos; 48%, entre 25 a 39 anos e 4% têm 40 anos ou mais). Em geral, este público está informado das mobilizações do Movimento Negro e de bandeiras políticas como aquela do “orgulho negro”, inclusive por meio de campanhas para o Censo/IBGE. Nesse sentido, analisando a faixa etária das(os) estudantes que responderam ao questionário virtual que foi aplicado no final de 2020, entendemos que elas(es) estão inseridas(os) num contexto de posituação da negritude. A entrada no sistema universitário de indivíduos negros e pobres vem se dando, em parte, pelos efeitos positivos para a cidadania das políticas de cotas. Estas têm contribuído para a desconstrução do racismo estrutural no plano acadêmico, o que reforçou a plataforma de lutas dos movimentos sociais e culturais antirracistas entre os jovens.

Os dados levantados na pesquisa que realizamos com as(os) estudantes revelam estas ambivalências geradas entre práticas inconscientes e conscientes do racismo. Para ilustrar nossa linha

de argumentação passamos a apresentar a análise de um recorte dos dados referentes à construção do pertencimento étnico-racial do público pesquisado. Inicialmente, solicitamos-lhes que se pronunciassem livremente sobre suas identificações étnico-raciais independentemente das categorias classificatórias utilizadas pelo IBGE. O objetivo foi de entender como os(as) estudantes constroem suas representações. Somente mais adiante introduzimos a variável IBGE para checar as categorias utilizadas. Nesse sentido, apresentamos no gráfico a seguir as respostas às duas questões: a primeira, a que chamamos resposta espontânea na qual a(o) estudante nomeava sua identificação étnico-racial de modo espontâneo; e a segunda coluna, por sua vez, apresenta as respostas estimuladas dentro das categorias utilizadas pelo IBGE. Assim, tivemos os seguintes resultados:



Fonte: Questionários virtuais aplicados com estudantes universitárias(os)

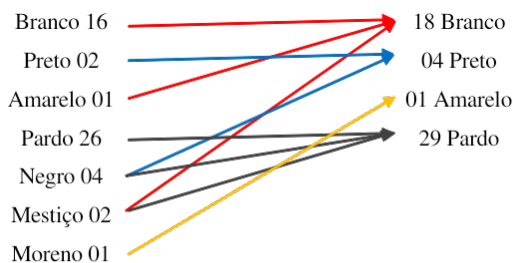
Um primeiro aspecto que nos chama a atenção é que as categorias utilizadas espontaneamente por 87% das(os) estudantes são as mesmas utilizadas na classificação do IBGE. Esta coincidência pode significar que o sistema classificatório tem um efeito prático importante no sentido de interferir nas autorrepresentações que os indivíduos fazem de seu pertencimento étnico-racial. Este é um tema que precisa de um maior aprofundamento para se entender o contexto institucional e político de formação dos públicos identitários. O que nos chama particular atenção é a alta escolha dos

indivíduos pela categoria pardo, que é, por natureza, ambígua e imprecisa, visto que aponta para uma miscigenação visível das populações dita brasileiras. A identificação do pardo como o preto, como voltaremos a discutir mais adiante, é interessante do ponto de vista político, mas insuficiente do ponto de vista da origem étnico-racial. Pois este é um esclarecimento que aponta necessariamente para o estudo de ancestralidades.

Um experimento interessante para se analisar o tema da miscigenação foi realizado pelo IBGE, no ano de 1976. Assim, na aplicação da pesquisa do PNAD naquele ano os planejadores deixaram em aberto a questão cor/raça para estimular as(os) entrevistadas(os) a se autodeclarar espontaneamente sobre o pertencimento identitário. O resultado foi uma gama ampla de representações, sendo elencadas 136 categorias que variavam de metáforas positivas como “cor da noite” até as mais depreciativas como “branca suja”, ou até mesmo, “burro quando foge”. Os resultados desta pesquisa revelam as dificuldades morais e estéticas das(os) brasileiras(os) em identificar critérios objetivos de identificação de seu pertencimento étnico-racial quando são estimulados fora do sistema de classificação oficial tradicional, mas, em geral, as categorias espontâneas principais que surgiram nos questionários para além daquelas designadas pelo IBGE foram “negra(o)”; “mestiça(o)” e “morena(o)”. Estas, como podemos perceber, são categorias tidas como não brancas, mas também não podem ser imediatamente associadas como pretas. São, na verdade, narrativas flutuantes que espelham o fenômeno da miscigenação numa ordem de poder que tende a valorizar o branco e estigmatizar o preto. Então, vemos que a luta antirracista é um processo paradoxal que se revela nos planos das narrativas e das práticas dos corpos e do poder temporal. Por um lado, entendemos que tais lutas são fundamentais para a crítica da colonialidade e para a libertação psicológica e política dos que se sentem colonizados. Por outro, esta crítica não pode se encerrar nos limites de um jogo que tem o branco como eterno vencedor racional ou, no lado contrário, o preto como eterno escravo irracional.

Assim, temos um desafio de repensar a biopolítica, como diria Michel Foucault (2008), que valorize outros modos de construção do cuidado de si e da governabilidade de todos(as), inclusive os seres não humanos.

Vejamos o que encontramos ao nos debruçar sobre cada uma das categorias de classificação mencionadas, pois elas revelam esta complexidade cultural da miscigenação no contexto de lutas antirracistas:



ESPONTÂNEA

ESTIMULADA

Como mencionamos anteriormente emergiram sete categorias na questão de autoidentificação espontânea, quatro delas são as mesmas utilizadas pelo IBGE, assim sendo, quando rerepresentamos a questão com as categorias do IBGE obviamente algumas(uns) estudantes precisariam se reclassificar. Porém, como podemos ver no gráfico acima, as reclassificações não partiram apenas das três categorias espontâneas que estão além da categorização utilizada pelo referido Instituto. Nesse sentido, passamos a analisar o que estes dados nos mostram.

Na categoria **branca(o)**, 16 pessoas se classificaram assim na situação espontânea e surgiram mais duas identificações na estimulada, passando para 18. Quando buscamos se teria sido uma(um) “parda(o)” que estaria se reclassificando encontramos que foram

as pessoas que se classificaram na espontânea como “**mestiça(o)**” e “**amarela(o)**”.

Este tipo de situação precisaria ser aprofundado em momento posterior na medida em que pode estar revelando as hesitações existenciais de indivíduos de origem indígenas ou de antigos camponeses livres hostilizados pelas elites proprietárias, mas nos limites da pesquisa podemos propor haver uma tendência para que descendentes de indígenas, como caboclos e mamelucos, preferirem se identificar com o “branco” pois isto assegura um lugar de reconhecimento moral na hierarquia do poder. Do mesmo modo, a identificação do chamado “mestiço” com as origens indígenas pode constituir historicamente um motivo de vergonha que deve ser escondido. Apenas, recentemente, os indivíduos de origem indígena passam a se assumir abertamente como tais devido aos avanços nas políticas públicas voltadas para a valorização cultural das comunidades tradicionais. Também observamos na pesquisa que há “mestiças(os)” que não se identificam como indígenas simplesmente porque não têm informações sobre as origens étnico-raciais dos seus ancestrais (embora muitas vezes possuam traços fenóticos bem visíveis revelados pelos olhos, tez e rosto).

Em relação à categoria **amarela(o)**, tivemos 1 indivíduo tanto na pesquisa espontânea como na estimulada. Poderíamos deduzir simplesmente que fosse o mesmo indivíduo, mas como vimos no gráfico anterior, houve reclassificação. A(o) estudante que inicialmente se autodeclarou amarelo(a) se reclassificou como branca(o). E a(o) estudante que na pesquisa estimulada se autodeclarou amarela(o) foi aquela(e) que na espontânea não usou as categorias do IBGE, havia se declarado morena(o).

Percebemos que esta categoria pode ter sido usada porque os indivíduos não saibam a cor que aparentam ter, uma vez que esta classificação, para o IBGE, se refere a um agrupamento de povos e uma raça humana originária da Ásia, Polinésia e relativamente das Américas, são os amarelos, mongoloides ou até mesmo mongólicos.

Em relação à categoria **preta(o)**, 2 indivíduos prontamente se caracterizaram inicialmente assim. Quando consideramos as respostas na questão estimulada surgiram mais duas identificações que vieram das pessoas que haviam se definido anteriormente como “**negra(o)**”.

O que nos chama a atenção é que na primeira pesquisa havia 4 autodefinições “**negra(o)**”. Como já mencionamos anteriormente, para o IBGE são considerados “negros” tanto os indivíduos que se autodefinem como pretos ou pardos. E seguindo esta lógica, das 4 autodefinições iniciais, 2 passaram a se identificar como pretas(os) e 2 como pardas(os).

Não temos ainda dados suficientes para afirmar que a reclassificação dos indivíduos como “**parda(o)**” representa uma tentativa moral de “branqueamento”, por um lado, ou tentativa política de “enegrecimento”, por outro, mas suspeitamos, pelo perfil do grupo, haver uma tendência dos indivíduos para se reclassificar como pretos por motivos políticos (enegrecimento como decisão política e não étnica) uma vez que “**pardo**” é contado como “**negro**” em nosso país.

Em outro momento, será interessante verificar os critérios cognitivos e morais de escolhas raciais. Em outras palavras, os que se posicionam como pardos conhecem as origens étnicas e raciais dos indivíduos ancestrais (pais, avôs e avós, bisavôs e bisavós)? Estes ancestrais são negros? indígenas? brancos? Às vezes, esta resposta é difícil considerando que o grau de mestiçagem pode vir de longas décadas ou mesmo séculos passados. Por isso, que enfatizamos a importância da relação entre fazer político, tradição cultural e consciência identitária de modo a verificar como os indivíduos cruzam informações históricas com lutas por reconhecimento social. De certo modo, a autoidentificação como “**pardo**” funciona como uma saída tranquilizadora para estas ambivalências insolúveis.

Na categoria **parda(o)**, como podemos ver no gráfico, a autoidentificação como “**parda(o)**” passa de 26 para 29, absorvendo duas pessoas que se classificaram antes como “**negra(o)**”, como

vimos acima. A(o) outra(o) estudante que passou a se definir como parda(o), foi aquela(e) que inicialmente se identificou como “**mes-tiça(o)**”. Estes dois casos parecem confirmar a hipótese acima de que a categoria “pardo” encerra uma ambivalência que permite acalmar as indecisões existenciais, morais e psicológicas dos indivíduos entrevistados.

A movimentação das(os) estudantes entre as opções de auto-identificação espontânea e estimulada revelam a manutenção das imprecisões que Sueli Carneiro (2011) aponta em seu artigo intitulado a “Dor da Cor”. Nesse texto, ela chama a categoria “parda” de zona cinzenta, pois ela é a saída para quem deseja ocultar uma origem renegada - negra, amarela ou indígena -, na busca de um melhor posicionamento social, cultural e profissional.

Assim, para buscar pistas para elucidar essa zona cinzenta, questionamos as(os) estudantes sobre suas opiniões em relação à categoria “parda”. Foram duas perguntas, a primeira fazendo a relação pardo/negro e a segunda, pardo/branco. Percebemos que as respostas à primeira pergunta parecem estar mais relacionadas ao contexto político, social, educacional dos estudantes, pois tivemos uma resposta que consideramos mais política ou politizada. Já para a segunda questão, aparecem elementos mais sutis eivados das velhas contradições históricas que esse termo “pardo” carrega. Então, embora seja perceptível a tentativa em manter a coerência com a resposta mais politizada, vemos uma carga psicológica e moral permeando suas respostas.

Dessa forma, quando questionamos sobre a relação automática pardo/negro que é aquela referente às pessoas pardas serem consideradas como negras pelo IBGE, em síntese, 36 (69%) concordam, 3 (6%) discordam, 13 (25%) são indiferentes. Aqui, a questão crucial é saber se tal escolha se dá por motivos políticos, por identificação com algum ancestral negro ou por simpatia com a cultura negra, mas mesmo aqui, seria interessante verificar se a não escolha em ser branco se daria pelo fato de não gostar de seu ancestral branco (motivo psicológico) ou rejeitar a colonialidade dos brancos (motivo político).

Cabe ressaltar que tais respostas criam uma situação curiosa expressa pela possibilidade de que certos indivíduos por motivos políticos recusar uma certa origem étnica. Se a decisão é legítima do ponto de vista do direito de cada um fazer suas escolhas políticas, ela pode, no entanto, estar escondendo alguma injustiça étnica com relação a outro ramo de ancestralidade que foi recusado. É justo que o pardo decida ser negro, mas este ato pode estar significando uma injustiça moral e histórica com relação ao ramo étnico recusado (injustiça genealógica). As respostas possíveis para estas situações exigem um aprofundamento mediante entrevistas qualitativas. Pois se por um lado, as(os) estudantes parecem concordar com a relação pardo/negro, por outro, eles revelam incertezas e ambiguidades quando indagados sobre suas origens brancas. Pode também acontecer que o indivíduo pardo se autodefinha como branco por não reconhecer (ou não saber) de sua origem indígena. Aqui temos um outro tipo de racismo que se funda no apagamento da origem indígena, em geral de uma mulher indígena.

Assim, quando questionamos qual a opinião das(os) estudantes em relação a alguns indivíduos pardos não se identificarem como negras(os) e sim como brancas(os) tivemos respostas ambivalentes que transitam em direções diversas. Por um lado, há um grupo em torno de 37% das(os) entrevistadas(os) que consideram taxativamente que esta questão não lhes diz respeito. Se isentam de opinar sobre a possibilidade de branqueamento. Por outro lado, há aquele grupo de entrevistadas(os) que buscam explicar esta questão recorrendo a explicações diversas sobre miscigenação, mestiçagem, destacando como estas questões impõem mais dúvidas do que certezas para a localização do “pardo” no sistema de classificação racial.

Neste segundo grupo, destacamos que pelo menos sete estudantes pautaram suas respostas em suas próprias experiências, as quais revelam suas incertezas a respeito de seu pertencimento étnico-racial como podemos perceber na resposta obtida pelo Questionário 21:³

3 Estudante da Graduação em Ciências Sociais, do gênero feminino, na faixa-etária de 17-24 anos, que se identifica como parda (na espontânea e na estimulada).

Em geral **brancos nunca me vêm como branca**, mas também existem **algumas pessoas pretas que apesar de não me verem como branca não me consideram negra** principalmente por eu não ter tantos traços característicos, como nariz e cabelo. Não julgo, porém acabo ficando muito perdida quanto à minha identidade racial. **Apesar de nunca ter me enxergado como branca, também não me enxergava como negra** (Grifos nossos).

A resposta da estudante mobiliza questões referentes aos traços fenotípicos que a colocam numa espécie de limbo étnico-racial. Ela afirma o drama de não ser vista como branca pelos brancos, como negra pelos negros e que em seu espelho nunca se viu branca, mas teve dificuldade em se enxergar negra.

A fala sobre a dificuldade em se localizar no sistema étnico-racial como jovem parda traz implícita a questão do reconhecimento de si e do outro em relação à sua identificação. Isto é o que nos explica Muniz Sodré (2015, p.39) ao afirmar que “a identidade de alguém, de um ‘si mesmo’, é sempre dada pelo reconhecimento de um ‘outro’, ou seja, a representação que o classifica socialmente”. Nesse sentido, notamos que aparentemente as(os) estudantes concordam com a relação pardo/negro utilizada pelo IBGE, mas sentem dificuldade em expressar sua opinião sobre a relação pardo/branco.

Em síntese, a zona cinzenta que abarca as(os) pardas(os) continua vigente. Pressupomos que as(os) estudantes, pelo perfil que traçamos por estar inserido em um contexto de posituação da negritude, quando chamado a se posicionar como “outro” na representação que classifica socialmente outrem ensaia uma ruptura com as tentativas de branqueamento, pois consideram positiva a relação pardo-negro. No entanto, quando chamado a opinar como um “si mesmo”, tende a mobilizar argumentos de continuidade das estratégias de branqueamento ao buscarem se eximir de opinar sobre a relação pardo/branco ou mesmo quando mobilizam as velhas teorias da mestiçagem para justificá-las.

Os quatro pontos que nos referimos acima são alguns dos elementos que observamos nos depoimentos colhidos. Ora, as(os) estudantes rejeitam, ora valorizam a diversidade cultural brasileira, comprovando as percepções de pertencimento racial por parte dos indivíduos e das coletividades. Este fato foi observado por Muniz Sodré (2015, p.17) ao afirmar que: “a percepção da diversidade vai além do mero registro da variedade das aparências, pois o olhar, ao mesmo tempo em que percebe, atribui um valor e, claro, determinada orientação e conduta”.

Assim, analisando as respostas das(os) estudantes observa-se que a autodeclaração como branca(o), preta(o), parda(o), amarelo(a) (nenhuma(um) se identificou como indígena) não está automaticamente ligada ao que cada um identifica como sua cor “real” no espelho do sistema sensorial. Diferentemente, tais escolhas remetem ao modo como cada um representa psicologicamente e existencialmente seu pertencimento identitário. Ou seja, a questão da identidade é construída em termos filosóficos, psicológicos, políticos, históricos, afetivos e culturais contribuindo para revelar a consciência étnico-racial de cada indivíduo. Temos que considerar que as atitudes de humilhação e os ressentimentos sociais são fortes fatores que interferem também no modo de se racializar.

Nestes casos, a solução do enigma passa necessariamente pela tentativa de resolver os mistérios das ancestralidades. Estes são as chaves para esclarecer comportamentos ambíguos que atravessam todo o processo de mestiçagem colonial, em geral, e de estratégias de branqueamento, de modo particular. Entender a natureza subjetiva e histórica destes conflitos pessoais mediante resgate das memórias coletivas e individuais é o caminho mais promissor no trabalho de desconstrução do racismo colonial neste tipo de modelo de colonialidade do poder.

Conclusão: os mistérios das mestiçagens

Vale lembrar que a reprodução da hierarquia do racismo estrutural e epistêmico que se funda num sistema de valores pós-escravistas somente pode ser enfrentado através de uma consciência coletiva da população em geral sobre o fato de que a mestiçagem não deve ser vista como um bloqueio para os avanços das lutas inter-étnicas. Afinal, não é a cor da pele ou o formato dos olhos que definem o modo de ser humano, mas, ao contrário, a capacidade de lutar por reconhecimento e visibilidade na vida social independentemente de suas origens étnicas ou geográficas, mas o fato é que aqueles indivíduos cujos traços fenóticos revelam a presença da origem afrodescendente tendem a ser objetos mais efetivos de práticas racistas. Assim, eles revelam dificuldades de melhor posicionamento no mercado de trabalho e nos circuitos de consumo como shopping centers e restaurantes mais sofisticados. A força do racismo se amplia com as perseguições aos cultos afro-brasileiros, atualizando a guerra cultural entre cristãos brancos e religiões afro que marcam toda a história colonial. As perseguições que observamos atualmente a religiões de matriz afrodescendente por parte de adeptos de religiões evangélicas (em geral formadas por negros e pardos submetidos à cultura racista) revelam a complexidade dos processos de fragmentação do imaginário social e institucional no Brasil. A questão da religião é um tema delicado porque também interfere nas subjetividades, muitas vezes de uma forma sutil, mas também na percepção e compreensão da conformação racial de cada sujeito.

As estratégias de manipulação das populações descendentes de escravizados pelas elites brancas ou embranquecidas (na lógica da classificação racial) contribuiu para naturalizar certo complexo de inferioridade entre os mais humildes, em geral. Explica a respeito Franz Fanon (2008) que se o negro passa a rejeitar em si as características estereotipadas associadas aos não branco, por meio do que chama “máscaras brancas”, ele desenvolve um complexo de inferioridade enraizado no racismo que estrutura a sociedade.

Segundo o autor, ao se afirmar a superioridade de uma raça (no caso, a branca), esta sociedade passa a depender da manutenção desse complexo de inferioridade entre os negros, “na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades e que ele é colocado em uma situação neurótica” (Ibid., p.95).

No Brasil, os mecanismos de clientelismo e de mandonismo (LEAL, 1948; CARVALHO, 1997) personalizando a dominação entre ex-senhores de engenho e ex-escravizados ajudaram a configurar este sistema pouco republicano e autoritário que lida com dificuldades com os conflitos próprios de uma sociedade democrática. Tais mecanismos contribuem para confirmar o “branquismo” que se formaliza tradicionalmente pela autoridade tida como legítima no poder colonial e pós-colonial daqueles que detém a propriedade da terra, patrimônio, nome de família fidalga e prestígio político. Assim, as composições identitárias em países como o Brasil são sempre marcadas pela ferida colonial (MIGNOLO, 2005), uma vez que são atravessadas, num primeiro momento, pelos discursos e práticas colonizadoras; posteriormente, elas são retroalimentadas pelos discursos e práticas das elites oligárquicas nacionais que se inspiram culturalmente no racismo colonial para afirmar a superioridade do “branco”.

A construção discursiva da ideia de “raça” e da pretensa superioridade branca, ainda que sejam refutadas por forças democráticas, continuam a permear as subjetividades contemporâneas. A narrativa da raça continua a exercer influências tanto nos campos individuais como nos coletivos, reverberando a questão clássica da organização da cultura entre a *animalitas* e a *humanitas* (AGAMBEN, 2017). Nos últimos cinco séculos pudemos acompanhar estes conflitos ontológicos que atravessam a modernidade ocidental como um projeto de colonização planetária mediante os desdobramentos do colonialismo e da colonialidade. As tentativas de extermínio de grupos étnicos originários e de suas tradições culturais foi objeto de estratégias de “encobrimento do outro” como lembra Dussel (1993). O argumento falseado da superioridade racial e racional levou, como sabemos ao extermínio de populações indígenas, de

sequestro e escravização de africanos, de abusos de mulheres e crianças, de destruição ambiental. Um dos resultados da colonização foi, logo, a destruição de uma referência plural da humanidade existente. Na implementação de estratégias de branqueamento houve estímulo à imigração para substituir a mão-de-obra escrava após a abolição; houve a esterilização de mulheres negras; houve a celebração do mito da democracia racial, mas, no fundo, a colonização ibérica nesta região deixou traços importantes de uma mestiçagem geral que deve, inevitavelmente, ser objeto de um estudo antropológico aprofundado que não deve esconder, porém, a relevância do racismo colonial.

Assim, constatamos que a formação de uma representação antirracista está diretamente ligada a políticas públicas que valorizam uma reflexão crítica sobre o tema. Ou seja, a consciência antirracista não nasce espontaneamente de uma vivência, mas depende da capacidade de os indivíduos elaborarem uma linguagem reflexiva sobre o problema. Claro, esta reflexão pode também surgir de conversações livres nas ruas, associações e grupos familiares e de amigos. Mas a exigência da elaboração racional da experiência é um fator fundamental. Esta informação é relevante pois explica, por exemplo, porque indivíduos que estão perdendo empregos e rendas continuam a apoiar o bolsonarismo no Brasil. O populismo reacionário se apoiou no imaginário do pós-escravismo como modo de legitimação, acenando com uma narrativa de redenção forjada pelas lideranças religiosas entre a política pura e a religião salvadora, mas os eventos trazem sempre de volta a questão fundamental do direito de todos a serem livres, humanamente livres, independentemente de suas origens ou escolhas étnico-raciais.

Referências

AGAMBEN, G. **O aberto**. O homem e o animal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARDOSO, L. **O branco ante a reberdia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista.

CARNEIRO, S. A dor da cor. In. _____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p.63-65.

CARVALHO, J. M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual**. *DADOS* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997, p.241.

DUSSEL, E. **1492: O Encobrimento do Outro** (A Origem do Mito da Modernidade). Petrópolis: Vozes, 1993.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Rio: Maia & Schmidt, 1933.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, P. H. **Teoria crítica da colonialidade**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2020.

MARTINS, P. H. **Embranquecimento e racismo**. Fortaleza: *Jornal O Povo*, 01/08/2020

QUIJANO, A. ¡Que tal raza! (Tema central). En: *Ecuador Debate*. Etnicidades e identificaciones, Quito: CAAP, (no. 48, diciembre 1999): p.141-152.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder y Clasificación Social**. *Journal of world-systems research*, v.2, summer/fall 2000, p.342-386.

RAMOS, A. G. **A introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

SODRÉ, M. **Claros e Escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Vozes, 2015.

O DILEMA DO CAPITÃO AMÉRICA OU QUANDO A SEGURANÇA DEPÕE A LIBERDADE

Gilbergues Santos Soares⁴

Liliann Rose P. de Freitas⁵

Introdução

Com a Intervenção Federal Militar (IFM) no Rio de Janeiro (2018) e com o então comandante do Exército brasileiro, General Eduardo Villas Boas, emparedando, via redes sociais, o Supremo Tribunal Federal (STF) se provou que as Forças Armadas seguem mantendo prerrogativas adquiridas ainda nos tempos da ditadura militar.⁶ O fato é que os militares inovaram na forma de intervirem, na ordem social e política do país, ao promoverem uma espécie

4 Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor efetivo do Curso de História, da Universidade Estadual da Paraíba, desde 1993. Autor do livro “Heróis de uma revolução anunciada ou aventureiros de um tempo perdido?” lançado pela Editora da UEPB em 2015. gilbergues@gmail.com www.gilberguessantos.blogspot.com.br

5 Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Professora do ensino fundamental e médio da rede estadual da Paraíba e do Município de Pocinhos. Desenvolve, atualmente, pesquisas na área de Gênero, Sexualidade e Educação. liliannrosepf@gmail.com

6 Refiro-me às postagens do Gal. Villas Bôas no Twitter, em abril de 2018, em que ele se manifesta contrário à aprovação, pelo STF, de um habeas corpus para o ex-presidente Lula. Disponível em Jornal Nacional - Afirmação de comandante do Exército em rede social causa mal-estar (globo.com)

de “quartelada”⁷ pelas redes sociais. Some-se a isso o fato de um ex-presidente da República ter sido condenado, preso, sem provas, com base apenas nas convicções de um juiz de primeira instância.

Esse estado de coisa fez aumentar a sensação térmica de que, ordeira e progressivamente, estamos desmantelando o sistema democrático e adotando um regime autoritário que, paradoxalmente, poderá e\ou deverá ser gerido pelos três poderes - Executivo, Legislativo, Judiciário – e apoiado pelos setores mais conservadores e reacionários da sociedade. Claro, os poderes midiáticos corporativos serão parte compulsória desse sistema, posto que lidam com a necessária legitimação social, e as Forças Armadas desenvolverão o papel que sempre lhes coube. Também, se deve considerar que o ativismo político do judiciário lhe dará primazia sobre o parlamento e o governo, devorados que foram pelo cancro da corrupção.

Precisamos, então, analisar como este processo poderá ainda nos levar a viver como nos tempos dos regimes totalitários, já que a hegemonia da democracia vem sendo duramente questionada no mundo, com o evidente crescimento da extrema direita (fascista, xenófoba, antidemocrática) em vários países europeus. Claro, o processo que levou o supremacismo ‘trumpista’ ao poder, nos EUA, e que sustenta um governo autoritário como o de Vladimir Putin, na Rússia, além dos diversos eventos golpistas em países como Honduras, Paraguai, Turquia, Brasil, etc, não podem ser olvidados.

Os eventos entre 2016 e 2018 nos fazem lembrar, além de propor algumas comparações com as devidas proporções, o processo entre o golpe civil-militar (1964) e a decretação do AI-5 (1968), quando se montou o arcabouço jurídico e político para a implantação de um regime autoritário militarizado, onde a censura e a tortura se tornaram políticas estatais. A IFM, algo inédito pelo *modus operandi* desde a promulgação da Constituição Federal em 1988,

7 Quartelada, no Brasil, pode ser tanto um golpe de estado, que depõe um presidente eleito democraticamente, como uma sedição, rebelião, agitação ou motim, promovidos por militares, para, por exemplo, resolver algum tipo de crise institucional.

e a “quartelada” virtual do comandante do Exército são, por assim dizer, estudos de caso, em que pese o conteúdo autoritário trazer práticas de outras épocas com as ameaças de sempre à sociedade civil e às instituições políticas. É que em numa sociedade de cultura política pretoriana e fragilidades democráticas de toda sorte, só se dá golpes de Estado com o apoio e articulação de variados setores da sociedade civil e com o lastro das Forças Armadas.

Interessa ainda, mais a título de esclarecimento do que de discussão, expor de forma muito pontual o que vem a ser Golpe de Estado, considerando que é algo que faz parte de nossa realidade política e social. Historicamente, os golpes de Estado se davam pela derrubada violenta de um governo, invariavelmente por militares. Em nossos dias, golpes podem ser promovidos pelo poder legislativo e/ou judiciário ou por uma combinação de grupos e facções. No Brasil se formou um verdadeiro “conglomerado golpista”⁸ para apagar do poder uma presidenta eleita democraticamente, mas não só isso, pois esse “parece ser o caso brasileiro em 1964, quando a mobilização militar encontrou o respaldo no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal” (BIANCHI, 2016).

Um conceito eficaz de Golpe de Estado deve apontar claramente: (1) os protagonistas do golpe; (2) os meios excepcionais que caracterizam a ação golpista; (3) os fins desejados que racionalizam a ação golpista. Golpe de Estado é um ato de conquista do poder político, através do desmonte do governo, e se realiza, em geral, com o apoio das Forças Armadas. O golpe é a manifestação da ‘vontade real’ de uma estrutura que nem sempre aceita ou concorda com a opinião pública manifestada, por exemplo, nas urnas. Golpes de Estado são muito raramente fruto de uma única vontade. Em geral, acontecem quando vários setores sociais e institucionais expressão ‘vontade’ para construir o ‘ambiente’ propício a ação golpista.

8 Conglomerado golpista é, também, a junção das forças políticas, econômicas e sociais que contribuíram direta ou indiretamente para que o golpe de Estado de 2016 fosse efetuado.

“Tendemos a pensar que golpes de Estado são impulsionados por manifestantes enfurecidos ou por militares insubordinados. Na prática, porém, quase sempre são lançados pela elite política, militar e empresarial do país. São esses controladores do poder que acabam decidindo se um líder fica ou vai embora. Mas eles só podem afastar um líder do poder se atuam juntos. Por isso mesmo, qualquer golpe de Estado é algo que Naunihal Singh, estudioso de golpes de Estado, descreve como um “jogo de coordenação” (FISCHER, 2019).

Quando a segurança depõe a liberdade

Benjamin Franklin dizia que “os que abrem mão da liberdade essencial, por um pouco de segurança temporária, não merecem nem liberdade nem segurança”.⁹ Um dos “Pais Fundadores” dos Estados Unidos da América, Franklin fez parte do “iluminismo estadunidense” que defendia princípios liberais, republicanos e federalistas, se contrapunha à autoridade centralizadora, absoluta, e aos privilégios da aristocracia, mesmo que fosse o (in)feliz proprietário de algumas pessoas escravizadas. Se vivesse no Brasil atual, Franklin seria chamado de comunista e a juventude (hitlerista) do Movimento Brasil Livre (MBL) estaria nas redes sociais mandando-o para Cuba ou lugar mais longe. Nosso apressado processo político-social involutivo não aceita que se defenda sequer ideias do liberalismo burguês.

Sabemos que muitos brasileiros aceitam trocar nosso sistema democrático por um que tenha um governo ditatorial, desde que este promova crescimento econômico, segurança pública e combata a corrupção.¹⁰ Isso me faz recordar as histórias do Capitão

9 Frase proferida por Benjamin Franklin. Disponível em Benjamin Franklin - biografia do jornalista, político e inventor americano - InfoEscola

10 Levantamento realizado pelo Instituto Paraná Pesquisas, em setembro de 2017, mostrou que 43,1% dos brasileiros são a favor de uma “intervenção militar provisória”, que 51,6% são contra e 5,3% não sabem ou não responderam. Na mesma

América e o dilema que ele enfrentava quando, para combater o “mal maior” (leia-se comunismo), precisava limitar as liberdades do povo que defendia. Faz-me não esquecer os regimes totalitários da Europa da primeira metade do Século XX.

Hitler prometeu ao povo alemão uma sociedade desenvolvida, rica, com pleno emprego, sem as muitas limitações do pós 1ª Guerra Mundial, livre dos males da corrupção e da violência. Prometeu entregar ao povo uma potência do mundo capitalista bastando “apenas” que, em troca, os germânicos renunciassem a suas liberdades políticas. Assim foi feito e o resultado bem sabemos qual foi! Sugiro, então, refletirmos sobre a relação custo/benefício de se renunciar à liberdade em troca de segurança pública. Afinal, foi isso mesmo que aconteceu no Rio de Janeiro, com a IFM decretada pelo governo de Michel Temer.

Como e por que incautos de toda sorte negam suas liberdades para, supostamente, terem segurança? Por que tantos aceitam graciosamente o dilema do Capitão América? Sigo tentando entender a mãe de todas as contradições que é o fato de brasileiros usarem procedimentos democráticos, como liberdade de expressão, para pedirem o fim da democracia. Por que conviver com o paradoxo de aceitar tão bem o procedimento democrático chamado eleição (que no Brasil é panaceia para todos os males) e a ideia de que só uma ditadura resolve os problemas do país? Por que procedimentos democráticos e entulhos autoritários coexistem numa sociedade que leva a sério uma festa, falo do carnaval, mas desdenha da política.

Sigo propondo a reflexão. Por que viver numa situação sub-ótima, num sistema que tem forma democrática e substância autoritária, onde o poder das armas não se submete ao poder político? Pelo contrário, é este que busca se afiançar naquele. Por que não lutamos pela consolidação de nossa democracia? Por que supomos

pesquisa se viu que 43% “defendem a volta do regime militar”. Disponível em: Pesquisa sobre uma intervenção militar provisória no Brasil (paranapesquisas.com.br).

que eleições podem tudo resolver? Por que ainda acreditamos no subterfúgio hipócrita de que “se as coisas vão mal basta trocar o governante nas próximas eleições”? Por que nos contentamos com tão pouco?

Em um artigo, publicado no Site UOL/Opinião, discuti que eleições em profusão pouco adiantam se não estamos dispostos a cumprir os mecanismos institucionais que permitem que os que descumprem as leis sejam responsabilizados com pressupostos penais que causem punibilidade. Questionei como esse revezamento de nomes e siglas nos cargos governamentais pode ser solução única para nossos males, pois o governo e o sistema representativo devem ter o consentimento do cidadão para serem legítimos. Por fim, afirmei que “essa anuência vem do contrato social, materializado no sufrágio universal, onde os cidadãos dão autoridade para que leis sejam criadas” (SOARES, maio\2016).

Em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” o economista e cientista político austríaco Joseph Schumpeter se refere à democracia como um método político por onde se escolhe os que decidem, que dá ao cidadão o poder de substituir um governo por outro, para que ele próprio se proteja dos riscos dos escolhidos se tornarem uma força inamovível. Dizia ele: “A democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar os homens que a governam” (SCHUMPETER, 1961).

Devemos nos contentar com isso? Não, é insuficiente! Mas, se não consolidarmos nem isso, como avançaremos para um sistema que contemple aspectos mais amplos do funcionamento de um Estado que seja a um só tempo legal e legítimo, e, portanto, de direito e democrático? Ainda despertaremos para o fato de que nosso sistema político não passa nem no grosso filtro desse modelo minimalista de democracia?

Em um outro artigo, também publicado no Site UOL\Opinião, tratei de como a democracia, como sistema e cultura política, é cara apenas ao Ocidente e, mesmo assim, apenas onde as revoluções burguesas vingaram e as ditaduras totalitárias serviram como

contraste. Nesse artigo, lembrei que democracia tem valor universal, do contrário a luta pelos direitos humanos não se daria em lugar nenhum do mundo:

(...) cultura não é variável independente (...) ela não explica e nem justifica tudo. Se assim fosse, a democracia seria inviável. O arcabouço jurídico de um Estado pode afiançar ou cercear a lei que serve tanto às democracias como às ditaduras. Essas são as questões que podem iluminar o debate sobre em que sistema político é melhor viver (SOARES, agosto\2016).

Como expectativa, possibilidade ou algo que o valha, gosto sempre de lembrar o clássico “A Democracia na América”, onde Alexis de Tocqueville afirma que democracia é o somatório (em doses iguais e sem hierarquias) de liberdade e igualdade, mas, de forma bastante realista, me serve a descrição minimalista procedural do cientista político Scott Mainwaring que diz que democracia é o regime que (1) promove eleições competitivas, livres e limpas; (2) que pressupõe uma cidadania adulta e abrangente; (3) que protege liberdades civis e direitos políticos; (4) onde governos eleitos de fato governam e militares são controlados pelos civis (MAINWARING, 2001).

Proponho um exercício simples. Verifiquemos se esses quatro itens são de fato praticados em nossa sociedade. Se a resposta for sim, ótimo!, vivemos em uma democracia minimamente consolidada, mas, se a resposta for não, sugiro que comecemos desde já a ler tudo que pudermos sobre ditaduras.

O 18 Brumário de Michel Temer

Com a IFM no Rio de Janeiro, o governo ilegítimo¹¹ de Michel Temer ofereceu à sociedade brasileira o dilema do Capitão América. Com um ato que condenava a nossa já frágil democracia ao cada-falso, Temer nos perguntou se preferíamos segurança ou liberdade. O usurpador-mor já sabia a resposta, pois a muito que vários setores da sociedade pediam por uma intervenção militar e que se acabasse com as liberdades que temos, poucas é bem verdade, em troca de uma sociedade segura, livre da violência colossal que experimentamos.

Parvos esses brasileiros que pedem para acabar com algo, que nunca tivemos, em troca da garantia do sonho dourado da elite social e política que é proteger seu patrimônio. Essa é questão pontual nessa seara. A demanda por segurança é predominantemente defendida entre os que detêm os meios de produção, a burguesia, e entre a classe média que aceita perder tudo menos os poucos bens que obtém graças as atividades no funcionalismo público, por exemplo.

A demanda pelo uso da força militar, em questões de segurança pública, foi sempre dos setores mais abastados da sociedade. É que os donos do capital têm o que perder. Como bem demonstra Karl Marx em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”: “(...) para não perder suas posses a burguesia aceita perder tudo, até sua liberdade” (MARX, 1989). É por isso mesmo que ela não teme as ditaduras, pois uma das funções das tiranias de direita é exatamente impedir a subversão da ordem capitalista. Já a grande massa de despossuídos, donos tão somente de sua força de trabalho, não possui nada a oferecer no pacto que a elite econômica propõe aos generais. Pelo

11 Considero o governo de Michel Temer ilegítimo porque as condições para que ele assumisse a presidência da República foram artificialmente criadas, pelo próprio, a partir do Golpe de Estado de 2016 que provocou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

contrário, o povo termina perdendo aquilo que quase já não possui, falo de liberdade.

Interessa notar as semelhanças do atual processo com aquele ativado com o golpe civil-militar (1964). Vejamos que em ambos os casos a variável segurança funciona como racionalização para as saídas de força. Influenciada pelos dilemas da longa conjuntura da Guerra Fria, a sociedade brasileira hesitou entre o projeto reformista modernizador, que previa mudanças sociais profundas a partir da redistribuição de renda, e era defendido pelo presidente João Goulart, e o projeto que aceitava a ideia da Doutrina de Segurança Nacional como única alternativa para conter o avanço do comunismo internacional. O historiador Marcos Napolitano afirma que:

O golpe foi resultado de uma profunda divisão na sociedade, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais (NAPOLITANO, 2017).

Ao decretar a IMF no Rio de Janeiro, o governo de Michel Temer pretendia “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública”.¹² Já se fizera, desde o fim da ditadura militar, um sem número de ações no Rio para garantir a ordem pública, mas nenhuma delas foi tão militarizada como essa, pois o governo federal decretou Intervenção Militar na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Isso significa que o Exército assumiu as atividades de segurança em todo território estadual, tomando para si atribuições da Polícia Militar, que passou a se submeter diretamente ao alto comando das Forças Armadas. E já é bom lembrar que o interventor federal no Rio de Janeiro foi o General Walter Souza Braga Netto, atual ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República no governo de

12 O decreto da Intervenção Militar no Rio de Janeiro foi decretada em 16 de fevereiro de 2018. Disponível em O que diz o decreto da intervenção federal no Rio | Exame

Jair Bolsonaro. Quando da IFM, Braga Neto possuía os mesmos poderes do governador Luiz Fernando Pezão em relação a segurança pública.

Mesmo não admitindo, o governo se inspirou nos Artigos 142 e 144 da Constituição Federal para decretar, dentre outras coisas, que “está liberado o uso da força para que se garanta a ordem social e política no Estado do Rio de Janeiro”.¹³ O Artigo 142 diz que:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Grifos meus).

Interessa ver que o § 1º desse artigo define que “Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas”. Foi por isso mesmo que o decreto da intervenção militar teve que ser assinado pelos presidentes da República e da Câmara dos Deputados – a ideia é que a intervenção militar se desse pela iniciativa de dois dos três poderes da República.

O Artigo 142 garante, no limite, intervenções na ordem social e política do país na medida em que é, sim, preciso se combater ameaças à lei e à ordem. O requinte da mentalidade antidemocrática reside no fato de, uma vez constatada que a ordem social e política está mesmo sendo ameaçada, e ela sempre está numa sociedade violenta e autoritária como a brasileira, não resta outra alternativa a não ser a intervenção militar. A questão é quem vai definir se e quando a lei e a ordem estão sendo ameaçadas. Michel

13 Idem.

Temer decretou a intervenção ancorado na defesa intransigente dos interesses do conglomerado golpista que está promovendo o desmonte das instituições políticas democráticas desde 2016.

Já o Artigo 144 determina que a “segurança pública (...) é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através das Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros”. Não bastasse o absurdo autoritário das polícias, responsáveis pela segurança pública, serem militarizadas, não se determina o que acontece no caso de as forças de segurança pública falharem em suas funções. Isso parece ter sido resolvida no § 6º do Artigo quando se diz que “As polícias militares e corpos de bombeiros militares (são) forças auxiliares e (de) reserva do Exército (...)”. Apenas parece porque este dispositivo não foi feito para atender aos procedimentos de uma sociedade democrática. Na verdade, ele atende à lógica de outros tempos e de outras realidades geopolíticas, falo da época da ditadura militar e da Guerra Fria.

O que se vê nestes dois artigos são entulhos autoritários herdados da ditadura militar. A Constituição Federal, ela própria feita para servir a um sistema que se pretendia democrático, traz dentro de si elementos feitos sob medida para o dia em que a sociedade brasileira se cansar de viver numa democracia e quiser voltar a viver num sistema de força. Claro, o lastro para um ato de força, não realizado desde a Constituição de 1988, se acha em nossa mentalidade autoritária, esse sentimento que fazemos questão de preservar, posto que seguimos acreditando que só mesmo numa ditadura é que é possível resolver nossos dilemas sociais e institucionais.

Por fim, vale destacar que Estados não democráticos e sociedades com cultura política pretoriana instalam seus sistemas repressivos de forma gradual, em processos que podem durar anos. Primeiro, se utilizam do ordenamento jurídico existente para controlar a oposição (não teria sido isso mesmo que a justiça de prima instância fez com o ex-presidente Lula?). Uma vez controlada a oposição, realizam mudanças na Constituição para que possam cercear as liberdades democráticas e condenar os divergentes. O

passo seguinte é o Estado conseguir conviver com procedimentos democráticos e entulhos autoritários. Afinal, não seria isso mesmo que acompanhamos nos últimos anos? Se foi possível transformar o sistema ditatorial, que vivemos por longos 21 anos, em um sistema que desfruta de liberdades democráticas, por que não se poderia fazer o movimento contrário? Ao propor a IMF no Rio de Janeiro o governo federal parece mesmo estar respondendo a esse dilema.

Finalizando este artigo, lembrei de um ditado argentino que diz que “quem já se queimou com leite, vê uma vaca e chora”. Se este ditado fosse brasileiro, poderíamos refazê-lo: “quem já se queimou com golpe, vê um tanque e chora”.

Referências

BIANCHI, Álvaro. **Golpe de Estado: o conceito e sua história**. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2016.

FISCHER, Max. **O que faz um golpe de Estado dar certo? Estudioso define movimentos de tomada do poder como jogo de coordenação**. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 04 de maio de 2019.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Classificando Regimes Políticos na América Latina (1945-1999)**. Rio de Janeiro: DADOS — Revista de Ciências Sociais, v.44, n.4, 2001, p.645-687.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas** – v.1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1989.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 – História do Regime Militar Brasileiro**. 1.ed. 4.reimpressão – São Paulo: Contexto, 2017.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SOARES, Gilbergues Santos. **Cidadão tem que se responsabilizar por suas escolhas.** UOL\Opinião, 10 de maio de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2016/05/10/cidadao-tem-que-se-responsabilizar-pelas-escolhas-feitas-nas-urnas.htm>

_____. **Cultura política autoritária contesta a hegemonia da democracia.** UOL\Opinião, 22 de agosto de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2016/08/22/cultura-politica-autoritaria-contesta-a-hegemonia-da-democracia.htm>

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América.** São Paulo: EDIPRO, 2019.

MEMÓRIAS ENVELHECENTES NO TEAR DA VIDA: A EDUCAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS NA UAMA E O MEMORIAL DE HISTÓRIA DE VIDA

Patrícia Cristina de Aragão

Sou feita de retalhos. Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou. Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior. Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...que me tornam mais pessoa, mais humano, mais completo. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias. E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de nós
(Cora Coralina, Sou feita de retalhos).

Se compararmos a vida com uma canção, veremos que a mesma é tocada e entoada por múltiplos sons, apontando para cada ser humano perspectivas diferenciadas, pois, cada pessoa vai compondo suas experiências na prática de viver de acordo com seu tempo. Compreendê-la como uma arte, incide em pensar os itinerários das experiências construídas, como aprendizado que permite elaborar o texto da vida.

O ser humano desenvolve no decorrer de sua trajetória, uma educação que se processa a partir de situações, contextos, territorialidade e vivências cujas memórias e experiências formam um leque deste grande cenário chamado viver. Faz parte do repertório da trajetória humana no tempo um conjunto de saberes que formam o desenvolvimento, a partir deles e por eles, vão sendo construídas fio a fio suas histórias.

Cora Coralina, ao utilizar a metáfora do bordado, nos conduz a refletir que na construção da vida, os momentos vividos são guardados em um repositório importante, a memória. Nela, são registrados instantes que revelam recordações e lembranças que fizeram parte da experiência de cada pessoa.

Tomando por evidências as reflexões da poetisa, identificamos que os pequenos retalhos, detalhes de vida, que formam uma colcha tecida no tear do tempo, permitem-nos que suscitemos momentos que finalizados passam a adquirir na memória, sentidos, significados e importância, pois, fizeram parte de um modo de viver, de sentir e olhar para a vida no transcurso do tempo.

O trecho do poema nos fala também de saudades, caminhos, lições que bordam as vivências e, como estas podem, a partir da memória, suscitar práticas educativas que permitem a construção do conhecimento na educação da pessoa idosa. Estas narrativas de vida delineiam a experiência social, cultural e humana destes sujeitos sociais.

Acreditamos que a pessoa idosa contribui social e culturalmente, mas também, historicamente a partir de sua experiência de vida, que consiste numa importante contribuição à construção da historicidade do lugar, de um povo ou comunidade. Os saberes destes que, durante muito tempo não foram postos em relevo na sociedade brasileira, salvo algumas culturas e povos, atualmente, ressignificam percepções e representações do social, mas, sobretudo, criam condições de possibilidade de valorização das pessoas nesta faixa de idade na sociedade a partir do espaço educativo.

Tal pressuposto nos permite mostrar que a despeito dos estereótipos elaborados para este segmento etário e geracional, e das visões que procuram insinuar que os mais velhos têm limitações e que estas vêm na esteira de sua idade e condição, constatamos que o envelhecimento aponta e nos concede perceber um outro patamar, não somente da vida, mas, a interpretação social que pessoas nesta fase trazem, consubstanciando um legado de saber, inclusive ancestral, espacial e memorial, que podem ser partícipes no mundo de educar.

Pensar na educação à pessoa idosa no contexto atual da realidade brasileira é fundamental, não apenas como ação inclusiva, mas porque põe em relevo o papel e importância desta no cenário social. Iniciamos este diálogo sobre vida, pessoa idosa e envelhecimento para falar de educação, tendo como itinerário reflexivo, trechos do poema de Cora Coralina, no intuito de refletir sobre o lugar social da pessoa idosa e a questão do envelhecimento na sociedade brasileira, observando as contribuições que este sujeito social traz ao tecido social a partir do contexto educacional, apresentando também a importância da inclusão educacional da pessoa idosa, partindo da realidade e experiência de homens e mulheres idosas na Universidade Aberta à Maturidade – UAMA, da Universidade Estadual da Paraíba.

A convivência na UAMA, muito tem contribuído para um alcance social e individual, uma vez que ao incluir sujeitos sociais de diferentes classes, escolaridades e culturas, permite que seja feito a integração/interação da pessoa idosa no campo da educação superior, uma vez que articula a universidade com a sociedade. Concordamos com Albuquerque et al. ao enfatizarem o papel social e as propostas educacionais da UAMA, quando afirmam que:

A UAMA UNIVERSIDADE ABERTA À MATURIDADE tem uma proposta educacional de empoderamento, esclarecimento e transformação do idoso em um cidadão ativo e atuante na sociedade na qual está inserido. Na UAMA,

percebem-se as diferenças entre indivíduos da mesma faixa etária e respeitam-se suas peculiaridades. Esse aspecto é enriquecedor para todos os envolvidos. Quem está para ensinar, aprende; e quem está para aprender também ensina. É a troca do saber e do afeto, é a prática do respeito e do educar, é a união de esforços para fazer a vida melhor (ALBUQUERQUE et al., 2017, p.12).

A partir desta afirmativa podemos perceber que a UAMA, focaliza o bem-viver, as aprendizagens culturais e de prevenção à saúde, os direitos sociais, educando para o reconhecimento de um envelhecimento integral, alçado em diferentes abordagens educacionais.

O objetivo deste artigo é refletir sobre envelhecimento e sua relação com a memória e educação da pessoa idosa a partir das ações desenvolvidas na Universidade Aberta à Maturidade, da Universidade Estadual da Paraíba, nos memoriais de História de vida que são produzidos no final do curso “Educação para o envelhecimento humano”, que os alunos e alunas elaboram. Objetiva também, discutir sobre a importância da pessoa idosa no contexto educacional, enfatizando a dimensão educativa dos saberes deste segmento etário e social, a partir de seus contextos vivenciais, saberes e memórias na educação escolar.

Como proposta, nosso intuito é refletir sobre a possibilidade de inclusão educativa das vivências de idosos/as da UAMA – Universidade Aberta à Terceira Idade através de narrativas contidas em seus memoriais e que fazem parte do acervo desta entidade.

Além disto, apontar que as experiências das pessoas idosas a partir de seus atos de memória, contidos em suas produções escritas e memoriais, acenam para um diálogo entre os saberes que fazem parte da escola; também mostrar que em interface dialógica com o repertório da escola, as pessoas idosas possibilitam com base em suas histórias de vida e vivência social, empreender no currículo da educação básica, o diálogo intergeracional incluindo pessoas,

histórias e lugares que comumente não fazem parte do currículo da escola e que depreendem um outro modo de educar, de uma educação ao longo da vida e que permite o desenvolvimento humano.

Trata-se, portanto, de um artigo com base em pesquisa bibliográfica e documental, cujas reflexões e argumentos buscam pensar o envelhecimento nos contextos já citados, abordados com base na experiência da UAMA, como espaço educacional, de formação, integração, socialização e interação da pessoa idosa em situações de aprendizagens múltiplas com base nas propostas assentadas no curso de Envelhecimento para uma Vida Saudável.

Vale salientar, como as ações pedagógicas da UAMA vêm contribuindo às mais diversas esferas da vida de pessoas idosas que, oriundas de diferentes condições socioculturais, buscam este espaço educativo para desenvolverem outros tipos de aprendizados que lhes permitam no decorrer de suas vidas, compreender diferentes patamares do envelhecimento e envelhecendo de forma a encontrar um modo melhor de viver, em que esta experiência tem seu registro nos acervos dos memoriais que são confeccionados pelo alunado, as uameiras e os uameiros.¹

Trata-se de um artigo oriundo de uma pesquisa bibliográfica, de prática de vivência na educação de pessoas idosas e de cunho reflexivo, cujas discussões nele tecidas, objetivam apontar a importância da Universidade Aberta à Maturidade na história da educação paraibana e campinense, e o papel social que esta desenvolve com base na integração da pessoa idosa, mostrando como este espaço educativo tem proporcionado novos olhares sobre o envelhecimento humano e a educação de idosos e idosas na cidade de Campina Grande-PB, com base das ações desenvolvidas na universidade.

Partindo destas perspectivas é que buscamos no itinerário teórico com base nos estudos de Halbwachs (2006), Cachioni

1 Denominação dada pelos alunos e alunas idosas que fazem parte da UAMA, no cotidiano de suas relações educativas e de amizade.

(1998), Albuquerque et al. (2017), Guimarães (2011) e Delgado (2010), aportes que pensam os aspectos em torno do envelhecimento, memória e educação da pessoa idosa na UAMA e a produção do memória.

Estes autores nos permitiram compreender o lugar da pessoa idosa na contextura societária contemporânea e, a partir dela, pensar a relação entre idosos/as e a educação, na ótica de refletir sobre uma prática educativa que esteja interconectada aos conhecimentos e práticas de vida, que estão ausentes do cotidiano escolar.

Este trabalho está organizado em duas seções: na primeira elaboramos um trajeto reflexivo sobre a educação no envelhecimento e importância de discutir sobre a memória; na segunda, ressaltamos o trabalho com o memorial e como consiste esta construção, enfatizando a forma como ela contribui à vida dos alunos/as, bem como, para as práticas de memórias que versem sobre vidas de pessoas idosas.

A UAMA como espaço de educar e de trabalho com a memória e a história de vida da pessoa idosa

Pensar o envelhecimento na perspectiva educacional depende discutir sobre os espaços formativos que buscam reconhecer, ressignificar, possibilitar e desenvolver ações pedagógicas visando relacionar as práticas sociais, culturais e de vida das pessoas idosas aos ambientes educacionais, sinalizando para uma troca de aprendizados, estabelecendo assim conexões de conhecimentos que possam incorporar atitudes, comportamentos, visões e representações do mundo, da vida, da sociedade, da localidade e experiências tecidas no cotidiano que as pessoas idosas elaboram ao longo da vida.

A inclusão de pessoas idosas em ambientes educacionais formais de ensino, tal como o contexto do ensino superior, demanda perceber que o envelhecimento não pode ser traduzido como o declínio da vida, mas sim a ressignificação da mesma.

Cada contexto da vida humana adquire um sentido e significado importantes, dos quais não se deve desconsiderar e retirar o valor, pois a maturidade no curso do envelhecimento e a condição da velhice, consistem num outro modo de contemplar e entender a vida e dela fazer parte, assumindo uma identidade etária e uma cidadania cultural, política e social que esta plenitude proporciona.

O envelhecimento sinaliza para uma mudança no tempo de viver, na situação de complexidade que, em nossa sociedade, convive com o enfrentamento de discriminações e exclusões sociais da pessoa idosa. Preparar-se para viver o envelhecimento, ainda é um desafio posto ao humano. Deste modo, programas, grupos, espaços de educação da pessoa idosa são importantes na constituição da auto-estima positiva destes sujeitos e de sua participação social. Guimarães (2011), sinaliza para estes aspectos quando ressalta que:

Desta maneira, as pessoas que buscam crescimento, muitas vezes se sentem envergonhadas por serem analfabetas, mas têm sua cota de sabedoria e experiência acumulados ao longo da vida e também tem algo a ensinar. Existem atualmente as universidades direcionadas ao público da terceira idade que foram criadas com o objetivo de atender à demanda daqueles que se libertam da dependência e resolvem crescer. Ali é estimulado o convívio social, prática de exercícios, atividades intelectuais de pessoas que se encontram em franco processo de envelhecimento e lutam para conservar ou adquirir autonomia e também uma melhor qualidade de vida (GUIMARÃES, 2011, p.22).

Partindo das observações postas por Guimarães (2011), a convivência em ambientes que proporcionem uma vida saudável, trabalhando a integração social e o empoderamento das pessoas idosas, para que estas se compreendam como sujeitos sociais e de direito, proporcionam uma reconfiguração do sentido de compreensão da velhice.

Partindo destas questões, salientamos que o surgimento de universidades de terceira idade, conforme chama atenção Cachioni

(1998) é fruto de uma mutação na visibilidade dos idosos e sua qualidade de vida que advém desde a década de 80 do século XX, conforme nos mostra a autora.

Desde os anos 80, mas de forma mais acentuada nesta década, está ocorrendo no Brasil um aumento do interesse pelo destino da população idosa, refletido, por exemplo, no aumento da consciência sobre os efeitos do envelhecimento populacional e na aceitação da idéia de que, os idosos, onerarão menos a família e os serviços de saúde, quanto mais puderem permanecer ativos e integrados no meio social. O aparecimento de um elevado número de Universidades da Terceira Idade, em várias regiões do país parece ser um reflexo dessa conscientização (CACHIONI, 1998, p.20).

Diante destes aspectos levantados por Cachioni, percebemos que as universidades da terceira idade, criaram caminhos para educar pessoas idosas, oportunizando estas, a descoberta de novos valores, tais como a percepção do envelhecimento enquanto um projeto de vida saudável, os direitos sociais, a percepção sobre como viver a velhice de maneira fortalecida por ensinamentos e aprendizagens de uma pedagogia da escuta da pessoa idosa, revigorando o seu sentido de viver.

A UAMA, na esteira destes debates, propicia que pessoas idosas da cidade de Campina Grande e outras localidades da Paraíba, possam ser partícipes de um modo de educar idosos/as onde estes tenham uma participação ativa, criando vínculos afetivos, amparados numa proposta pedagógica dialógica das necessidades e interesses de idosos/as.

Instrumentalizar temáticas na educação de idosos que permitam a criação de valores à vida e sobre esta, conscientizando através de conhecimentos inter/transdisciplinares, trabalhados de modos transversal, fez com que na UAMA as ações pedagógicas

desenvolvidas revitalizassem as perspectivas das pessoas idosas sobre si mesmas.

A proposta pedagógica da UAMA, veiculadas através destas ações, deram acessibilidade para que idosos e idosas percebessem que a educação não fosse apenas uma meta a ser objetivada, mas um projeto social de vida. Albuquerque et al. (2017) mostram que:

A meta da Universidade Aberta à Maturidade é a de atender à demanda educativa de idosos contribuindo na melhoria das capacidades pessoais, funcionais e socioculturais, visando criar e dinamizar regularmente atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio, favorecendo à melhoria da qualidade de vida. Seu objetivo é o de possibilitar aos idosos a participação em aulas de formação aberta à maturidade, aprofundando seus conhecimentos nas áreas de saúde, cultura, lazer, conhecimentos gerais e temas relacionados ao envelhecimento e qualidade de vida (ALBUQUERQUE et al., 2017, p.20).

Mediante estas proposições, chamamos atenção de que a UAMA trabalha na perspectiva de um currículo multicultural, dialógico e que visa nortear diferentes práticas educativas que possam desenvolver a interação social entre o alunado.

Na Universidade Estadual da Paraíba, esta proposta encabeçada pela UAMA, tem sido recepcionada pelas pessoas idosas de diferentes perfis sociais e tal proposição se deve à proposta e ao currículo proposto tal como enfatizam Albuquerque et al.

A UAMA pode ser considerada pioneira dentre os programas que se dedicam a pensar a condição do idoso, especialmente por pensar um currículo pertinente ao curso proposto na formação voltada para a maturidade, atuando

como executora de políticas de inclusão social, no sentido de integrar a pessoa idosa ao convívio com o círculo acadêmico, além de possibilitar ao aluno aprofundar conhecimentos científicos dispostos nos eixos temáticos apresentados nos conteúdos dos cursos como também possibilitar ao idoso o vínculo com a academia (ALBUQUERQUE et al., 2017, p.28).

A realidade social atual nos apresenta diferentes perfis de idosos/as e suas condições sociais e materiais de vida, entretanto, tomamos como evidência e aporte para análise a configuração de pessoas idosas que participam da UAMA na condição de aluno/a, que buscam se integrar socialmente e educativamente.

Chamamos atenção que a temática em torno do envelhecimento e educação, contribui à inclusão educativa da pessoa idosa, entretanto, precisa ser ampliada enquanto campo de pesquisa e estudos, pois a educação de pessoas idosas, durante muito tempo esteve ausente de propostas pedagógicas na perspectiva como a que a UAMA apresenta, ou seja, um currículo inter/transdisciplinar que vislumbre a inclusão de temáticas de saúde, aspectos culturais em ações pedagógicas formativas do aprendizado de idosos e idosas.

Outro espaço que precisa incluir no diálogo curricular é a questão em torno do envelhecimento e ressignificar o lugar da pessoa idosa é a escola. Esta ainda não recepciona o potencial educativo do saber que as pessoas idosas trazem consigo, um cabedal de conhecimento que no nosso modo de ver, colabora na aprendizagem escolar e não somente isso, o ser humano ao apreender no circuito de sua existência, apreende um conjunto amplo de saberes e tem em sua memória um arquivo, registro e fonte de informação rica para aprendizagem acerca de temporalidades e contextualidades distintas, lugares, pessoas, histórias, culturas e práticas sociais que podem mover no ambiente da sala de aula, modos de educar e formas de aprender.

Acreditamos que a UAMA, articula o ensino, a pesquisa e a extensão, pois no contexto do ensino, propicia a educação para um envelhecimento do melhor viver, do saber viver uma vida saudável, mas também, proporciona a articulação com a pesquisa e a extensão, uma vez que os trabalhos desenvolvidos na UAMA e sobre ela, tem tido um alcance não apenas no campo educacional, mas como registro de ações vivenciais de pessoas idosas.

Ao trabalhar na educação destas, sobretudo, buscando a partir de suas experiências de vida e memória, formar inclusão dos seus saberes na educação permite que a escola dialogue e articule a respeito, que comumente não fazem parte da ação pedagógica docente e que, entretanto, trazem um acervo de conhecimentos originados na cotidianidade e de como no decorrer da vida as pessoas foram representando os lugares, as situações e desenvolvendo suas práticas sociais estabelecendo conexão com a realidade vivida.

“Recordar”, “reviver”, “rememorar”, “lembrar” e “lembranças” são palavras que denotam a relação do humano com sua memória, pois todos têm correlação com ela. Ao reviver e rememorar ações do passado, situações vivenciadas ou mesmo presenciadas, podem ser compartilhadas na escola, possibilitando o entrecruzamento de ideias. A memória tem um papel fundamental no trabalho de repensar o passado, reviver os momentos vividos e a própria construção da história de vida. O ato de recordar ou relembrar:

insere-se entre as possibilidades múltiplas de registro do passado, elaboração das representações e afirmação de identidades construídas na dinâmica da História. Portanto a memória passa a se constituir como fundamento de processos identitários, referindo-se a culturas, comportamentos e hábitos coletivos, uma vez que relembrar individual, especialmente aquele orientado por uma perspectiva histórica, relaciona-se à inserção social e também histórica de cada depoente (DELGADO, 2010, p.46).

Podemos perceber a partir destes aspectos levantados por Delgado, que enquanto construção social, histórica e cultural, a memória é também um aporte identitário de cada ser humano, pois a partir dela tem-se conhecimento de épocas passadas, tempos vivenciados, produções culturais e também da maneira como as pessoas viviam, seus hábitos e costumes cotidianos. A memória com base nesta proposição pode ser vista como:

Processos cognitivos, por meio dos quais as identidades de sujeitos históricos, individuais e coletivos podem melhor ser reconhecidas e analisadas como integrantes da tessitura constitutiva da História, uma vez que as identidades[...] são fontes de significados e experiência de um povo (DELGADO, 2010, p.47).

As memórias das pessoas idosas trazem assim, marcas de um tempo, de um contexto que mobiliza e aciona, diferentes olhares sobre o passado. Delgado chama atenção de que:

A memória, por sua vez, como forma de conhecimento e experiência, é um caminho possível para que o sujeito percorra a temporalidade de sua vida (DELGADO, 2010, p.59).

Daí a importância de se trabalhar com a pessoa idosa no campo educacional, estas além das relevantes contribuições sociais, culturais e históricas, ao se reportarem sobre um dado momento, trazem consigo também um relevante aporte educacional, pois ao se remeterem ao tempo de um passado vivido, sinalizam para modos e formas de viver, comportamentos de uma época, hábitos e isso contribui para ações comunicacionais e de aprendizagem na escola.

Do convívio social à convivência na escola, a inclusão educativa da pessoa idosa, possibilita a valorização deste segmento etário, pois, ainda convivemos com práticas mantenedoras de

estigmas sociais em relação ao idoso e a idosa, vistos muitas vezes como pessoas que não trazem contribuições à sociedade, quando na realidade, é necessário formatar outros tipos de olhares para estes sujeitos, pois, no decorrer de sua existência desenvolveram uma vida de atividades laborais, práticas culturais e sociais e que portanto, não podem ser tolhidos em sua cidadania cultural.

Advogamos a ideia de que o envelhecimento não consiste numa condição de limitação do humano, mas um outro modo de ler a vida em seu estágio atitudinal, comportamental e experiencial. A forma como se envelhece modifica a trajetória do olhar das pessoas idosas. Existem diferentes maneiras de pensar o envelhecimento e como este traz ou não afetações na vida social, no contexto familiar e na maneira como os seres humanos idosos pensam sobre si e de seu tempo, as relações sociais e de sociabilidade.

Chamamos atenção, do/a idoso/a como educadores sociais, cujos conhecimentos são importantes, para composição do currículo escolar, observando o/a idoso/a, como educadores sociais e a possibilidade de descolonizar práticas curriculares que construam estereótipos sobre este segmento.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, ampliaram-se, no contexto social brasileiro, as pesquisas e estudos que versassem sobre a temática do envelhecimento articulada a aspectos biológicos, sociais e educacionais. O sujeito social idoso foi focalizado tanto em termos de políticas públicas de saúde, de direitos sociais como em práticas educacionais.

Houve uma maior preocupação na inclusão de pessoas idosas no contexto educacional, levando em consideração a melhoria da qualidade de vida, vislumbrando uma maior atenção para este grupo geracional. Tal atenção se estendeu, no sentido de perceber a importância social e a contribuição da educação na terceira idade, pois, esta permite ao sujeito idoso perceber novas configurações do seu contexto social, rever questões atinentes à vida e a busca por melhorias na mesma.

Tendo em vista que a educação ocorre ao longo da vida, o envelhecimento é, portanto, um momento da vida que se pode aprender, desenvolver novos caminhos, buscar novas perspectivas para viver melhor. A educação para a terceira idade, vem trazer à tona duas questões fundantes: a primeira se refere a integração da pessoa idosa que busca no espaço formal e não formal de ensino sua participação.

A segunda, se direciona à aquisição de conhecimento e diálogos destes, articulando novos aprendizados à vida, e sobretudo, permitindo à pessoa idosa se perceber enquanto sujeito de valor, que pode colaborar na educação e também ser transformado por ela.

A negação do papel social da pessoa idosa e sua inserção na educação, através dos estereótipos, marginalização e discriminação elaborados, durante muito tempo, deslocou o acesso deste segmento aos espaços educativos, quer sejam estes formais ou não formais de ensino, onde fosse possível apresentar suas potencialidades. A constituição de 1988 em seu artigo 205, deixar claro que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, se é um direito, este deve ser acessível a todos em suas respectivas gerações, entre os quais, chamamos atenção às pessoas idosas. O texto constitucional põe em relevo que se deve igualdade de condições para o acesso aos espaços formativos educacionais, notabilizando assim, que este direito seja estendido à pessoa idosa, pois a terceira idade não é um impeditivo à participação, à integração e à interação dos sujeitos educativos.

Falar do memorial no contexto das atividades da UAMA, é falar de um texto eivados de sensibilidade, onde se desvela experiências importantes para quem o escreve. O memorial é um texto que faz parte das atividades curriculares do curso “Educação para o envelhecimento humano”.

É uma produção individual, porque é feito a partir da experiência da trajetória de vida de cada aluno/a do curso, mas é também coletivo, pois é uma solicitação da UAMA este registro das atividades realizadas no curso no decorrer de seu funcionamento e também, uma narrativa das vivências, pois reporta-se aos aspectos relativos à infância, adolescência, juventude e à maturidade, adulto e adulto idoso.

O/a aluno/a seleciona um contexto de sua vida que deseja abordar entre os estágios supramencionados, podendo se reportar a todos os momentos, ou mesmo escolher, por questões subjetivas e emocionais, uma fase da vida que possam refletir e descrever no texto.

Os memoriais consistem, pois, em registros autobiográficos, neles estão contidas as informações relativas ao conteúdo de história de vida, é um texto emocional, eivado por afetos, alegrias, emoção porque neles estão nutridas lembranças e relembrações sobre um passado vivido. Neste sentido, os atos de memórias, são significativos para delinear vidas e seus cursos no contexto das memórias coletivas. Sobre lembranças e memórias Halbwachs chama atenção de que:

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 2006, p.41).

Ainda a este respeito, Halbwachs coloca que:

Não há lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo, porque o acontecimento que elas produzem foi percebido por nós num momento em que estávamos sozinhos (não em aparência, mas realmente sós), cuja imagem não esteja no pensamento de nenhum conjunto de indivíduos, algo que recordaremos (espontaneamente, por nós) (HALBWACHS, 2006, p.42).

Nestas reflexões em torno de vestígios do passado, ocorre um orgulho no tempo, e através de atos de memória os narradores contam sobre pessoas, situações, lugares, sons, imagens, sabores, que trazem através da escrita e que estavam adormecidas ou latentes em suas memórias.

Reportar-se ao memorial é falar de memória. A memória enquanto um construto social e histórico é fundamental na elaboração do memorial, de acordo com Passegi (2010, p.21), este texto “é uma escrita institucional na qual a pessoa escreve e faz uma reflexão crítica sobre os fatos que marcaram na formação”. Enquanto gênero memorialístico, que trazem uma descrição da trajetória de vida de quem o escreve.

Na UAMA o memorial traz as descrições de um dado trajeto, em que as recordações vão fluindo e são constitutivas de uma memória de vida. A memória na reconstituição da história de vida, trabalha com diferentes ritmos de tempo de seu narrador. Do presente ao passado, os movimentos de recordar, lembrar, reviver são ressignificados nos conteúdos dos memoriais.

Neles são lembrados e revelados acontecimentos múltiplos que recuperados pela memória, apresentam visões de um tempo que marcou a vida do/a narrador/a. A memória passa a ser base construtora de identidades etárias (LIMA, 2008; MAGRO, 2003).

Ao trabalhar no currículo proposto para pessoas idosas, educandos/as da UAMA, os memoriais de história de vida, percebemos não apenas o empoderamento destes, mas a dimensão significativa que é dada às suas vidas num registro histórico, educativo, que consiste numa fonte importante de estudo e informações, sobre diferentes sujeitos sociais e suas histórias através do tempo.

À guisa de considerações

A elaboração de um memorial de história de vida tem como finalidade a valorização da trajetória experiencial de pessoas que trazem à tona saberes intrínsecos às suas vivências individuais e no contexto coletivo. Ele traz abordagens em torno do ato de viver em seus diversos liames, a partir da memória, ela é, pois, o elemento balizador que vai repaginando na seara do tempo, traduzindo vivência e permitindo que ao trabalhar com acontecimentos vividos a narração no memorial seja uma ação de educar e educar-se através das lembranças, recordações, através da memória.

Os memoriais trazem em suas narrativas não apenas a descrição do passado, pois ao serem elaborados exigem de seus narradores, uma profunda reflexão de si, trazendo à baila conteúdos de vida, de quem lembrou, além de retratar, da experiência de si, em uma escrita que ao escutar, prescrutar o passado, sensibiliza quem escreve, pois dar vozes, na produção escrita aos silêncios do passado, este passa a ganhar eco nos escritos dos memoriais.

Ao abordar sobre a educação da pessoa idosa com base na experiência educativa de pessoas idosas através dos memoriais, acreditamos que isso empodera, afirmando vidas que não ficarão esmaecidas, pois têm no registro do memorial, múltiplas histórias de um tempo vivido, que não esquecido, mas lembrado, ganhou outra tonalidade na vida de quem faz e que lê este texto autobiográfico.

Falar da educação da pessoa idosa, através da entidade UAMA e o alcance social que este tipo de prática formativa desenvolve,

permite pensar numa educação ao longo da vida que considera o sujeito aprendente em suas multifaces, a psicológica, cultural, social fazendo conexões entre o melhor viver, uma vida que na maturidade ao alcançar outros patamares na valorização da pessoa idosa.

Propiciando o redirecionamento do olhar para a velhice, o envelhecimento e a busca por viver, dentro das condições sociais e materiais de vida, um envelhecimento para uma vida saudável, mostrando que é possível encontrar um elo em compreender a velhice não como uma negação à vida, mas modos e formas de vivê-la de forma plena, mesmo mediante inúmeras dificuldades cotidianas que se espelham.

Consideramos, portanto, que a educação da pessoa idosa na sociedade contemporânea é fundamental, para dar o direito social e humano que estes sujeitos em suas identidades etárias têm, mas, sobretudo, propiciar que neste percurso do viver, eles compreendam seus valores e o sentido de suas vidas no contexto comunitário, a partir do foco no educacional.

Referencias

ALBUQUERQUE, R. L. et al. (orgs.). UAMA – Universidade Aberta à Maturidade. Oito anos de educação inclusiva e transformadora. Campina Grande: Eduepb, 2017.

DELGADO, Lucilia A. N. História oral: memória, tempo, identidades. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GUIMARÃES, Marisa. Por uma (re) educação dos idosos de grupo “Programa de melhor idade” de Paraíso – Tocantis, frente às mudanças do mundo contemporâneo. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Instituto de Educação, 2011.

LIMA, Cristina Rodrigues. Programas intergeracionais: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações. Campinas/São Paulo: Editora Alínea, 2008.

MAGRO, Viviane M. M. Espelho em negativo: a idade do outro e a identidade etária. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes (org.). Infância e Velhice: pesquisas e ideias. Campinas/São Paulo: Editora Alínea, 2003.

PASSEGI, Maria da Conceição. Memoriais autobiográficos: escrita de si como arte de (re) conhecimento. In: CORDEIRO, Verbena, M. R. SOUZA, Elizeu Clementino (orgs.). Memoriais: literatura e práticas culturais de leitura. Salvador: UFBA, 2010.

O REFLEXO DA TOGA: **AS PRIMEIRAS MULHERES MAGISTRADAS** **NA PARAÍBA (1957) E NO MATO GROSSO (1969)**

Sabrina Rafael Bezerra

Se entrarmos em uma sala cheia de espelhos, veremos diversas versões de nós mesmos por ângulos e distâncias diferentes. Segundo o dicionário Houaiss, a palavra reflexo enquanto adjetivo significa algo “que se volta sobre si mesmo”,¹ partindo dessa premissa podemos comparar o reflexo no espelho com a memória, a qual reflete nossas lembranças do passado. Porém é preciso ficar atento para não cair na armadilha da memória como uma verdade absoluta.

A memória passa por elaborações ao longo do tempo e das experiências que vão se somando nas vidas dos sujeitos. A maneira como alguém pensava algo há vinte anos atrás muda ou se reelabora em sua mente ao longo do tempo. A nossa capacidade de aprender com as experiências e compreender melhor os fatos pelos quais passamos, leva os sujeitos a narrarem uma determinada experiência coletiva ou individual de maneira diferente. Isso significa que a memória é inválida para pesquisa histórica? Não, mas como nos

1 HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de dados da língua portuguesa S/C Ltda. 3.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.639.

ensina Paul Ricoeur (2007),² a memória declarada que produz o testemunho deve passar por um processo de legitimação do seu conteúdo e de quem a contou. Se faz necessário ao historiador (a) desconfiar da narrativa testemunhal para assim construir um caminho de confiabilidade para ela.

Paul Ricoeur (2007) também nos ensina que existe um processo pelo qual o testemunho passa até chegar à escrita historiográfica. Primeiro temos a memória declarada, depois sua legitimação e arquivamento, este último que a tornará independente do sujeito que a declarou, até chegar à prova documental. Por sua vez o/ou historiador(a) indaga as fontes para construção de uma narrativa histórica provável.

Esse longo caminho ocorre sincronicamente com a operação historiográfica. Michel de Certeau nos aponta em seu livro, “A Escrita da História” (2000),³ três categorias para a composição do processo dessa operação: um lugar, uma prática e uma escrita. O lugar é entendido como a base formadora do historiador(a), a qual é percebida como sintoma de um grupo e produto de um lugar, este que por sua vez legitima a ciência histórica através das teorias e metodologias aprendidas para a pesquisa. A prática é feita com base no lugar institucional, a qual é percebida/avaliada/definida pelos pares através de técnicas e modelos para compreensão dos fatos. Atentos a esses dois elementos, Certeau não nos deixa perder de vista o tempo, pois a sociedade só consegue ser pensada historicamente com as ferramentas que o seu tempo lhe propicia. Sendo assim, a análise das fontes e as questões levantadas para interrogá-las, aliadas à teoria da história, respondem à questão levantada por Certeau, a respeito do que o historiador produz? Uma operação historiográfica.

2 RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

3 CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

A história oral é uma das fontes principais desse trabalho, e por isso precisamos atentar-nos para o lugar onde foi produzida. Em 2014, fiz uso da metodologia da história oral para entrevistar uma mulher com o intuito de construir minha dissertação de mestrado que teve como uma das personagens a primeira juíza da Paraíba, Helena Alves. A outra fonte trabalhada nesse artigo não é resultado da metodologia da história oral, mas sim uma entrevista feita por uma jornalista,⁴ do Tribunal de Mato Grosso em 2019 sobre Shelma, a primeira Juíza mulher no Mato Grosso, o acesso às suas falas foram obtidos através da matéria publicada no site do TJMT. Os recortes de falas, foram escolhidos pela jornalista que escreveu a matéria, por isso não tenho como precisar as reações e o contexto em que foram proferidas as falas da Juíza Shelma, ou mesmo quais perguntas teriam norteado suas respostas, portanto essa é uma fonte jornalística que explora a trajetória através da memória, este é seu lugar de produção.

Para Paul Ricoeur (2007), o testemunho se torna rastro/vestigio/indício do passado, o que não se confunde com a verdade absoluta do que passou, como já foi ressaltado sobre o cuidado que se deve ter com o uso da memória, a qual produz o testemunho, porém os testemunhos são muito relevantes para narrativa histórica principalmente no momento em que o historiador (a) contesta e atesta as narrativas para a construção da história. Sendo assim, o objetivo desse artigo é compreender e contar, através das fontes citadas, a trajetória pioneira de duas mulheres, tão diferentes em diversos aspectos, mas que guardam em comum terem sido as primeiras a ocuparem o cargo da magistratura estadual.

Segundo Carla Pinsky no livro, “Mulheres dos anos Dourados” (2014),⁵ durante os anos de 1950 e 1960 os discursos conservado-

4 PETRUCELLI, Mylena. Em 145 anos de história do TJMT, mulheres só começaram a fazer parte do Poder há 50 anos. Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/noticias/56215#.X2IJm3VKg8q> Acesso em Agosto de 2020.

5 PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. São Paulo: Contexto, 2014, p.180.

res viam no trabalho fora do lar um perigo para a mulher, pois ela corria o risco de se desviar do seu caminho “natural”, o casamento. Além disso, existia um medo de que a mulher perdesse seu “bem maior”, a feminilidade. O mundo do trabalho, assim, era definido e definidor de papéis de gênero. Nessa configuração, a mulher só poderia trabalhar em uma profissão que não se distanciasse da sua função social predeterminada socialmente, o lar.

Essa preocupação em criar papéis e lugares sociais fixos para os gêneros vinha acompanhada de uma mudança social que estava ocorrendo no mundo ocidental após a Segunda Guerra Mundial que possibilitou uma expansão do mercado de trabalho e de profissões para as mulheres. Ao longo da história do Ocidente, a mulher trabalhou na esfera privada, em cargos ligados a questões domésticas, e esse trabalho se distinguiu também pela classe, as mulheres pobres trabalhavam para complementar a renda da família, já as mulheres ricas não trabalhavam fora de casa, estavam restritas a suas funções no lar. Sendo assim, os papéis de gênero pré concebidos na sociedade de meados do século XX se empenhavam em dividir as novas funções no campo profissional para mulheres e homens criando distinções nas profissões que eram definidas como masculinas ou femininas. Com base nisso podemos observar mecanismos de controle através das relações de poder as quais estão ligadas ao gênero. Segundo Pinsky (2014, p.180) no Brasil:

Quando o trabalho feminino já é considerado um fato – mesmo que concretamente os números não sejam tão significativos - o estremecimento de valores tradicionais já se faz sentir. Vários argumentos são encontrados pelas revistas para manter a mulher “no seu devido lugar”, ou seja, atrelada às suas tradicionais funções e atributos de gênero (domesticidade, fragilidade, dependência financeira de um homem). *Jornal das Moças* não se furta a destacar os “efeitos negativos” do trabalho feminino fora do lar.

Os jornais dos anos de 1950 e 1960, vêm sendo estudados por muitas historiadoras e historiadores no intuito de perceber como eles ratificavam a naturalização de comportamentos como forma de resistência às mudanças pelas quais passava a sociedade com relação à mulher. A maioria dos jornais expostos por Pinsky no livro “Mulheres dos anos Dourados”, (2014), se mantêm zelosos com os costumes e percepções tradicionais da sociedade brasileira. O *Jornal das moças* foi uma revista direcionada ao público feminino e que circulou no Brasil entre os anos de 1914 até 1965, com sede no Rio de Janeiro. O leitor ou leitora desse artigo poderia pensar que é óbvio que um jornal feito para mulheres em meados do século XX tendo como foco mulheres da classe média, iria imprimir os valores “tradicionais” sobre o comportamento feminino idealizado para a época. Mas quando analisamos jornais como: *A União*, criado em 1893 na Paraíba, com objetivo de levar as notícias diárias para a população paraibana e que circula até hoje, no Estado até hoje, publicou uma matéria em maio de 1956, com o seguinte título: “Deve a mulher integrar a Magistratura?”, percebemos que esses valores a respeito do lugar social que a mulher deveria ocupar na sociedade ecoavam com discursos bastante parecidos. Vejamos aqui a resposta dada à indagação no título do jornal pelo Professor Clóvis Lima: “Acho que o assunto deve ser estudado com mais cuidado. Francamente, talvez falte à mulher certos requisitos para bem servir na função judicante embora leve boa vontade. Há certas situações particularmente graves que requerem bastante energia moral, coragem, agilidade e prudência. E é bem difícil que uma representante do sexo feminino possa enfrentar, sem paixão e com eficiência, estas situações”.

“Com a toga, poderá continuar ela a possuir a mesma feminilidade? – Não. Há certas profissões que tendem a modificar um pouco a mulher mesmo sendo ela bem feminina. Preste atenção e verá as mulheres que tomam a frente com energia e capacidade de trabalho, são sempre pouco femininas”. Após dizer, mais ou menos isto,

o prof. Clóvis Lima tomou o seu “Austim” e seguiu para a Faculdade de Direito.⁶

Notamos assim que não era exclusividade dos jornais e revistas femininas replicar um comportamento aceitável para as mulheres, mas quando se tratava de uma mulher querer adentrar a um território culturalmente definido como masculino, me parece que mesmo um jornal de notícias diárias se tornava em seus discursos indistintos de uma revista de comportamento feminino. Esse fato não se restringe apenas à Paraíba, pois a primeira mulher a se tornar magistrada do Estado do Mato Grosso em uma entrevista concedida à jornalista do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, Mylena Petrucelli em 10 de maio de 2019, Shelma Lombardi de Kato conta que:

Todo mundo falava que mulher não dava para isso, que mulher era boa para esquentar umbigo no fogão e esfriar no tanque. O que uma mulher queria ser magistrada? Como uma mulher vai decidir sobre o destino, a vida das pessoas, a liberdade, a honra, o patrimônio? Isso é loucura. Em São Paulo, nem pensar, falavam que a magistratura era para homens, porque era coisa séria.

O que leva uma mulher a romper com seu suposto destino natural e querer ocupar um cargo que não era comum para seu gênero na sua época? Essa é uma questão que poderia ser feita a qualquer uma delas e suas respostas seriam bastante subjetivas. Ambas encontrariam em suas trajetórias de infância e juventude motivos vários que sua memória reelaborou para que tivessem tomado essa decisão, influência da família, amigos, classe, injustiças

6 Fragmentos retirados da segunda e terceira coluna da Matéria: Deve a mulher integrar a magistratura? Publicada pelo jornal *A União* em 19/05/1956.

sociais, enfim, motivos vários, mas o que nos interessa aqui ao analisar essas falas é perceber que essas duas mulheres pioneiras, assim como outras que foram primeiras a ocupar esse cargo pelos tribunais do Brasil romperam com os lugares que foram determinados em seu tempo para o seu gênero.

Shelma Kato formou-se na USP e advogou por um tempo em São Paulo e depois foi para o Mato Grosso advogar. Helena Alves formou-se na UFPB, foi da primeira turma do curso de Direito na Paraíba, advogou por um pequeno espaço de tempo em João Pessoa. As duas na primeira oportunidade que viram para fazerem o concurso de magistrada o fizeram, Helena teve a decepção da reprovação em sua primeira tentativa em 1956, a única da lista a ser reprovada, a única também a ser mulher, persistiu e passou no concurso do ano seguinte, 1957. Shelma em 1969, desconfiou quando viu concurso para magistratura no Mato Grosso permitindo que mulheres se inscrevessem e tomou uma atitude no mínimo peculiar, procurou o desembargador presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

Eu me apresentei a ele, e disse que queria saber só uma coisa, se pelo fato de eu ser mulher, eu vou prestar concurso para ser reprovada. Eu tenho um nome, um trabalho, e não estou aqui para apanhar, para ser descartada por ser mulher, porque não estou acostumada a tomar tapa na cara, levar rasteira de graça. Pelo trabalho que já fiz na vida, a altura do meu currículo, eu não queria ser desmoralizada.

A história oral nos possibilita através de uma análise das diferenças e semelhanças em experiências vividas pelos sujeitos, observar as continuidades e descontinuidades dos processos históricos coletivos, o que separa a experiência de Shelma da experiência de Helena são duas linhas, uma composta pelo espaço geográfico e a

outra pelo tempo, se passaram 12 anos da entrada de Helena para a de Shlema na Magistratura. A paraibana Helena Alves revela que:

Eles achavam que mulher não era pra isso, mulher era pra ser dona de casa, talvez no máximo professora. Mulher é tão inteligente, tem tanta capacidade, como qualquer homem, não existe isso, mas essa inferioridade que você sabe que ainda hoje há restrições contra a mulher. Você veja, nos empregos públicos, os homens ganham mais que as mulheres, usando da mesma profissão, trabalhando na mesma coisa e ganhando mais, o preconceito não se extinguiu por completo, mas melhorou. Melhorou muito na justiça, hoje nós temos uma presidenta no tribunal, não queriam nem que mulher entrasse! Calcule a luta. E hoje nós temos uma presidenta...⁷

Helena e Shelma enfrentaram os preconceitos de sua época e ao reelaborarem suas memórias nesses trechos que vimos, elas também analisam as mudanças sociais a respeito dos lugares ocupados pelas mulheres na sociedade de ontem e hoje. Shelma atreveu-se a defender a valorizar seu lugar e trajetória profissional antes de se inscrever no concurso que passou em 1969. Helena, ao nos contar sua experiência mostra em seu testemunho um balanço sobre as limitações e restrições das enfrentadas pelas melhoras na sua juventude e na sua velhice. Os dois testemunhos são cheios de subjetividades, e como nos ensina Alessandro Portelli (1996):

A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e a própria identidade,

7 Entrevista produzida pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra no dia dois de julho de 2014 com a Juíza Helena Alves de Souza. Em João Pessoa, na casa da entrevistada.

constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.

Seguindo o conselho de Portelli a respeito da consideração da subjetividade das testemunhas, elas precisam ser consideradas, pois elas têm muito o que nos dizer sobre os fatos e experiências vivenciados pelos sujeitos. Não se trata de opor subjetividade e objetividade na análise de discursos, mas de perceber que a percepção subjetiva do sujeito nos leva a análises mais profundas das narrativas testemunhais. Na entrevista feita com Helena, ela conta: *eu passei muitos anos sozinha, muito depois uma outra colega fez concurso para juíza.*⁸ Nessa fala curta e que parece apenas objetiva, a testemunha ao narrar que se passaram muitos anos até outra mulher entrar para magistratura na Paraíba não nos relata apenas o espaço de tempo que se passou, mas nos demonstra a solidão que Helena sentia por ser a única de seu gênero a ocupar aquele cargo.

Shelma em sua experiência como Juíza no Mato Grosso conta que:

Costumávamos brincar que eu mandava mais que a Rainha Elizabeth, porque o território da Inglaterra era pequeno e Mato Grosso era imenso, o leste era muito grande, com garimpo, invasão de terra, briga política. Teve uma ocasião que minha casa ficou igual uma peneira de tanto tiro.⁹

8 Entrevista produzida pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra no dia dois de julho de 2014 com a Juíza Helena Alves de Souza. Em João Pessoa, na casa da entrevistada.

9 PETRUCELLI, Mylena. Em 145 anos de história do TJMT, mulheres só começaram a fazer parte do Poder há 50 anos. Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/noticias/56215#.X2IJm3VKg8q> Acesso em Agosto de 2020.

A recordação de Shelma nos leva a perceber a violência pela qual o Mato Grosso passou durante o período da Ditadura Civil Militar devido a exploração de garimpos, muitas das vezes ilegais, e os problemas da distribuição de terra e relações de política e trabalho, os quais não desapareceram e ainda são realidades nessa região até hoje.

Em outros momentos as narrativas de Shelma e de Helena parecem se encontrar em suas reflexões sobre as discriminações e desigualdade sofridas por seu gênero em sua juventude e hoje. Observem:

A nossa cultura é machista. Se você falar que isso era, é mentira, ainda é. Nós, mulheres, por acaso, teríamos algumas fraquezas das quais os homens estavam, eram ou são imunes? Nós somos menos competentes? Temos que refletir nunca no singular, e sempre no coletivo. Temos que pesquisar e ver como as mulheres atuam na sociedade, se o preço que elas pagam é o mesmo que os homens pagam e como é a questão da justiça igualitária. É o único caminho de transformar, senão nós vamos repetir os mesmos equívocos, os mesmos erros e as mesmas injustiças.¹⁰

Todos que fossem contra a mulher participar de qualquer coisa eu era contra. Porque sempre achei que porque tinha nascido mulher não era diferente dos outros eu poderia participar das coisas. Eu sei que esse Jurandir Almeida era desembargador, e teve aquele Clóvis Bezerra que também falou contra, eu tenho uns jornais aí que falaram contra mulher ser juíza. Não sei como é que um

10 PETRUCELLI, Mylena. Em 145 anos de história do TJMT, mulheres só começaram a fazer parte do Poder há 50 anos. Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/noticias/56215#.X2IJm3VKg8q> Acesso em Agosto de 2020.

intelectual, uma pessoa que estuda diz uma bobagem dessas, não é? O que é que tem o sexo com a inteligência da pessoa? Não tem nada, nada. Ao contrário, tem tanto homem burro (risos).¹¹

As duas Juízas de trajetórias distintas e distantes se cruzam em experiências que vão além das fronteiras de classe e região, elas se cruzam nos papéis de gênero, esses que se estabelecem na sociedade culturalmente e acabam se justificando em discursos normalizadores/normatizadores/limitantes, criando desigualdades injustificáveis entre homens e mulheres até hoje. As experiências dessas duas mulheres se legitimam e se tornam históricas não apenas pelo caráter pioneiro de suas carreiras, mas principalmente, por nos transmitirem continuidades e descontinuidades sobre os papéis de gênero na sociedade brasileira de meados do século até a segunda década do século XXI.

Referências

Fontes

Acervo pessoal de Helena Alves de Souza. Jornais: A União

Entrevista produzida pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra no dia dois de julho de 2014 com a Juíza Helena Alves de Souza. Em João Pessoa, na casa da entrevistada.

PETRUCELLI, Mylena. Em 145 anos de história do TJMT, mulheres só começaram a fazer parte do Poder há 50 anos. Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/noticias/56215#.X2IJm3VKg8q>. Acesso em Agosto de 2020.

11 Entrevista produzida pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra no dia dois de julho de 2014 com a Juíza Helena Alves de Souza. Em João Pessoa, na casa da entrevistada.

Bibliografias

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GUIMARÃES NETO, Regina; MONTENEGRO, Antônio. Testemunho, narrativa e historiografia. (Livro organizado por Helder Remígio e outros, no prelo).

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de dados da língua portuguesa S/C Ltda. 3.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. São Paulo: Contexto, 2014.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os Fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Revista Tempo, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1996.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

O ENSINO DE HISTÓRIA E SEUS DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA E NEGACIONISMO

André Mendes Salles

As reflexões apresentadas no presente capítulo foram tecidas para a mesa de encerramento do *I Seminário Nacional do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas* (NUHLC) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB): “História, Contemporaneidade e Multiplicidades”, que ocorreu em formato virtual, entre os dias 19 e 20 de agosto de 2021 e foi transmitida ao vivo pelo Canal do YouTube do próprio Núcleo. Na mesa em tela, pudemos refletir sobre os desafios do Ensino de História em tempos de pandemia e de negacionismos no atual contexto brasileiro. Dividi minha fala em três momentos distintos: um primeiro que buscou abordar o ensino remoto gerado a partir do contexto da pandemia de COVID-19, um segundo relacionado aos desafios de se ensinar História em tempos de negacionismos e um último que buscou refletir brevemente sobre os ataques às universidades públicas e o crescimento do Anti-intelectualismo no Brasil. Optou-se por manter no texto a mesma estrutura da fala na mesa, tanto em relação à divisão em três momentos, quanto em relação a um tom mais ensaístico, buscando evitar citações e notas de rodapé.

Ensino remoto em tempos de Pandemia

Muito se falava, antes da pandemia, em usos de tecnologias no ensino. Com a situação pandêmica – e a emergência de um ensino remoto –, percebeu-se que não estávamos preparados o suficiente para dialogar e utilizar os recursos tecnológicos disponíveis. As escolas privadas, que alardeavam aos pais dos alunos a cada começo de ano os usos das mais recentes tecnologias, sentiram extremas dificuldades na implementação de um modelo remoto de ensino. Nas escolas públicas, escancarou-se não apenas a falta de recursos tecnológicos, com a ausência de salas e laboratórios específicos, mas também a falta de acesso à internet, para uso de estudantes e professores. Não se pode pensar na escola pós-pandemia sem acesso livre à internet e sem salas e laboratórios específicos voltados para as questões tecnológicas.

Em relação aos professores, escancarou-se a falta de formação para atuar com recursos digitais e na perspectiva remota. Não será possível pensar a formação inicial de professores – e nem a continuada – da mesma forma de antes da pandemia. A reformulação dos currículos de formação inicial e os projetos político-pedagógicos dos cursos de licenciatura precisam ser repensados e reformulados com urgência. Em relação a formação continuada, os estados e os municípios não poderão mais ficar inertes, precisam atuar fortemente na formação contínua de professores para atuar com recursos tecnológicos.

A pandemia, com o ensino remoto emergencial, também escancarou as desigualdades no Brasil de acesso à internet e a dispositivos tecnológicos. Em 2020, ao atuar como professor-orientador dos Estágios Supervisionados em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no modelo remoto, pude ter acesso a diversos relatos de estudantes de escolas públicas e professores de História da educação básica, que tiveram grandes dificuldades de acesso à internet e a dispositivos para acessar as aulas. Muitos estudantes assistiam aulas nos celulares dos pais ou responsáveis. Será preciso repensar as políticas públicas de democratização de

acesso à tecnologia e colocar em pauta, de forma urgente, a inclusão digital e tecnológica. Não será possível pensar essa questão da mesma maneira de antes da pandemia e do ensino remoto.

Em relação à universidade, certas práticas universitárias passaram a ser repensadas à luz da atual situação remota, como as bancas de qualificação e de defesa de mestrado e de doutorado. Antes da pandemia eram raros os casos de Programas de Pós-Graduação (PPG), acadêmicos ou profissionais, que realizavam suas defesas em formato remoto. Na eminência da pandemia, inclusive, muitos programas esperaram meses, adiaram as defesas, esperando a normalização da situação. Apenas quando ficou claro que a situação não se normalizaria tão breve, que os programas de pós-graduação passaram a liberar as defesas em formato remoto. Se havia ceticismo em relação a esse modelo de defesa, creio que os quase dois anos de pandemia e de ensino remoto tenham dissipado tal suspeita, pelo menos na maioria dos professores.

É possível que, passada a pandemia, muitos Programas de Pós-Graduação adotem um modelo híbrido de defesas, com muitas delas ocorrendo em formato remoto. O modelo em questão poderia trazer relevante economia às universidades e programas de pós-graduação, sobretudo em tempos de cortes de verbas para educação pública, a ciência e a tecnologia. Verbas que, com a mudança de rubrica, talvez pudessem ser revertidas para publicações de e-books e outras produções acadêmicas.

É possível e provável que, após a pandemia, Programas de Pós-Graduação passem a ser híbridos. No interior de muitos deles já havia uma discussão a respeito, intensificadas com a implementação do ensino remoto. O modelo híbrido, com aulas presenciais e remotas, pode facilitar o ingresso de estudantes de diferentes Estados do Brasil, sobretudo num período de escassez de bolsas. Pode, ainda, possibilitar o credenciamento de docentes de lugares distantes do PPG, inclusive professores estrangeiros, fator que pode estimular o processo de internacionalização desses programas.

Os eventos em formato de *webnários* eclodiram no período remoto. Apesar de um certo desgaste desse modelo após quase dois anos, é possível identificar vantagens, sobretudo na participação de professores/pesquisadores de diferentes Estados e instituições, inclusive estrangeiras, sem os custos de passagens aéreas ou diárias. Os formatos de *Podcast* também passaram a ser bastante explorados por ações e projetos de extensão universitária, sobretudo no ano de 2021. Alguns pesquisadores aproveitaram o momento para a criação ou o estreitamento de projetos de pesquisa interinstitucionais com universidade estrangeiras, propiciando o tão almejado processo de internacionalização. Os grupos de estudos e pesquisas que possuíam membros de diferentes espaços do Brasil e do mundo puderam tornar-se mais dinâmicos a partir de encontros mediados pela tecnologia.

É preciso enfatizar, contudo, que o formato de aulas remotas não é fácil. Existem dificuldades diversas, como avaliar a aprendizagem, confirmar a presença dos/as estudantes, problemas de conexão, tanto de estudantes quanto de professores. A maioria dos estudantes não abrem as suas câmeras e os professores nunca se sentiram tão sozinhos. Acostumados que estávamos sempre com salas lotadas e com conversas de corredores, passamos a frequentar salas virtuais nas quais passamos a visualizar apenas avatares de estudantes.

O trabalho invadiu a casa dos professores e, pelo menos em um primeiro momento, não conseguimos separar/distinguir entre espaço de trabalho e espaço de descanso/lazer/convivência familiar. Encontrar um lugar da casa para ministrar ou ter aulas também se mostrou um desafio, sobretudo, em casas pequenas e/ou com muitas pessoas. Foram muitos os relatos em que o estudante tentou assistir aulas competindo com o som alto da televisão ou do rádio. Não raras vezes encontramos situações em que vários membros de uma mesma família dividiam o mesmo aparelho tecnológico (seja o computador ou o celular): a aula do filho na escola e a aula da mãe na faculdade. Então, organizar essa rotina foi e continua sendo um grande desafio.

O Ensino de História em tempos de negacionismos

A expressão ‘negacionismo’ é geralmente utilizada para se referir aos eventos de negação do Holocausto na Segunda Guerra Mundial. Alguns autores, inclusive, defendem que esse termo seja restrito a esse contexto de uso, e que se utilize a expressão ‘negação’ para se referir a outros tipos de situações negacionistas. O primeiro termo, contudo, tem sido muito utilizado atualmente como forma de se referir a diversos episódios de negação, para além do Holocausto.

Muitas vezes a expressão *revisonismo* é utilizada como sinônimo de *negacionismo*. É preciso termos cuidado, uma vez que faz parte da dinâmica do próprio ofício do historiador o processo de revisão historiográfica. Acredito ser primordial estabelecer uma distinção inicial entre o revisionismo (ou a revisão) acadêmica, baseado em método científico, e o revisionismo puramente ideológico, como o do *Brasil Paralelo* ou das coleções da *História Politicamente Incorreta*, do Narloch, cujo revisionismo sem nenhuma base científica – ou com uma base científica falseada – pode ser considerado negacionista.

Um problema atual é a forma como os historiadores passam a ser vistos por certos grupos que não têm a mínima noção de como funciona o ofício do historiador e o processo de crítica entre os pares (historiografia). São grupos que alimentam ideias conspiratórias, que passam a ver os historiadores e os cientistas como mentirosos e/ou doutrinadores. Os historiadores, portanto, mais encobririam a ‘verdadeira história’ do que atuariam para desvendá-la. Teriam se unido para ocultar a verdade e inculcar ideias ditas de esquerda. A professora Sônia Meneses (2020) levanta um importante problema: “Como dialogar com uma sociedade, na qual parte considerável passou a acreditar que seus historiadores e professores de história mentem?” (p.44).

Não só a produção dos historiadores estaria sob suspeita para certos grupos, como também o conhecimento histórico escolar. Os

livros didáticos não contariam a ‘verdadeira história’. Ricardo Vélez, antigo Ministro da Educação do Governo Bolsonaro, chegou a falar em revisar livros didáticos para que eles passassem a contar a “verdadeira história” sobre a ditadura militar. O ex-presidente chegou a dizer aos jovens para ignorarem os historiadores e a perguntarem aos seus avós sobre a ditadura. É não apenas colocar o conhecimento histórico e os historiadores sob suspeita, mas é a negação mesma do método histórico, das fontes e da historiografia. É o apelo puro e simples à memória, ao testemunho e às emoções/sentimentos/impressões em detrimento do conhecimento¹ (OLIVEIRA, 2020).

Não apenas o método histórico foi atacado pelo antigo Presidente da República e por seus Ministros, mas o método científico como um todo. Em diversas oportunidades puseram em *xequê* a credibilidade de instituições como o IBGE, o IPEA e a FIOCRUZ, chegando-se, inclusive, a sugerir o abandono dos métodos de pesquisa adotados por essas instituições por enquetes de opinião em redes sociais (OLIVEIRA, 2020).

Em relação ao contexto escolar, Fernando Seffner (2019) assinala que “não se manda uma criança à escola para que lá se repitam exatamente os valores familiares e religiosos” [...] a tarefa da escola é dupla: alfabetização científica e sociabilidade do espaço público”. Não se vai a escola para “confirmação de expectativas trazidas da família ou outros ambientes”, mas para “ampliação de horizontes” (p.23), para a “preparação para a vida no espaço público” (p.24). Tendo isso em vista, os professores/as são entendidos como servidores públicos, mesmo quando atuam em instituições privadas de ensino; sua função não é atender às demandas das famílias, sobretudo porque os seus saberes possuem bases científicas e sociais.

Professores e professoras são, em primeiro lugar, servidores públicos, mesmo quando em instituição privada. Manejam uma política pública, no caso a política pública de Educação, cujo

1 Como ficou claro nas eleições presidenciais de 2018, muitas vezes os fatos objetivos terminam sendo menos influentes na opinião pública do que as emoções. Os propagadores (oficiais e profissionais) de *Fake News* sabem bem disso.

desenho tem elementos decididos em níveis federais, estadual e municipal. Sua relação principal é com essa política pública, mas, para boa parte das pessoas, a função principal dos professores e professoras é de atendimento às demandas das famílias e dos alunos. Nada mais equivocado. A criança, quando entra pelos portões da escola, está frequentando um espaço público, e está diante de uma servidora pública, a professora (SEFFNER, 2019, p.34).

Diante de todo esse contexto assinalado, precisamos reafirmar “o lugar político da História e dos historiadores”, assim como defender um “maior envolvimento [desses] nos debates públicos” (MOTTA, 2020). Em outras palavras, disputar espaço na História pública. Lideranças e personalidades de direita e de extrema-direita têm assumido a responsabilidade de reescrever a história a partir de um revisionismo puramente ideológico, sem base e método científico e/ou historiográfico. Eles têm disputado espaço público na divulgação do conhecimento histórico. Têm ocupado, sobretudo, canais do YouTube, redes sociais, sites e livros de grande divulgação (como os de Narloch). Os canais do YouTube desses grupos, a exemplo do *Brasil Paralelo*, apresentam milhões de visualizações, o que mostra o seu alcance. Precisamos disputar esses espaços públicos com esses grupos, dialogar com a sociedade, conversar e produzir materiais sobre a História para um público de não especialistas. Talvez esse seja um de nossos maiores desafios na atualidade.

O ataque às universidades públicas e o Anti-intelectualismo no Brasil

Carlos Alberto Decotelli da Silva foi o nome inicialmente indicado pelo governo Bolsonaro para assumir o Ministério da Educação após a saída do então ministro Abraham Weintraub. Mal havia sido indicado, teve seu suposto título de doutorado desmentido pelo reitor da Universidade Nacional de Rosário, Franco Bartolacci, na Argentina. Bartolacci assinalou que os créditos do curso foram concluídos, mas a tese não havia sido aprovada, portanto, não

foi concedido o título de doutor. Autoridades da Universidade de Wuppertal, na Alemanha, também desmentiram o suposto pós-doutorado que constava no *currículo lattes* do então indicado a Ministro da Educação.

Mentir sobre a formação acadêmica não parece ser uma novidade entre ministros e aliados do antigo Governo. Um dos casos mais divulgados na mídia foi o da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que teve que se justificar acerca de um suposto Mestrado em Educação e em Direito Constitucional e da Família. Alegou, à época, que seus estudos eram bíblicos e não acadêmicos. Ricardo Salles também teve que desmentir um suposto título de Mestrado em Direito Público pela Universidade Yale, nos EUA. Alegou que a atribuição do título havia sido um equívoco de sua assessoria.

O ex-Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, outrora aliado do ex-presidente, também já teve que se justificar sobre supostos estudos realizados na Universidade de Harvard, prestigiada instituição norte-americana. Alegou à época que a informação constava em seu currículo porque ele apresentava a intenção de estudar na referida instituição. O caso foi fruto, inclusive, de diversos *memes* na internet. Inconsistências diversas foram encontradas nos currículos dos antigos ministros da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, desde autoplágio a omissão de coautores nos textos publicados.

Os mesmos personagens que tanto mentiram títulos acadêmicos são os mesmos que, nos últimos dois anos e meio, têm atacado as universidades públicas de todas as maneiras possíveis e imagináveis. A lista de ataques ao funcionamento e à autonomia das instituições universitárias é longa. Destacamos apenas algumas delas, a exemplo do decreto presidencial número 9.741, de 2019, em que foi determinado o congelamento de quase R\$ 35 bilhões de recursos da União; a Educação perdeu em torno de R\$ 5,8 bilhões, enquanto a Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações perdeu mais de 40% de seus recursos. Em abril do mesmo ano, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) comunicou

a suspensão temporária de novas bolsas de pesquisa. Em agosto do mesmo ano tivemos novo anúncio de suspensão de bolsas pelo órgão, que afetou pesquisas de mestrado, doutorado e iniciação científica. No final de abril de 2019, já sob direção de Weintraub, o MEC anunciou o corte de R\$ 1,7 bilhões sobre as despesas discricionárias de universidades e institutos federais, chegando a comprometer seu funcionamento diário. Inicialmente havia sido divulgado que o corte de verba recairia sobre três universidades (a Universidade de Brasília, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal da Bahia), sob alegação de promoverem, nas palavras do então ministro, “balbúrdia”. O caso gerou fortes crítica e reações das universidades, imprensa e sociedade civil. Posteriormente, o corte de verbas atingiu a todas as universidades e institutos federais. Contrariando as acusações do então ministro, as três instituições universitárias mencionadas haviam melhorado sua posição no ranking internacional de universidades, o *Times Higher Education*. Em maio do mesmo ano, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) realizou a suspensão de 3.474 bolsas de pesquisa, em junho bloqueou em torno de 2.724 e em setembro 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil foram cortadas. Em resumo, a CAPES deixou de oferecer um total de 11.811 bolsas de pesquisa apenas no ano de 2019.

Durante o antigo governo, houve tentativas reiteradas de interferência na autonomia das universidades e institutos federais, em que se buscou intervir na escolha de reitores das instituições, a exemplo da medida provisória 914, de dezembro de 2019, e da medida provisória 979, de junho de 2020. Esta última, autorizava o então ministro Weintraub a escolher e nomear reitores temporários no período da pandemia. Calcula-se que a medida, se levada à frente, poderia afetar em torno de 15 universidades e 4 institutos federais, que estavam com previsão de eleições para o corrente ano. O então Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, devolveu a MP, considerando que ela violava a constituição.

Ficou bastante conhecido o caso em que o então ministro da Educação, Weintraub, em entrevista ao *Programa 7 minutos com a verdade*, do *Jornal da Cidade Online*, acusou as universidades federais de locais de “plantação de maconha” e de “laboratórios de drogas”. Convocado pela Câmara dos Deputados, Weintraub reafirmou as acusações sem, contudo, apresentar quaisquer provas efetivas. Outra acusação comum que tem sofrido as universidades públicas brasileiras nos últimos anos é aquela que aponta para um suposto autoritarismo, baseado, sobretudo, em ideias de esquerda, que supostamente teriam dominado as instituições. Para a extrema direita brasileira, as universidades se tornaram um espaço de doutrinação e pensamento das esquerdas, o que eles chamam difusamente – sem nunca conseguirem explicar – de *marxismo cultural*. Para Jason Stanley, autor do livro “Como funciona o fascismo” (2019), a ideia de escolas e universidades como espaço de ‘doutrinação marxista’ seria o “bicho-papão clássico da política fascista” (p.54).

É imperativo assinalar as universidades, durante as últimas décadas, não apenas como espaços de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, mas também como espaços de pluralidade de pensamentos e de resistência a ideais fascistas e/ou a regimes autoritários diversos. Basta observar os trabalhos de conclusão de curso, as dissertações de mestrado, as teses de doutorado e os livros editados e publicados pelas editoras universitárias para perceber a pluralidade de temas, objetos e problemas de pesquisa, analisados a partir das mais diversas perspectivas teóricas e metodológicas. Contudo, é preciso que se reforce que a mencionada pluralidade ocorre dentro dos valores científicos. Em outras palavras, avançamos de um tal modo, do ponto de vista científico e tecnológico, que não podemos perder tempo e recursos com discussões e “pesquisas” anticientíficas e anti-intelectuais, trazidas por negociantistas de toda a ordem.

As universidades são ambientes científicos e de produção de conhecimentos por excelência. Nesse sentido, seria cômico ou trágico, que cursos de Geografia, por exemplo, fossem ocupados por

terraplanistas, ou que cursos de Biologia, na área da Saúde, fossem ocupados por pessoas ligadas ao movimento antivacina (seria quase como uma ficção distópica). A importância do papel das universidades, institutos de pesquisa e da ciência de uma maneira geral foram destacadas durante o período de pandemia: Produção de EPIs (Equipamentos de proteção individual) para os profissionais da saúde, produção de aparelhos de respiração necessários a pacientes acometidos do caso grave da Covid-19, produção de testes mais rápidos e seguros para identificação de pessoas que estão ou estiveram com o vírus e estudos para produção de vacinas.

Se havia alguma dúvida sobre o papel das universidades e do saber científico e tecnológico na atualidade, ela deve ter se dissipado, pelo menos entre aqueles que operam minimamente diante de uma racionalidade e de uma honestidade intelectual, independente do espectro político-ideológico. Uma pergunta fica: por que entre aqueles que ainda teimam em atacar as universidades públicas das mais diversas maneiras –, seja retirando-lhe recursos, tolhendo sua autonomia ou a difamando como simples espaços de doutrinação ideológica – há um esforço (quase um fetiche) em mentir em seus currículos, indicando instituições em que nunca estiveram e cursos não estudados? Essa contradição, em parte, demonstra o prestígio que as universidades e o conhecimento científico e tecnológico, em pleno século XXI, ainda ocupam, como portadores de credibilidade intelectual. Em contrapartida, essa contradição demonstra, também, certo ressentimento desses sujeitos acerca dos espaços universitários e científicos que nunca ocuparam ou, em ocupando, nunca tiveram nenhum tipo de destaque ou reconhecimento. Mas esse último caso deixo para as investidas investigativas dos profissionais da Psicologia, ou mesmo, da Psiquiatria.

Referências

MENESES, Sônia. Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a História. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Matheus; ARAÚJO, Valdei (Orgs.). **Do fake ao Fato**. (des)atualizando Bolsonaro. Vitória, ES: Milfontes, 2020, p.43-55.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A História no olho do furacão. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Matheus; ARAÚJO, Valdei (Orgs.). **Do fake ao Fato**. (des)atualizando Bolsonaro. Vitória, ES: Milfontes, 2020, p.29-41.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Matheus; ARAÚJO, Valdei (Orgs.). **Do fake ao Fato**. (des)atualizando Bolsonaro. Vitória, ES: Milfontes, 2020, p.81-100.

SEFFNER, Fernando. Três territórios a compreender, um bem precioso a defender: estratégias escolares e Ensino de História em tempos turbulentos. In: MONTEIRO, Ana Maria.

RALEJO, Adriana (Orgs.). **Cartografias da Pesquisa em Ensino de História**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p.21-42.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&P, 2019.

EXISTIR HUMANAMENTE NÃO É ADAPTAR-SE AO MUNDO, MAS ANTES, TRANSFORMÁ-LO: ESPERANÇA E UTOPIA EM PAULO FREIRE FRENTE À DISTOPIA

Yago Felipe Campelo de Lima

Recentemente, em 13 de dezembro de 2021, a DW Brasil publicou uma matéria com o seguinte título: “*Brasil vive o maior êxodo de sua história*”.¹ A imagem que acompanha o noticiário é a de um avião, decolando, sob um sol que se põe. Texto e imagem, refletindo em seu duplo sentido, uma realidade.

Para o professor Pedro Brites, da Fundação Getúlio Vargas, ouvido pelo jornalista Edison Veiga para a reportagem, “esse movimento de saída de brasileiros nos últimos anos é inédito e, de fato, representa a maior **diáspora** da história brasileira.” Diáspora voluntária. Como escolha, como desejo.

Segundo um levantamento do Ministério das Relações Exteriores, o número de brasileiros e brasileiras vivendo fora do país, saltou de 1.898.762 em 2012, para 4.215.800 em 2020. De acordo com a reportagem, “os últimos dados foram consolidados a partir de informações coletadas pelos consulados em 2020. No período, portanto, o aumento foi de 122%.” Para o sociólogo Rogério Baptistini Mendes, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, também ouvido pela equipe da DW, neste agora “**o horizonte é sombrio**” para o país.

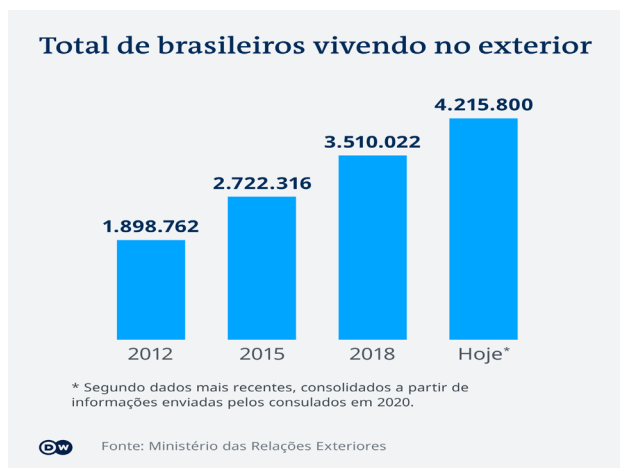
O Brasil dos últimos anos tem-se apresentado para nós, como um país sem futuro - futuro em seus múltiplos sentidos – ou, como

1 Ver Matéria Completa em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-vive-o-maior-%C3%AAxodo-de-sua-hist%C3%B3ria/a-59698193?>

aquele que continuará sendo um eterno **cemitério de esperanças**, como pensou o historiador e escritor estadunidense Benjamin Moser (MOSER, 2016).

Diante do vivido, desde o Golpe de 2016, é como se sobre nossa *pátria amada Brasil*, Pandora estivesse aberto a caixa de horrores, enviada pelos deuses para nos punir, tal como no mito grego, não nos restando quase nada de bom, do que é belo, do que é louvável.

Talvez seja por isso, que **62%** dos jovens brasileiros já em 2018 afirmavam que se pudessem, deixariam o país. Assim como os **56%** dos adultos com Ensino Superior,² que **desesperançados** iriam para o exílio voluntário, para fugir deste país que sepulta sonhos. Diariamente.



Levando-se em consideração os últimos anos no país, o atual governo brasileiro e seu *modus operandis*, o amargor de nossa gente, e a institucionalização da barbárie como agenda de administração;

2 Ver Matéria Completa em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/se-pudessem-62-dos-jovens-brasileiros-iriam-embora-do-pais.shtml>.

a constatação do historiador Benjamin Moser de que “**o Brasil é um dos lugares mais tristes que há**”, se torna quase incontestável (MOSER, 2016, p.24).

Entretanto, contudo, porém, e felizmente, este aqui e este agora **não é o fim do Brasil**. Nem da nossa história. Nem de nossos sonhos democráticos de transformação desse gigante, por ora anestesiado. E o mais importante: não é o fim da **esperança** entre nós, pois “não há sina nem fado em nada a que se remeta a natureza humana, como em nada nela anunciado” (FREIRE, 2019, p.50).

“A distopia não é o fim do mundo, nem o fim da história, porque a história é sempre um vir a ser e o mundo é sempre um porvir” (PEREIRA, 2021, p.133). É porque não há futuro, nem presente dado, pronto e acabado, prescrito a nós como pensou o filósofo e educador Paulo Freire, que um outro amanhã entre nós se torna possível, e a **esperança como exigência e necessidade ontológica**³ no humano persiste em nosso meio, entre nossas ideias, entre nossas representações que conferem sentido ao mundo.

A esperança como exigência e necessidade ontológica em nós, sujeitos históricos, de relação **com o mundo**, e não só de contatos, nas palavras de Freire, é um dos combustíveis indispensáveis para a realização de nossas utopias exequíveis. Que não é um delírio, ou da ordem do fabuloso e do divino, como supõem os não avisados da ideia de utopia.

Perceba que a **utopia** é invenção/(cri)ação unicamente humana. Ela parte de nossa capacidade criativa de projetar outras realidades para o vivido, frente ao vivido, porque a que está posta incomoda/atormenta/desalenta. Ela, a utopia, é ainda aquele **não**

3 Sobre Esperança como exigência e necessidade ontológica no humano, ver: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 32.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 21.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 58.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

lugar. Por enquanto. Por ora. Não só em seu sentido etimológico grego, como histórico.

Interessante é constatar como Paulo Freire (2019, p.47) afirma em seu *À Sombra Desta Mangueira*: “transformando em sonho possível, em utopia.” A utopia em Freire é sonho possível. Não é entendida como antônimo de realidade. Antes, é a capacidade de nos fazer enxergar outro país, outro Brasil, outras formas de sermos brasileiros(as).

Em sua *Pedagogia dos Sonhos Possíveis* - obra organizada por sua esposa Ana Maria Araújo Freire, após sua morte - Paulo Freire deixa-nos evidenciada sua compreensão de utopia, quando afirma:

nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou [como] inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia (FREIRE, 2021, p.77).

Pelo contrário, a compreende como

necessidade fundamental no ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia (FREIRE, 2021, p.77).

Para o filósofo e educador brasileiro, a utopia é essa força que nos empurra continuamente para este outro **não lugar**, ainda inexistente, mas possível de realização, como sonho possível que recusa este hoje sombrio, e jamais desiste da **desproblematização** do futuro, nem do que está posto como um **estar-sendo**.

Isto porque a desproblematização do futuro, “numa compreensão mecanicista da história, de direita ou de esquerda, leva

necessariamente à morte ou à negação autoritária do sonho, da utopia, da esperança” (FREIRE, 2016, p.64). Portanto, necessário se faz não esquecermos que “o futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo” (FREIRE, 2016, p.65).

Com a insistente problematização do futuro, e deste eterno vir a ser das coisas, dos seres e do mundo - que não está, sob hipótese alguma, dado, pronto e definido -, o “futuro deixa, então, de ser inexorável e passa a ser o que historicamente é: problemático” (FREIRE, 2021, p.69). É só na história como possibilidade que o mundo pode ser sentido, mudado, transformado.

É por isso, que a utopia supõe e propõe uma vontade de construir algo diante desta realidade. É a criação de um novo mundo, supondo outra coisa, uma história alternativa, um homem e uma mulher diferentes. É aí que se encontra o elemento essencialmente político da utopia, como nos relembra a professora e historiadora brasileira Heloisa Murgel Starling, em uma de suas aulas na pós-graduação do departamento de História da UFMG – FAFICH, no ano de 2021.

Contudo, se faz necessário ter em mente o Brasil que desejamos no hoje e no amanhã, porque “sem o vislumbre sequer de amanhã se torna impossível a esperança” (FREIRE, 2019, p.52). A esperança “é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, a desesperança é o aborto deste ímpeto.” (FREIRE, 2011, p.70-71).

Por isso afirma:

não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho de criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização (FREIRE, 2021, p.78).

Esperança e utopia fazem-se condimentos indispensáveis à experiência histórica de existir humanamente.

Sobre esta esperança, que não é ingênua, nem o resultado de abstrações inconsistentes, nos adverte em sua *Pedagogia da Esperança* (2014, p.14-15): “minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída.” Precisamos.

Daí a **desesperança** ser alimento sólido para os dominadores continuarem exercendo a dominação arbitrariamente, sobre todos e tudo. Sobre **o ser das gentes**, impedindo-as de **ser mais**,⁴ como propusera o patrono da Educação brasileira, Paulo Freire.

Sendo assim a esperança

é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado, e não pré-dado (FREIRE, 2011, p.71).

E mais, “a inexorabilidade do futuro é a negação da história” (FREIRE, 2011, p.71), e a morte das utopias. Para que(m) é interessante a ideia da “morte” das utopias? Talvez, seja interessante pensar:

A **desesperança** perante o vivido, frente ao histórico, é o aborto da ação, ou das ações que nos impulsionam em direção à anunciação deste outro mundo, deste outro Brasil que desejamos. É atitude cômoda para os dominadores.

Ela, a desesperança, é o combustível perfeito para a perpetuação e dominação dos estabelecidos, da opressão, e a manutenção de uma série de coisas entre nós. Destas, por exemplo, que têm destruído secular e continuamente nossa vontade histórica por **democracia**, ou de um país minimamente civilizado. “Tanto

4 Sobre **Ser Mais**, indico a leitura de: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 44.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

menos esperança para os oprimidos, mais paz para os opressores” (FREIRE, 2019, p.51).

Por isso, acreditamos que a esperança como necessidade ontológica, nos possibilita a continuação de nossa caminhada incisiva em busca desse outro jeito de fazer e ser Brasil, nos mantém viva a ideia da Utopia, como possibilidade(s).

Num ato de “**inventar o país que você quer... Desenhando a imagem do país que pode ser**”, como pensou Darcy Ribeiro, em seu clássico debate com Rubem Alves em 1995, em entrevista à TVPUC-SP. Se assim, coletivamente, não fizermos insistentemente, quem fará? Quando este país outro existirá como realidade concreta?

Sendo assim,

existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir dele novo pronunciar (FREIRE, 2014, p.108).

Porque não é no silêncio - ou na falsa ideologia da **neutralidade** tão em voga entre os covardes - “que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2014, p.108), na luta consciente, bondosa e humana, não arrogante e incoerente, na resistência ao reacionarismo que tenta sufocar e matar as utopias. Na resistência epistemológica também.

Este **pronunciar** o mundo é de suma importância em Freire, e em nós. Palavra e mundo, mundo e palavra, escrevendo outras histórias, trazendo à tona outras linguagens. Linguagens que libertadoras reescrevam o próprio mundo, conferindo-lhe sentidos novos, como pensou o filósofo francês Michel Foucault e o historiador Roger Chartier (FOUCAULT, 2014).

Palavra que num **dizer** verdadeiro - “porque o dito é da ordem do ordinário, o dizer é da ordem do *ethos*, do bem conduzir a

existência”⁵ - emancipe, liberte, conscientize, e humanize os humanos em sua permanente relação com o mundo. Em seu constate fazer-se, na experiência de existir.

Uma palavra verdadeira que possibilite aos oprimidos(as) e opressores(as) perceberem a condição de opressão que se impõe, despertando-lhes um tal gosto pela liberdade, que por ela lutem, e a conquistem, não como concessão dos poderosos, mas como um direito humano, logo histórico, tão indispensável à existência.

Neste sentido, evoco os versos do Padre Paulo Gabriel (2020, p.44), em seu poema **Silêncio Agora é Covardia**:

a palavra é chama quando arde no coração dos excluídos.

É caminho se arrebenta o muro.

É alicerce se sustenta a utopia.

A palavra é fogo quando derruba o opressor.

Ainda sobre a palavra, Freire nos relembra (2014, p.107): “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo”, para que esta não se torne apenas vocábulo alienado e alienante. E em sua função aparentemente só nominalista, não siga apenas, instituindo reais, reais que se querem como “divinos”, naturais”, ludibriando as gentes do mundo.

Desenhando e executando através de ações viáveis e objetivas, em condições historicamente favoráveis um novo país, que parirá, conseqüentemente, uma nova gente. Uma gente mais humana,⁶ mais **gentificada** como pensou Freire.

5 Sobre **dito** e **dizer**, ver esta reflexão aprofundada da Dra. Auricélia Lopes Pereira In: PEREIRA, Auricélia Lopes. Boa tarde às pessoas aqui em baixo. In: ADILSON FILHO, José. (org.). **O Brasil em tempos sombrios**. São Paulo: Editora Liber Ars, 2020, p.122.

6 Sobre a ideia de “**fabricar humanidade**”, sugiro como leitura as reflexões e proposituras do filósofo espanhol Fernando Savater In: **PRELAC** – Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe. Nº2/ Fevereiro de 2006.

Uma gente que estará a serviço da boniteza de **ser** eticamente no mundo. Gente esta que não exaltará a tortura nem a morte, por exemplo, e não será por isso, jamais, chamado de “mito”, nem terá a oportunidade de conduzir o Brasil mais uma vez.

Precisamos de uma sociedade nova, para que não venhamos a repetir a deprimente constatação do professor e psicanalista brasileiro Rubem Alves em 1995, a de que não vemos aqui, em nossa terra, “**sonhos fundamentais sendo articulados**”.

Nesta empreitada, a educação⁷ é peça chave. Fundamental. Sem ela, muito dificilmente esta tarefa se fará. O trabalho é longo, secular talvez, árduo, porém necessário, isto é, se apesar dos pesares de nosso tempo, ainda sonharmos com outros Brasis. Esse outro tem que ser diferente axiomaticamente deste que temos experimentado.

Esta educação,

não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável (FREIRE, 2016, p.66-67).

Lanço a vocês todos(as) alguns questionamentos.

Que proposta(s) de Educação nossas licenciaturas espalhadas por todo o país têm oferecido aos seus licenciandos(as) que “formarão gente”, em breve? Será o modismo do “novo” que está cheio do velho que tem nos impedido de **ser mais**, mascarado pelas ideologias sutis do neoliberalismo, que nos faz repetir suas intenções sem nem nos darmos conta?

7 Ver estas propostas e proposituras de Educação em: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

Será a oferta de professores(as) que apenas cumprem seu dever necessário e obrigatório, porque desconhecem o ser docente, o **ser educador(a)**? Professor(a) é função, é posto, ocupação, **educador(a) é ser!** Ou ainda a oferta de professores e professoras alienados(as) à sociedade? Dizemos alienados, pois em muitos destes(as) a **leitura do mundo** quase não existe. Aprenderam a ler a palavra - em alguns casos, isto muito pouco -, entretanto, na leitura do mundo permanecem analfabetos. Triste constatação!

Para tal mudança de posturas e distorções do real, é necessária axiomaticamente, uma mudança profunda de **representações** que venham (re)compôr o nosso **imaginário** social, como nos aponta o historiador francês Jacques Le Goff, quando reflete sobre o imaginário. Mas, uma mudança de representação sobre o que?

Uma mudança de representações sobre o que é a educação e sua finalidade entre nós; sobre como melhor preparar professores(as) para o exercício da docência, sobre a própria figura do docente na sociedade, e a natureza de seu fazer profissional. Sobre o **comprometimento**, ato puro e unicamente humano, já refletido por Freire em *Educação e Mudança*.

Sobre a Escola enquanto Instituição formadora, e sua proposta ético-filosófico-pedagógica para a sociedade que por seus bancos passa, sobre nossas Universidades e seu papel social, sobre o Brasil, sobre a nossa democracia. Sobre esta última, intensa, contínua e permanentemente. Sem jamais dela descuidar. No descuido, os riscos. As nossas licenciaturas têm dado conta desta tarefa? Deixem o questionamento.

Neste aspecto, Paulo Freire fascina e encanta. E surpreende-nos também. Encanta-me porque sua proposta pedagógica, de libertação e autonomia, aparentemente “velha” anuncia(va) o novo que o Brasil precisa, desde meados do século XX. Não tem cessado de anunciar.

Sua compreensão político-pedagógico-filosófica, como gostava de definir suas ideias, aponta(va) para nossa superação e mudança,

por meio da prática educativa, que é política. Apontava-nos para outra direção, para a emergência de um outro Brasil que é possível.

Enquanto isso, as “pedagogias novas” seguem instituindo e fortalecendo o velho, embora, se julguem vanguardas. Estas “pedagogias” da moda, pois passageiras e circunstanciais, (competências socioemocionais, projeto de vida, pro-atividade, da autonomia sem responsabilidade, da meritocracia como lema de educação, das metas e dos sistemas) seguem recheadas do profundo **medo da liberdade**, da emancipação crítica dos cidadãos(ãs) brasileiros(as), por isso, tentam a todo custo a manutenção do *status quo* vigente por meio da Educação.

Nisto sua pedagogia se faz universal, pois aponta para esta constante luta de classes existente em nossos sistemas educacionais, e através de nossos sistemas educacionais, lutando dentro deles, para instituir reais, reais que tanto podem está a serviço da mudança como da manutenção da “ordem natural e divina das coisas” no mundo, negando a historicidade dos processos humanos, e subestimando a capacidade de pensar e questionar da massa.

A ideologia, nisto é poderosa. E sutil. Pois, quando não identificada e refletida com clareza, consegue ofuscar o real, camuflando-o, dificultando o pensamento livre e questionador, o pensamento autônomo, que como **lei de si**, em seu sentido etimológico, permita aos indivíduos em sociedade serem guiados *per si*, e não apenas pelo poderoso peso das ideologias.

Fica o questionamento:

em tempos de distopia, a pergunta está posta para ti: queres este mundo que aí está, violento, sem magia, doente, sem erotismo? Ou tuas ações e palavras garantirão uma narrativa que aponte para uma heterotopia, uma eutopia ou mesmo uma utopia, desde que teus olhos continuem brilhando e anunciando que mundos melhores e pessoas melhores continuam aqui? (PEREIRA, 2021, p.134).

Ou escolheremos a luta por “outra vontade diferente: a de mudar o mundo, não importando que esta briga dure um tempo tão prolongado, que, às vezes, nela sucumbam gerações”, como pensou Paulo Freire?

Por isso, nos alerta o filósofo e historiador alemão Walter Benjamin (2012, p.244)

o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Ah, não nos esqueçamos: quando Pandora assustada fechou a caixa dos horrores, que ganhou como presente dos deuses e deusas do Olimpo, sobrou-lhe a **esperança!** A esperança é combustível para a luta. Cabíveis aqui nos são as constatações de Glauber Rocha em seu filme “Terra em Transe” de 1967, através de seus personagens: “não se muda a história com lágrimas [...] a gente tem que gritar com o que sobrar da gente”.

Se não correremos, corremos o risco de perdermos o pouco que historicamente, já conquistamos. Por isso, precisamos prosseguir com esperança e em marcha. Daí, “a precisão de uma certa educação da esperança” (FREIRE, 2014, p.15). Esperança que tornará esta marcha solidária, bondosa, e, sobretudo, democrática, substancialmente democrática.

“Mudar o mundo deve ser sempre a nossa profissão de fé, a própria razão para existirmos e nos lançarmos a uma luta árdua e permanente, da qual não poderemos jamais descansar”, como já afirmara o ex-presidente Lula no Seminário Cooperação Multilateral e Recuperação Regional Pós-Covid – 19, na Espanha, em 2021.

Gritando até que um dia nossa fé seja inabalável e sólida. “Qual fé? A fé na democracia. Qual democracia? A democracia como ideal de igualdade e tarefa de justiça”, como pensou o filósofo italiano Norberto Bobbio (2014, p.41).

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. (2021) **Educação e emancipação**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra.

BENJAMIN, Walter. (2012). **Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense.

BENTIVOGLIO, Julio. **O futuro das utopias e das distopias em tempos presentistas**. Esboços, Florianópolis, v.27, n.46, p.390-404, set./dez. 2020.

BOBBIO, Norberto. (2014). **Qual democracia?** São Paulo: Edições Loyola.

FOUCAULT, Michel. (2014). **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24.ed. São Paulo: Edições Loyola.

FREIRE, Paulo. (2010). **Educação e mudança**. 32.ed. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (2011). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (2014). **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 21.ed. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (2014). **Pedagogia do oprimido**. 58.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (2016). **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (2018). **Educação como prática da liberdade**. 44.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (2019). *À sombra desta mangueira*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (2021). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GABRIEL, Paulo. (2020). **Poemas para iluminar a noite**. Belo Horizonte: Mazza Edições.

MOSER, Benjamin. (2016). Cemitério da esperança. In: **Autoimperialismo**: três ensaios sobre o Brasil. 1.ed. São Paulo: Planeta.

PEREIRA, Auricélia Lopes. (2020). Boa tarde às pessoas aqui em baixo. In: ADILSON FILHO, José. (org.). **O Brasil em tempos sombrios**. São Paulo: Editora Liber Ars.

VÍDEOS ANIMADOS E MÚSICA: PENSANDO RECURSOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DAS AMÉRICAS

José Natal Souto Maior Neto¹
Maria Sarah do Nascimento Brito²

Introdução

Há muito a sociedade tem sido transformada pelos meios tecnológicos. Em especial, a internet tem funcionado como ferramenta revolucionária para propagação de informações, conteúdos, práticas e, portanto, de culturas. Neste prosclênio, crescem, se multiplicam e se proliferam de maneira extremamente veloz as narrativas textuais, visuais e/ou auditivas que impactam a compreensão histórica. Com fácil acesso a esse infindável recurso online, especialmente os mais jovens estão cada vez mais acostumados com as formas e meios digitais. Seja no atual contexto de aulas remotas ou mesmo dentro dos muros das escolas, os profissionais da educação devem lidar com essa nova realidade de maneira crítica e inovadora.

Pensando nisso, buscamos neste trabalho discutir ligeiramente acerca dos problemas com relação às narrativas dispersas na rede, seu potencial de afetar nossa compreensão sobre o passado e algumas das principais dificuldades dos/das docentes em

1 Mestrando do Mestrado Profissional em Ensino de História - UPE.

2 Doutoranda e bolsista CAPES pelo programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

lidar com um alunado que, em grande medida, leva para a sala de aula uma consciência histórica construída nos meios digitais.

Além disso, oferecemos a possibilidade de lidar com esses problemas através da construção e/ou uso de animações na prática educativa, trazendo à baila a viabilidade do emprego desse recurso digital através do uso da história contada nas canções da Nova Canção Chilena (NCCH). Com isso, almejamos também oferecer a proposta de trabalhar com os movimentos culturais que se popularizaram nos anos 70 no Chile, através de um recurso que traz múltiplas possibilidades para a construção de abordagens ricas, atrativas e que possam verdadeiramente contribuir para a formação de uma consciência histórica crítica acerca da história da América Latina.

História pública digital e o ensino de história

A História pública tem como um de seus atributos a manifestação que ultrapassa os muros da Universidade. Essa História, projetada em diversos meios e com diversas formas diferentes, se proliferou de maneira ainda mais ampla através dos meios digitais. A primeira década do atual milênio, por exemplo, trouxe a internet para os bolsos de todos, manifestada em inúmeros avatares: do WhatsApp ao Facebook; do Tiktok ao Instagram. A partir de transformações como essas, os instrumentos utilizados para o acesso à documentação do historiador ganharam novas formas e mesmo a nossa maneira de ver o passado tem sido moldada por essa nova realidade.

Cada vez mais nos deparamos com um acervo infinito de narrativas sobre o passado que se projetam objetivantes, mais velozes, imbuídas no típico discurso que prega o pragmatismo como sendo a solução para uma sociedade que, amiúde, parece lutar contra o tempo. Com efeito, as práticas profissionais dos historiadores têm sofrido mudanças que na maioria das vezes exigem o abandono parcial ou total dos métodos tradicionais, para atender um público com a memória e a história imersas na rede.

Lidar com essas mudanças, trazidas à baila sobretudo a partir da virada digital, exige mais que apenas reflexões sobre os impactos nas formas tradicionais com as quais pode-se abordar o passado, requer –especialmente - um conhecimento crítico do potencial exercido pelos meios digitais, sobretudo na formação da consciência histórica dos indivíduos. Afinal, bem como destaca o historiador Guilherme Moerbeck, a consciência histórica é construída não apenas nos bancos escolares, mas, na verdade, e em grande medida, pelos meios de comunicação, nas relações familiares e em grupos intersubjetivos (MOERBECK, 2018, p.228). Desta forma, conquanto nossa consciência histórica tenha sido formada na sala de aula, o contato com estas mídias dispersas nas redes e suas narrativas pode moldar nosso modo de entender o passado, construindo novas referências, percepções e nos dando um diferente sentido às ações dos homens e mulheres no tempo. Ademais, se a narrativa histórica constitui forma e função da aprendizagem histórica (SCHMIDT, 2017, p.66), tudo leva a crer as narrativas sobre o passado projetadas na rede, manifestam o potencial formador e/ou modelador da consciência histórica dos indivíduos.

Sob esse entendimento, podemos destacar que as tecnologias têm desempenhado um grande papel na relação de ensino-aprendizagem, principalmente nos dias atuais em que nos encontramos em um contexto de pandemia da COVID-19, através do qual o ensino remoto emergencial foi adotado como alternativa para dar continuidade às atividades escolares diante do fechamento das instituições de ensino. Especialmente pelo atual contexto, as novas tecnologias têm provocado mudanças de paradigma na sociedade com relação aos processos de aprendizagem.

Diante do isolamento social, as TDICs - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - estão cada vez mais em uso, sendo, inclusive, essenciais para a continuação das atividades escolares. No entanto, embora esse recurso tenha se tornado essencial e provocado transformações imensuráveis, em boa parte das escolas de esfera pública e gratuita essas mudanças ainda parecem estar em um horizonte distante, tanto pelo desconhecimento das

possibilidades propiciadas por esses novos recursos, quanto pela dificuldade de se adaptar a um contexto que cada vez mais exige novas propostas metodológicas.

Neste processo, a criatividade aliada à capacidade de inovação docente tem se tornado cada vez mais as principais ferramentas para o domínio das novas possibilidades e isso, devemos reconhecer, também pode estar associado à prática de uma História pública digital, pois ela requer reescrever e reinterpretar os métodos profissionais e dominar as novas práticas digitalizadas (CLAVERT; NOIRET, 2013). Não necessariamente precisamos nos tornar historiadores digitais, mas podemos através do uso das ferramentas digitais, estabelecer um pórtico pelo qual os discentes possam ingressar em uma prática educativa que esteja mais próxima de sua realidade.

Animando o ensino de História: o uso de animações 2D na prática educativa

No que se refere a inovação, a busca por plataformas acessíveis e que, sobretudo, possibilitem uma boa aplicação do conteúdo programático pode e deve ser o foco do docente, afinal, tem que se considerar que no âmbito das aulas online a dispersão por parte dos discentes é ainda maior. Urge, pois, a utilização de métodos que possam verdadeiramente atrair a atenção dos alunos e alunas. Como, então, alcançar esse objetivo? Deve-se destacar que essa necessidade de adaptação da qual temos falado, se dá não só para os professores e professoras: os discentes também têm encarado as mudanças com bastante dificuldades. Além da questão da acessibilidade, passar várias horas durante o dia em frente a uma tela de computador ou mesmo a pequena tela do celular é um desafio. Com isso, o simples ato de assistir uma aula tem se tornado um verdadeiro teste de foco e resistência.

Diante deste cenário, atuar como educador/educadora é, inegavelmente, uma tarefa árdua e que requer um conjunto de

adaptações. Apesar dessas adaptações estarem sendo o foco principal de muitos profissionais da educação, a preocupação desses em ter que se adaptar e dar conta do conteúdo programático prescrito pelos Parâmetros Curriculares de seu respectivo Estado, pode, amiúde, fazer com que alguns temas continuem sendo pouco abordados ou mesmo passem a ser esquecidos.

Levando em consideração essas problemáticas, propomos utilizar as animações enquanto ferramentas pedagógicas. Na atualidade, dispomos de várias plataformas online que fornecem recursos para a construção de uma animação. Dentre elas, podemos destacar o *Animaker*, o *Powtoon* e o *Goanimate*. Todas, ferramentas de uso gratuito e inteiramente online, que não exigem um amplo conhecimento de programação. São ferramentas para a elaboração de animações em 2D e 2.5D, intuitivas e que podem ser utilizadas para o trabalho com múltiplos temas. Com a elaboração de um vídeo animado, o profissional do ensino pode construir um mundo de possibilidades para a abordagem do conteúdo de maneira crítica e dinâmica.

Diante da discussão trazida à baila até o momento, uma reflexão se faz necessária: teria a construção/uso de uma animação a capacidade de enfrentar as problemáticas aqui evocadas, ao adequar os conteúdos de ensino relacionados à grade curricular a recursos disponibilizados por uma plataforma digital? Para melhor trabalharmos uma resposta a essa questão, é interessante destacar o potencial do uso de uma animação enquanto ferramenta didática.

Primeiro, podemos destacar que, conforme expõe Rui Nunes (2018, p.25) ao citar Neto (2012), a animação possui a capacidade de entreter. Isso dito, reconhecendo o contexto das aulas remotas, onde a luta para conquistar a atenção dos/das discentes é ainda mais difícil, utilizar uma ferramenta que verdadeiramente possa facilitar essa tarefa é fundamental. Não podemos nos ater a um conjunto de práticas que tenham sua essência voltada para uma abordagem meramente expositiva e enfadonha. Segundo, com a animação pode-se ter a capacidade de representar diretamente o que se quer explicar, esse recurso permite a visualização direta dos

elementos representados, evitando algum tipo de má interpretação ou sobrecarga de informação por parte de quem assiste. Terceiro, estudos relativamente recentes, como os de Berney & Bétrancourt (2016, p.151), evidenciam a efetividade do uso da animação como ferramenta educativa. A dinâmica das cenas, a trilha sonora e a elaboração das movimentações (o que consiste a essência da animação), podem ser utilizadas para construir uma narrativa que além de entreter o espectador, facilita a compressão dos discursos através de um dinamismo propiciado por todo conjunto.

Com o uso desse recurso, podemos ampliar nossos horizontes e corroborar para uma boa relação de ensino-aprendizagem. Utilizar as ferramentas possíveis em nosso *métier*, nos dias de hoje, pode incluir o estabelecimento de métodos oriundos de um bom domínio das novas práticas digitais.

Recurso e método: como trabalhar animações em sala de aula

A música, sobretudo a música popular, é um lugar de encontro de diversas etnias e classes. Justamente por estar localizada nesse encontro de diferentes, a música desenvolve no século XX a função tradutora dos dilemas nacionais, servindo também como um suporte para as utopias sociais. Não obstante, a música tem alcançado cada vez mais reconhecimento em detrimento do avanço tecnológico e da grande indústria sonora no mundo, nos colocando não só na condição privilegiada de ouvintes, mas também pensar a música.

É refletindo sobre o distanciamento do “outro latino americano” que pensamos na proposta de trabalhar com os movimentos culturais que se popularizaram no Chile no governo da Unidade Popular como uma forma de contar e se aproximar da Revolução Chilena, e esperamos assim contribuir com o uso de outras teorias e práticas na sala de aula a fim de contribuir com o conhecimento a respeito da história da América Latina.

Ao optar pela utilização da música em sala de aula, pretendemos apresentar ao professor caminhos que possam auxiliar no interesse do aluno pelo assunto em questão, potencializando um olhar histórico do aluno sobre a história cultural. De acordo com Ribas (2015), a construção do conhecimento histórico pode ocorrer a partir da problematização de um recorte do conteúdo, buscando demonstrar que o ensino de história se propõe a um diálogo entre presente e passado, opondo-se à construção de conhecimentos neutros e acabados sobre as sociedades. Se considerarmos que o pensamento histórico está condicionado ao homem e a seu processo de interpretar a si mesmo no mundo, veremos que a utilização da música como fonte para entender a Revolução Chilena (1970) se mostra como um caminho para entender os motivos políticos e sociais que levaram essa efervescência cultural nas décadas de 60 e 70.

Nesse período, foram criados novos conjuntos musicais, ligados à pesquisa, à divulgação folclórica e às inquietações presentes na sociedade do Chile. A Nova Canção Chilena (NCCH) que surge como movimento um pouco mais à frente, em 1960 é fruto direto das ações de incentivo à maior participação política do público jovem protagonizadas no governo de Eduardo Frei (1964-1970). Os vários músicos envolvidos na NCCH buscavam retomar as tradições antigas do país, resgatando o folclore e reafirmando a cultura chilena frente ao imperialismo norte-americano. Nesse cenário, músicos como Victor Jara se destacaram por retratar a sociedade do campo, o camponês e a reforma agrária através da sua música. O grupo Quilapayún traçava críticas mais conjunturais, defendendo a união da América Latina frente ao inimigo em comum, os Estados Unidos. Outro grupo bastante conhecido nesse período por sua atuação política foi o Inti-Illimani, o qual tinha a proposta de contribuir para a revolução através da produção artística cultural, buscando reafirmar a importância do passado indígena. Suas músicas tinham caráter, em sua maioria, instrumental.

No que se refere à produção do vídeo animado, nosso objetivo seria de deixar mais atrativo para o aluno a partir da reprodução da

animação que busca representar a história contada nas canções da Nova Canção Chilena (NCCH), no nosso exemplo, a canção do artista Victor Jara. Para isso, utilizamos a plataforma gratuita Animaker. O animaker é uma plataforma on-line e de fácil acesso, o que contribuiu para que nossa proposta de produzir materiais didáticos para o ensino da América Latina fosse efetivado.

De acordo com Moran (1995) o vídeo se insere num contexto de distração, lazer, associado à televisão e entretenimento, o que pode resultar no aluno a visão de que aquele momento não se constitui como aula. Nesse sentido, o autor ressalta que é importante utilizar dessa perspectiva como uma condição positiva para atrair os alunos através do planejamento pedagógico, que no nosso caso se dá a partir da sequência didática. Além disso, o vídeo significa também uma forma de contar, de representar códigos e significações, despertando a sensibilidade do público-alvo que ainda possa estar distante do conteúdo ou da discussão educacional.

Organizados em sequência didática, que pode ser definida como um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para realização de certos objetivos educacionais, permitindo a exploração de vários temas (ZABALA, 1998), optamos por trabalhar com as contribuições de Victor Jara (Chile) e suas participações políticas dentro do processo revolucionário. Como forma de alinhar diferentes elementos tanto da música como imagéticos, os vídeos possuem o intuito de auxiliar tanto o educando como o educador no processo de assimilação do contexto revolucionário chileno através da arte no período aqui discutido. Decidimos como mais útil para nossa finalidade a utilização de vídeos animados porque se pode exemplificar mais objetivamente de quais contextos os músicos estavam falando quando falavam de si e da revolução, ampliando a percepção dos alunos através de elementos de imagens alinhados com a música.

A ideia é que através da sequência didática o professor de história possa se apropriar dos conteúdos acerca da NCCH e de como as canções desse movimento contribuíram diretamente na construção do novo ideal de sociedade chilena e, através dos vídeos

animados, possa aproximar aquele tempo histórico dos alunos, trabalhando a música como discurso que representou os anseios e lutas daquela sociedade.

Artista	Música	Temas trabalhados no vídeo
Victor Jara	Vientos del Pueblo	Exploração do Chile/ Esperança

Victor Jara (1932-1973)

Víctor Jara ficou conhecido como um dos mais famosos integrantes da Nova Canção Chilena, além de sua carreira, trabalhou na imagem do grupo Quillapayún. Nasceu em 1932, em um povoado da província de Ñuble, na região sul do Chile, e se deslocou, ainda jovem, para a região central do país e, posteriormente, envolveu-se com o teatro e com a canção *folclórica* na Universidade do Chile, antes de se tornar músico solista foi diretor de teatro. Desde jovem foi filiado ao Partido Comunista chileno e durante o governo de Salvador Allende recebeu o título de Embaixador Cultural do Governo Popular, com a função de promover uma divulgação internacional do processo político chileno da via pacífica ao socialismo.

Em 1966, Victor Jara lançou seu primeiro disco solo, denominado *Victor Jara*, que possui canções predominantemente dedicadas à retratação do cotidiano de pessoas das camadas populares, a exemplo dos camponeses. Na primeira faixa de seu disco, *El Arado*, há o relato de um camponês que trabalha arando a terra, e por mais que esteja exausto, não abandona seu trabalho. Além deste elemento de representação do trabalhador chileno, ao fim da canção há uma mensagem de esperança em relação ao futuro, como *nunca es tarde me dice ella. La paloma volará. Como yugo apretado, tengo el puño esperanzado porque todo cambiará* (JARA, 1966, Faixa 1). A música fora lançada durante o governo de Eduardo Frei, que prometeu a Reforma Agrária, mas que, por fim, não correspondeu

às expectativas, servindo de combustível para a eclosão política e social no Chile que seriam representados no próximo governo.

De acordo com Ramos (2018), nas canções de Jara escritas até 1970 eram predominantes sentimentos de um passado triste, explorado, e a esperança de que no futuro a realidade fosse melhor. Com a eleição da UP (1970-1973) as músicas passaram a ser de uma esperança mais próxima, em construção para um amanhã que já se avistara no horizonte. Chegará o momento de colocar em prática a construção do futuro esperado, como se pode notar na canção *Plegaria a um labrador* de Jara. A eleição de Allende representava a possibilidade de mudança, de um Estado que seria construído com a participação popular, postos nas canções da NCCH como a realização das utopias sociais do Chile. Durante o governo da Unidade Popular (UP), o estilo de composição, como já foi mencionado, esteve direcionado ao convite ao povo para agir na construção de um novo Chile.

De acordo com Simões (2011) Victor Jara fora preso e morto como uma consequência de sua imagem política ativa e participativa, principalmente se considerado seu diálogo com o povo muito característico em sua carreira, intervindo e propondo a construção de uma cultura popular. Após o golpe militar de 1973, o artista foi preso, torturado e morto, logo nos primeiros dias. Ainda de acordo com a autora, sua morte se insere em um quadro de repressão que utilizou tanto da violência física quando psicológica para alcançar o controle total sobre o torturado. Além de Jara, vários outros músicos da NCCH foram perseguidos e tiveram que buscar exílio fora do país, a exemplo dos grupos Inti-Illimani e Quilapayún.

Conclusões

Considerando as demandas impostas pelo mundo globalizado, somada à visão pós-estruturalista que transfere seu foco das instituições para questões voltadas para identidade e multiculturalismo, a formação continuada do professor se mostra vital tanto no que se refere a utilização de novos recursos tecnológicos quanto para a atualização acerca dos debates historiográficos.

Nosso trabalho buscou, portanto, contribuir através da produção de materiais didáticos para que o professor de história possa construir a partir dessa iniciativa novas abordagens e caminhos sobre o ensino das Américas, em especial as Revoluções do século XX. A escola se mostra como um espaço social ideal para atualizar os conhecimentos históricos e sociais sobre a América Latina, uma vez que que currículos são, antes de tudo, documentos de identidade (SILVA, 2005).

Esperamos, por fim, que a metodologia aplicada à música que ao longo do século XX assumiu a função de representar os anseios sociais e revolucionários da época, potencializada sob a representação de vídeos animados, assuma também a condição de recurso pedagógico que oferece suporte na sala de aula para os professores e alunos no processo dialético de ensino e aprendizagem.

Referências

Livros:

SILVA, Thomas Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Artigos de periódicos:

MOERBECK, Guilherme. História Antiga no ensino fundamental: um estudo sobre os mitos gregos. **Revista História Hoje**, v.7, n.13, p.225-247, 2018

MORAN, J. M. O vídeo em Sala de Aula. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, v.1 n.2, p.27-35, jan/abr, 1995.

NOIRET, Serge. História pública digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.28-51, maio 2015.

RAMOS, Ulisses Malheiros. Utopia e lutas no movimento Nueva Canción (1964-1973). **Anais da XI Semana de História**, UFES, Outubro de 2017.

RIBAS, Cristina Elena Taborda. O uso da música como fonte histórica no ensino de história. **V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente- SIPD- Catedra UNESCO**. PUCPR, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da história”. In: Sentido e Relevância da História no Mundo Contemporâneo. **Intelligere: Revista de História Intelectual**, 2017. p.60-76.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. *Porto Alegre: Artmed*, 1998.

Dissertações e teses:

SCHMIEDECKE, Natália Ayo. “**Tomemos la historia en nuestras manos**”: utopia revolucionária e música popular no chile (1966-1973). 2013, 297p. Dissertação (Mestrado em História Cultural) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2013.

BERNEY, S., BÉTRANCOURT, M. **Does animation enhance learning? A meta-analysis.** University of Geneva, Switzerland, (2016).

NUNES, Rui Miguel Costa. **A animação como ferramenta educativa:** a importância da animação na educação e ensino de crianças e jovens / Barcelos: próp. autor, 2018. – v.II. 63p. - Projeto apresentado ao IPCA, para obtenção do grau de mestre em Ilustração e Animação.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Antônio Paulo Rezend - Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco, consultor *ad hoc* da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e da FAPESP. Pesquisa relações afetivas de convivência dentro da contemporaneidade.

Jailson Pereira da Silva - Professor da Universidade Federal do Ceará- UFC, tem interesse em Teoria e Metodologia da História; com foco nas relações entre a História, Mídia e Contemporaneidade. Líder do Grupo de Pesquisa História e Documentos: reflexões sobre fontes históricas, do DGP- CNPq.

Hernán Ramiro Ramírez - Concluiu a Licenciatura (1989) e o Bacharelado em História (1992) e o Mestrado (1998), todos pela Universidad Nacional de Córdoba (Argentina). Doutorou-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente é Bolsista Produtividade (nível 2) do CNPq, Professor/ Pesquisador da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

José Adilson Filho - Mestre em História pela UFPE e Doutor em Sociologia pela UFPB, é professor Associado na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, onde também é Coordenador do Núcleo de Estudos em História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC). Suas pesquisas mais recentes versam sobre o autoritarismo e o fenômeno do bolsonarismo sob o aporte da interface História e Psicanálise.

Maria do Socorro Cipriano - Professora do Departamento de História, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus I e pesquisadora do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC), é doutora em História pela UFPE.

Michele Guerreiro Ferreira - Doutora em Educação (UFPE), Professora Adjunta do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da UFPB;

Paulo Henrique Martins - Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris I. Ex-Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (PPGS).

Gilbergues Santos Soares - Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor efetivo do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba desde 1993. Autor do livro “Heróis de uma revolução anunciada ou aventureiros de um tempo perdido?” lançado pela Editora da UEPB em 2015.

Auricélia Lopes Pereira - Professora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, é doutora em História pela UFPE (2010). Atua nas áreas de Ensino de História e Teoria da História. Nos últimos anos tem se dedicado aos estudos no campo da educação, da filosofia e da psicanálise.

Gilmara Coutinho Pereira - Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Integrado de Doutorado em Filosofia (UFPB-UFPE-UFRN). É professora no Departamento de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisa sobre metafísica, ética, a interface filosofia e cinema, budismo e ensino de filosofia. E-mail: gilmara-coutinho@servidor.uepb.edu.br

Patrícia Cristina de Aragão - Professora da Universidade Estadual da Paraíba. Doutora em Educação. Docente da UAMA-UNIVERSIDADE ABERTA À MATURIDADE.

Sabrina Rafael Bezerra - Graduada em História e em Direito pela UEPB. Mestra em História (UFPB). Doutoranda em História no (UFPE). Atualmente é Professora Substituta no Curso de História na Universidade Estadual da Paraíba.

André Mendes Salles - Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto do Departamento de Ensino e Currículo (DEC) da UFPE e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História desta mesma instituição. E-mail: andre.salles@ufpe.br

Yago Felipe Campelo Lima - Graduado em História - FAFICA/PE. Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Professor substituto do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG. E-mail: yagocampelo@gmail.com.

José Natal Souto Maior Neto - Mestrando do Mestrado Profissional em Ensino de História - UPE. Integrante do Leitorado Antigo, que tem por coordenador o Professor Doutor José Maria Gomes de Souza Neto. Participou como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID, 2018-2019). Atualmente pesquisa o uso da narrativa fílmica na sala de aula.

Maria Sarah do Nascimento Brito - Doutoranda e bolsista CAPES pelo programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Vinculada ao Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina (GEHSCAL), pela linha História do Tempo Presente, que tem por coordenador o Prof. Doutor Karl Schurster.

Sobre o livro

Projeto Gráfico, Editoração e Capa	Leonardo Araújo
Revisão Linguística e Normatização	Antonio de Brito Freire
Formato	15 x 21 cm
Mancha Gráfica	11 x 16,8 cm
Tipologias utilizadas	Caladea 11 pt

“Fronteiras e Passagens” nos fazem pensar nos modos, muitas vezes inesperados, como os saberes se encontram e se encaixam. Essa é a quarta coletânea produzida pelo NUHLC e segue seu percurso orientando-se pela tentativa de produzir, com variadas cores, sobre temas e objetos da História, da Cultura, da Educação e das sociabilidades contemporâneas, na América Latina.

Os textos aqui reunidos são o resultado do I Simpósio Nacional de História, realizado em 2020, pelo Núcleo de Estudos em História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC), vinculado ao Departamento de História da UEPB, Campus 1. Reúne pesquisadores de diferentes instituições e em diferentes momentos da carreira, como deve ser, quando se trata de um trabalho coletivo, pautado na ideia de inclusão.